



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

DEIJENANE GOMES DOS SANTOS

O ORIENTE MÉDIO NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA (2003-2010)

**RECIFE
2015**

DEIJENANE GOMES DOS SANTOS

O ORIENTE MÉDIO NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA (2003-2010)

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, na área de concentração em política internacional.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Costa Lima

RECIFE

2015

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S237o

Santos, Deijenane Gomes dos.

O Oriente médio na política externa do Governo Lula (2003-2010) /
Deijenane Gomes dos Santos. – Recife, O autor, 2015.
104 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Costa Lima.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco,
CFCH. Programa de Pós-graduação em Ciência Política, 2015.
Inclui referências.

1. Ciência Política. 2. Relações internacionais. 3. Brasil. 4. Oriente
Médio. 5. Brasil – Política e Governo – 2003-2010. I. Lima, Marcos
Costa (Orientador). II. Título.

320 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2015-108)

DEIJENANE GOMES DOS SANTOS

O ORIENTE MÉDIO NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA (2003-2010)

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, na área de concentração em política internacional.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Costa Lima

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Orientador Marcos Costa Lima- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Profa. Dra. Andrea Steiner- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dr. Leonardo Ramos- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)

“No dia da vitória não se sente a fadiga”

-Provérbio árabe

AGRADECIMENTOS

Que darei eu ao Senhor por todos os benefícios que me tem feito?¹ Assim como o rei Davi expressou sua gratidão a Deus, sinto-me agradecida pela graça que me tem sido concedida por Ele desde o meu ingresso no mestrado até o presente momento. Foram muitos os desafios, mas em toda a caminhada a mão do Senhor esteve a guiar-me, e é para Ele o meu maior e mais terno agradecimento.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado, inclusive nos momentos mais difíceis deste processo, minha eterna gratidão. Minha mãe, Maria Eliete, meu pai, Pedro Tertuliano, meu admirador e incentivador número um, à minha cunhada Aliciana Lima, com quem desfrutei de conversas proveitosas e que me proporcionaram muitos *insights*, a Pedro Henrique, meu querido irmão, que sempre deu aquela força. E a todos os outros membros de minha família, que de alguma forma me incentivaram, muito obrigada.

Quero agradecer a querida irmã em Cristo Suely Rodrigues, cujas orações em meu favor foram ouvidas por Deus e eu pude finalizar este trabalho. Minha eterna gratidão a você amiga. Agradeço também aos muitos irmãos que oraram por mim e que sempre me deram palavras de incentivo. Quero agradecer a Deywisson Ronaldo, meu amigo de todas as horas de dúvida acadêmica e incentivador de meu trabalho. À Angela Nascimento, minha coordenadora no Procondel, a qual sempre me deu força durante o processo de confecção desta dissertação. Agradeço também a Jean de Mulder pelo apoio e a todos os que fazem parte do projeto. Aliás, agradeço a todos os amigos que de alguma maneira me incentivaram e foram solidários comigo, obrigada.

Meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, Prof. Dr. Marcos Costa Lima, cujos *insights* me ajudaram a ter uma visão mais apurada do meu objeto de estudo e cujos incentivos para prosseguir nesta caminhada acadêmica sempre me dão encorajamento. Foi um prazer tê-lo como orientador. Aos professores, funcionários e colegas do departamento de ciência política da UFPE, meus sinceros agradecimentos pela assistência prestada e por fazerem parte de minha história acadêmica.

¹ Livro dos Salmos, capítulo 116, verso 12. Bíblia de Estudo Pentecostal. Rio de Janeiro: CPAD, 1995. 2030 p.

*“You don't despair about something like the Middle East, you just do
the best you can.”*

- P. J. O'Rourke

RESUMO

Esta dissertação se propõe a descrever a Política Externa do Brasil (PEB) para o Oriente Médio durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Ao assumir o poder, Lula buscou estreitar os laços diplomáticos com os países daquela região, a qual, em retrospecto histórico, sempre foi tratada como uma área de baixa prioridade para a PEB, apesar de o Oriente Médio ser uma zona de suma importância para a estabilidade internacional. Dessa forma, foi feito um breve resumo das relações entre o Brasil e o Oriente Médio desde 1946 até o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e em seguida, analisou-se os principais aspectos que definiram a atuação da PEB para a região em questão durante os mandatos de Lula. Para responder a pergunta desta pesquisa, qual seja: em que medida a PEB para o Oriente Médio durante o governo Lula diferiu daquela praticada desde 1946 até o governo de Fernando Henrique Cardoso, o presente estudo examinou as posições do Brasil em questões importantes concernentes ao Oriente Médio, a saber, o conflito entre Israel e Palestina e a questão nuclear iraniana; além disso, foram quantificados e analisados os acordos bilaterais assinados entre o governo brasileiro e os países do Oriente Médio; iniciativas como a Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA); o nível de comércio entre as partes e a atuação de empresas nacionais em solo árabe, entre outros fatores. A partir destas observações, percebeu-se que, a PEB do governo Lula não se distanciou completamente daquela que se vinha praticando desde o fim da Segunda Guerra, porém, em termos qualitativos e quantitativos, houve uma aproximação significativa do Brasil com os países da região. Em suma, poder-se-ia afirmar que a abordagem do governo Lula para o Oriente Médio foi inovadora em comparação com os mandatários anteriores, o que, entre outros motivos, pode ser atribuído, principalmente, ao papel das lideranças responsáveis pela formulação da PEB para o Oriente Médio.

Palavras-chave: Política Externa. Brasil. Oriente Médio. Lula.

ABSTRACT

This master's thesis aims at describing the Brazilian Foreign Policy (BFP) to the Middle East during Luiz Inácio Lula da Silva's administration (2003-2010). After assuming power, Lula sought closer diplomatic ties with the countries from that region, which, in historical retrospect, was always seen as a low-priority area to the BFP, despite the fact that the Middle East is a very important zone for international stability. Thereby, it was made a brief summary of the relations concerning Brazil and the Middle East since 1946 until Fernando Henrique Cardoso's administration (1995-2002), then, the main aspects that defined the BFP's performance to region in question during Lula's terms were analyzed. To answer this research problem, that is, to what extent the BFP to the Middle East during Lula's years differed from that practiced since 1946 until Fernando Henrique Cardoso's government, this work examined Brazil's positions regarding important issues concerning the Middle East, namely the conflict between Israel and Palestine and the Iranian nuclear program; besides that, bilateral agreements between Brazil and the countries of the Middle East were quantified and analyzed; initiatives such as the Summit of South American- Arab Countries (ASPA); the level of commerce between the parts and the performance of Brazilian companies in Arab soil, amongst other factors. From these observations, it was noticed that the BFP during Lula's administration didn't distanced itself completely from that which has been performed since the end of World War II, but, regarding qualitative and quantitative terms, there was a significant rapprochement of Brazil with the countries of the region. In short, one may say that the Lula government approach to the Middle East was innovative compared to former presidents, something that, amongst other reasons, can be attributed, mainly to the role of leaders who were responsible for the formulation of the BFP to the Middle East.

Key-words: Foreign Policy. Brazil. Middle East. Lula.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa do Oriente Médio segundo o conceito usado nesta dissertação.....	18
Figura 2. Períodos de aproximação Brasil-Oriente Médio (1946-2010).....	20
Figura 3. Mapa do império Turco-otomano (1683-1914).....	23
Figura 4. Zonas de influência franco-britânica no Oriente Médio.....	24
Figura 5. Porcentagem de acordos firmados entre o Brasil e o Oriente Médio (1946-2010)...	57
Figura 6. Número de acordos com os parceiros do Brasil no Oriente Médio (2003-2010).....	57
Figura 7. Porcentagem de acordos por área (2003-2010).....	58
Figura 8. Número total de acordos assinados em comparação com os que estão vigentes (maiores signatários, 2003-2010).....	58
Figura 9. Comércio exterior Brasil-países árabes (2001-2010).....	61
Figura 10. Volume de investimentos dos países árabes na construção civil e maiores compradores de bens e serviços na região (2007-2008).....	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Países que formam o Oriente Médio segundo o conceito usado nesta dissertação.....	18
Quadro 2. Conflitos entre Israel e nações árabes (1948-2014).....	35
Quadro 3. Comércio Brasil-Oriente Médio (2003-2010).....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Fluxo de comércio (2002-2012) entre o Brasil e os cinco países visitados por Lula em 2003.....	77
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRICs	Brasil, Rússia, Índia e China
EAU	Emirados Árabes Unidos
ONU	Organização das Nações Unidas
UNEF I	United Nations Emergency Force
PEI	Política Externa Independente
PEB	Política Externa Brasileira
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
CS	Conselho de Segurança
OMC	Organização Mundial do Comércio
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
PT	Partido dos Trabalhadores
CCA	Câmara de Comércio Árabe
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
APEX-BRASIL	Agência de Brasileira de Promoção de Exportações e investimentos
ABIMAQ	Associação Brasileira de Indústria de Máquinas e Equipamentos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agrícolas
MRE	Ministério das Relações Exteriores
FAB	Força Aérea Brasileira
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica AS
ANP	Autoridade Nacional Palestina
IBAS	Índia, Brasil e África do Sul
PAC	Programas de Aceleração do Crescimento
UDHC	Urban Development Holding Company
CCC	Consolidated Contractors Company
ASPA	Cúpula da América do Sul-Países Árabes
TPI	Tribunal Penal Internacional
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
UE	União Europeia
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
TPN	Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.2 O CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	16
2 O ORIENTE MÉDIO: UM PANORAMA.....	21
2.1 O GRANDE JOGO E A CRIAÇÃO DO MODERNO ORIENTE MÉDIO.....	22
2.2 PRESENÇA AMERICANA.....	26
2.3 POLÍTICA E RELIGIÃO NO ORIENTE MÉDIO.....	30
2.4 NACIONALISMO ÁRABE E EMBATES COM ISRAEL.....	32
2.5 ORIENTE MÉDIO: ECONOMIA FRÁGIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	35
2.6 A PRIMAVERA ÁRABE E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	39
3 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O MUNDO ÁRABE-MUÇULMANO (1946-2002).....	42
3.1 LAÇOS HISTÓRICOS.....	42
3.2 ENTRE A EQUIDISTÂNCIA E O ENGAJAMENTO.....	43
4 O ORIENTE MÉDIO NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA (2003-2010).....	53
4.1 ÁREAS ESTRATÉGICAS DE COOPERAÇÃO	56
4.1.1 Comércio.....	59
4.1.2 Agronegócio.....	63
4.1.3 Comércio de <i>Commodities</i>	65
4.1.4 Defesa.....	67
4.1.5 Infraestrutura, Transporte, Educação e Cultura.....	69
4.2 A CÚPULA AMÉRICA DO SUL- PAÍSES ÁRABES (ASPA).....	74
4.3 RISCO POLÍTICO.....	76
4.4 A DIPLOMACIA PRESIDENCIALISTA DE LULA.....	80
4.5 O BRASIL COMO MEDIADOR NO CONFLITO ISRAEL-PALESTINA.....	82
4.6 O BRASIL E QUESTÃO NUCLEAR IRANIANA.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS.....	99

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de sua história, a diplomacia brasileira tem se apresentado como uma materialização do pensamento político nacional e da forma como o país percebe as questões de âmbito mundial. Entre as importantes regiões do mundo com as quais o Brasil tem mantido laços diplomáticos, o Oriente Médio apresenta-se como uma das mais interessantes, haja vista sua complexidade político-social e sua importância para a segurança mundial.

Antônio Carlos Lessa (1998) afirma que o Brasil tem em sua história diplomática o aspecto universalista, ou seja, busca-se alcançar o patamar mais alto no que se refere ao jogo político mundial, o que o país vem tentando realizar por meio da adesão ao sistema legislativo internacional, pela promoção da solução pacífica de conflitos e por um mundo mais justo e com mais oportunidade para todos os países. Foi com a política externa do governo Lula que o Brasil mergulhou ainda mais fundo nos princípios do *globalismo*, paradigma cujo principal objetivo é a promoção de um cenário internacional mais justo e menos atrelado aos unilateralismos (OLIVEIRA, 2005).

Os aspectos acima mencionados, ou seja, a importância política do Oriente Médio dentro do contexto das relações internacionais e a postura mais assertiva do Brasil no cenário internacional são pontos que devem ser levados em conta em uma análise sobre as relações da diplomacia brasileira para o Oriente Médio e estes podem ajudar a esclarecer o questionamento deste estudo. Esta pesquisa analisa as relações diplomáticas do Brasil com o Oriente Médio por meio de uma investigação que permite responder à seguinte pergunta: em que medida a diplomacia do governo Lula (2003-2010) para o Oriente Médio difere da trajetória histórica da política externa brasileira para a região?

Para responder a este questionamento, decidiu-se fazer um estudo de caso do governo Lula (2003-2010) com o objetivo de descrever a política externa do mandatário para o Oriente Médio para, em seguida, compará-la com o que se fez em termos diplomáticos nas administrações anteriores. Em outras palavras, este trabalho descreve a política externa da Era Lula de maneira mais detalhada e a compara com a linha seguida pelo Brasil desde o governo Dutra (1946) até os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) com o intuito de apresentar um quadro mais amplo da diplomacia praticada pelo país em relação aos países do Oriente Médio a partir do pós-Segunda Guerra.

Mas apesar de sua importância histórica, política e também no que se refere à segurança internacional, o Oriente Médio é pouco pesquisado pelos acadêmicos brasileiros². Além deste fator, entender como se deram as relações do Brasil com esta região desde o governo Dutra se mostra pertinente haja vista a importância de se atentar para uma área estratégica geopoliticamente quando se tem o objetivo de ser uma voz ativa nos processos decisórios mundiais, meta almejada pelo Brasil historicamente e mais claramente definida durante o governo Lula (VIZENTINI e SILVA, 2010).

Além dos motivos referidos, esta pesquisa também foi motivada pelo questionamento feito ao se entrar em contato com a literatura que trata das relações do Brasil com o Oriente Médio, uma vez que boa parte dos autores concordava que o governo Lula (2003-2010) havia dispensado uma atenção especial à região, ao compará-lo com os governos de seus pares em administrações anteriores, desse modo, sentiu-se a necessidade de analisar de forma mais profunda a questão por meio de uma pesquisa científica. Entende-se que os motivos acima mencionados, a contribuição que esta pesquisa poderá trazer para a comunidade científica e a adequação a uma das linhas de pesquisa do programa de pós-graduação em Ciência Política/Relações Internacionais da UFPE justificam a presente proposta de investigação como viável em termos de produção acadêmica.

A pesquisa está dividida em três capítulos, incluindo a introdução, sendo o segundo intitulado: Oriente Médio: um panorama, o qual busca apresentar as características que fazem desta região um objeto de estudo interessante para o pesquisador da área de política internacional. O terceiro capítulo, intitulado, a Política Externa Brasileira para o Mundo Árabe-muçulmano (1946-2002) traz uma breve explanação das principais características da política externa do Brasil para esta região desde o governo Dutra (1946-1951) até a administração Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a qual é feita por meio de bibliografia sobre o tema, assim como pelo uso dos dados obtidos por esta investigação.

O escopo temporal analisado no terceiro capítulo tem como justificativa o fato de que foi durante a administração Dutra que a política brasileira começou a ganhar as feições que tem hoje, com a primeira eleição efetivamente competitiva e popular desde a proclamação da República em 1889, com o Congresso recebendo os primeiros parlamentares filiados a

² Oriente Médio: Itamaraty sem estratégia. Folha de S. Paulo, 23 jul. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/56029-oriente-medio-itamaraty-sem-estrategia.shtml>>. Acesso em: 12 março 2014.

partidos políticos nacionais, a nova Constituição garantindo amplos poderes ao Legislativo e o papel mais destacado do Itamaraty para dar mais profissionalismo à política externa brasileira (AMORIM NETO, 2011). O quarto capítulo, intitulado: O Oriente Médio na Política Externa do Governo Lula (2003-2010) se refere a um estudo de caso acerca das relações deste governo com os países do Oriente Médio, também feito com base na literatura disponível e nos dados compilados e analisados por esta pesquisa. O objetivo do capítulo é primordialmente descrever as relações entre o governo Lula e a região em questão, entretanto são apresentadas algumas considerações acerca das motivações por trás do interesse da diplomacia brasileira em dedicar ao mundo árabe-muçulmano grande parte de seus esforços no período de 2003-2010.

O objetivo principal deste trabalho científico era responder ao problema de pesquisa proposto e apresentar, por meio da análise das relações entre o Brasil e Oriente Médio durante o governo Lula (2003-2010) um panorama da diplomacia brasileira para região. Além do objetivo geral, se entendeu que alguns objetivos específicos eram um importante complemento ao objetivo principal; estes são listados a seguir: (i) analisar a política externa brasileira em suas linhas gerais para que se pudesse obter um panorama dos paradigmas utilizados no período analisado neste trabalho (1946-2010), permitindo comparar a tradição da política externa brasileira de modo geral, e em relação ao Oriente Médio, com a diplomacia do governo Lula (2003-2010); (ii) apresentar a importância político-estratégica do Oriente Médio como um forte fator para se compreender o interesse de Lula da Silva por esta região durante seu mandato como chefe do Executivo brasileiro.

A hipótese levantada por esta pesquisa foi a de que a política externa brasileira para o Oriente Médio durante o governo Lula (2003-2010) seguiu uma linha ascendente em termos de aproximação com o Oriente Médio em relação à trajetória histórica dos mandatários anteriores.

1.2 O CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Um ponto importante a ser mencionado é a conceituação daquilo que se pretende investigar, uma vez que uma construção conceitual mal feita geraria problemas que impediriam o investigador de realizar uma pesquisa satisfatória. A expressão Oriente Médio é um termo conceitualmente polissêmico cujas definições variam tanto quanto o número de etnias que compõem seu escopo geográfico, por isso, a questão conceitual foi o primeiro

entrave enfrentado pelo presente trabalho, uma vez que foi necessário modificar a conceituação inicialmente proposta em vista da dificuldade de operacionalização durante a coleta de dados referentes aos países que fazem parte da região em questão. A princípio, esta investigação havia escolhido utilizar a conceituação feita por Bassam Tibi³, por entender que este autor, ao englobar certos países em seu conceito, define mais apropriadamente a região em termos geográficos, culturais, históricos e religiosos. Porém, Tibi não incluía a região denominada Palestina em sua conceituação de Oriente Médio e este trabalho entende que esta área é parte indissociável no que concerne ao objeto de estudo proposto nesta investigação, entre outros motivos, pela importância política da mesma para uma compreensão mais completa do cenário apresentado pelo Oriente Médio.

Com base neste fato, buscou-se utilizar a definição feita pelo Itamaraty, porém, foi observado que a conceituação do ministério de relações exteriores brasileiro era ainda mais incompleta, haja vista a não inclusão de países como Egito e Turquia, uma vez que a catalogação feita pelo ministério tem como base critérios de localização geográfica, o que coloca a Turquia como parte da Europa e o Egito como país do norte da África. De modo que, a partir deste fato, ficaria completamente inviável, do ponto de vista metodológico-conceitual, analisar o Oriente Médio sem que estas duas nações estivessem como parte integrante desta região.

Ao comparar os países que faziam parte das definições de Bassam Tibi e do Itamaraty, observou-se que as 12 nações catalogadas pelo ministério de relações exteriores como parte do Oriente Médio também faziam parte da classificação de Tibi, por isso, optou-se pela definição deste autor, visto ser a mesma mais completa. Uma vez que Tibi não inclui a Palestina (território que aparece na definição do Itamaraty) em sua conceituação, ao referir-se ao Oriente Médio, esta pesquisa utiliza à definição feita por Tibi com a inclusão do território palestino, conforme se pode ver a seguir:

³ TIBI, Bassam. Where is the Middle East? The Definition and Classification Problem of the Middle East as a Regional Subsystem in International Relations. **Turkish Journal of Politics**, vol. 02, n. 02, dez-fev, 2011. Disponível em: <http://tjp.fatih.edu.tr/docs/articles/112.pdf>. Acesso em: 16 julho 2014

Quadro 1. Países que formam o Oriente Médio segundo o conceito usado nesta dissertação

Levante**	Golfo	Magrebe
Países Centrais/ Fronteira	Países Centrais/ Fronteira	Países Centrais/ Fronteira
Egito Turquia	Iraque Bahrein	Argélia Tunísia
Israel Chipre	Irã Catar	Marrocos Mauritânia
Síria Sudão	Arábia Saudita EAU*	Líbia
Jordânia Iêmen	Kuwait Omã	
Líbano		

* Emirados Árabes Unidos, ** incluindo a Palestina

Figura 1. Mapa do Oriente Médio segundo o conceito usado nesta dissertação



Fonte: elaboração própria.

Posto que o modelo de investigação está atrelado ao problema de pesquisa escolhido, a tipologia científica utilizada neste trabalho foi a investigação exploratório-descritiva, haja

vista o objetivo de familiarizar-se mais com o tema proposto, no caso, a política externa brasileira para o Oriente Médio, e a partir disto, descrevê-lo com maior propriedade, segundo a definição de Antônio Carlos Gil (2002). Uma vez definido o tipo de pesquisa quanto aos objetivos, é necessário classificá-la em relação aos meios utilizados para pô-la em prática. Com base nos meios utilizados nesta pesquisa para tentar alcançar os objetivos propostos, a mesma pode ser classificada como bibliográfico-documental, já que sua operacionalização faz uso de leituras de documentação oficial e de fontes bibliográficas Gil (2002) de autores que se ocupam da análise da política externa brasileira, além da utilização do estudo de caso ao se analisar as relações da diplomacia brasileira com o Oriente Médio em cada um dos períodos governamentais investigados neste trabalho.

O estudo de caso mostrou-se adequado a este tipo de pesquisa, uma vez que se decidiu por uma análise mais detalhada do objeto escolhido com o objetivo de apresentar um panorama das relações entre o Brasil e os países do mundo árabe-muçulmano. Segundo Ventura (2007, p. 384):

O estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações.

O caminho percorrido pelo investigador científico é marcado pela necessidade de escolhas que devem ser feitas com base na problemática de pesquisa. Esse cenário não se modifica quando o cientista tem que decidir como responderá à pergunta proposta em seu trabalho, em outras palavras, que metodologia que será utilizada para se chegar aos resultados desejados. Maria Cecília Minayo (2010, p.42) afirma que a metodologia é geralmente uma parte complexa e que necessita de cuidado por parte do pesquisador, afirmando que esta, “mais que uma descrição formal de métodos e técnicas a serem utilizados, indica as opções e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico”.

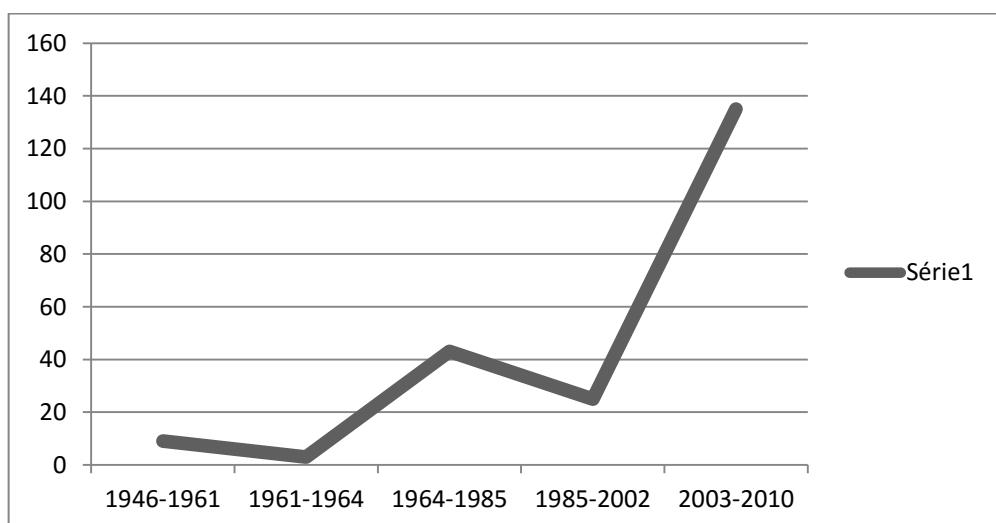
Em relação à metodologia, Safarti (2005) e Richardson (1985) classificam os métodos quantitativos e qualitativos como sendo os dois principais utilizados pela ciência, caracterizados, respectivamente, pelo emprego da quantificação tanto na coleta de informações quanto em seu tratamento por meio de técnicas estatísticas e pela não utilização de um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. Richardson

(1985) afirma que os métodos quantitativos e qualitativos podem conviver harmonicamente, haja vista que a utilização de um não significa necessariamente a exclusão do outro e que é o tipo de fenômeno analisado e o material que os métodos permitem coletar que determinam a metodologia a ser utilizada.

A hipótese levantada por esta pesquisa foi trabalhada por meio da análise de literatura e pela enumeração e tratamento estatístico dos dados referentes aos acordos bilaterais e transações comerciais e outras iniciativas entre o governo brasileiro e as nações do Oriente Médio. Portanto, é coerente afirmar que esta investigação é, em termos de metodologia, uma pesquisa primordialmente qualitativa e complementada pela abordagem quantitativa, conforme Lakatos e Marconi (2003).

Ambas as metodologias foram usadas em uma análise preliminar dos dados referentes ao número de acordos assinados entre o Brasil e Oriente Médio entre 1946-2010. Para fins metodológicos, fez-se uma categorização do escopo temporal escolhido para a análise (1946-2010), dividindo-o em períodos de acordo com o momento histórico-político e com as linhas seguidas pelo Brasil no que concerne a sua política externa, com base na literatura consultada: período americanista (1947-1961), independentista (1961-1964), militarista (1964-1985), democrático (1985-2002) e Era Lula (2003-2010). A partir desta periodização, fez-se uma contagem do número de acordos firmados entre o governo brasileiro e os países do Oriente Médio, resultando nas informações a seguir:

Figura 2. Períodos de aproximação Brasil-Oriente Médio (1946-2010) em termos de acordos bilaterais



Fonte: <http://dai-mre.serpro.gov.br/>. Compilação própria.

A princípio, foi possível visualizar os resultados como fortes indicadores para a sustentação da hipótese proposta neste trabalho, haja vista que, ao menos preliminarmente, as relações do governo Lula (2003-2010) com os países do mundo árabe-muçulmano seguiram um curso ascendente em relação aos períodos anteriores, ainda que seja possível notar que a política do presidente não se distanciou completamente da trajetória histórica da diplomacia brasileira em relação ao Oriente Médio, uma vez que, por exemplo, durante os governos militares (1964-1985) também houve uma razoável aproximação com os países árabes. As oscilações da diplomacia nacional no que concerne às relações com o Oriente Médio são claras, com períodos de forte distanciamento: 1946-1961; 1961-1964; aproximação razoável: 1964-1985; momento de queda em relação ao período militar: 1985-2002 e o período de maior aproximação: 2003-2010, durante o governo Lula.

A construção hipotética feita por esta investigação sustentou-se a partir dessa análise preliminar. Além dos dados coletados por este trabalho, também foi possível se fazer uma leitura teórica da política externa brasileira por meio da obra de autores como Octavio Amorim Neto, Luiz Amado Cervo, Letícia Pinheiro, Gerson Moura e Paulo Fagundes Vizentini; além de autores que tratam do Oriente Médio, entre eles, Albert Hourani, Edward Said, David Fromkin e Bernard Lewis.

2 O ORIENTE MÉDIO: UM PANORAMA

O objetivo deste capítulo é apresentar uma breve descrição das características que fazem do Oriente Médio um ator peculiar no cenário internacional, justificando assim, o interesse do Brasil em galgar uma posição de relevância no sistema internacional por meio da aproximação com o mundo árabe-muçulmano. Uma vez que esta dissertação trata de um tema relacionado à área de relações internacionais é importante destacar que não caberia aqui fazer uma divagação histórica aprofundada sobre o Oriente Médio, porém é preciso se ater aos pontos que caracterizam a região em termos mais interessantes para o campo das relações internacionais. A seguir são apresentados os principais aspectos que explicam o lugar relevante que o Oriente Médio ocupa no cenário internacional.

2.1. O GRANDE JOGO E A CRIAÇÃO DO MODERNO ORIENTE MÉDIO

O Oriente Médio que se conhece hoje é resultado da divisão imposta pela Grã-Bretanha e a França após o fim da Primeira Guerra Mundial, em um processo de intervenções que se iniciara ainda no século XIX, com as disputas entre estes dois impérios e a Rússia (KENT, 1996), culminando com a predominância dos ingleses e franceses no que concerne às decisões sobre o destino dos povos da região. Como resultado do poderio econômico, político e militar de seus impérios, russos, ingleses e franceses viram no mundo árabe-muçulmano uma área onde seus interesses poderiam ser defendidos, haja vista o vasto mercado consumidor representado pela região, a possibilidade de transformar o local em centro produtor de matéria prima para as crescentes indústrias europeias, que após a Revolução Industrial inglesa estavam a todo o vapor, sem mencionar a perspectiva de que a região se tornasse um campo de ação política destas grandes potências.

De maneira que, desde o século XIX, com a conquista da Argélia pelos franceses e a tomada do Egito pelos britânicos, entre outras intervenções, o Oriente Médio virara palco dos embates entre os grandes *players* europeus e isso seria consolidado ainda mais no século XX (HOURANI, 2007; LEWIS, 1995; FROMKIN, 2009). No início do século XX era importante que as grandes potências da época assegurassem suas posições por meio da defesa de seus interesses políticos ao redor do globo e não foi diferente no Oriente Médio (KENT, 1996). Franceses, britânicos e em menor escala, russos, italianos e alemães queriam uma fatia das terras que ainda pertenciam ao cambaleante império Turco-otomano, que apesar de sua longevidade, àquela altura já não desfrutava mais do poderio de outrora (ROGAN, 2015), conforme o mapa a seguir:

Figura 3. Mapa do Império Turco-Otomano (1683-1914)



Após o fim da Primeira Guerra Mundial, os grandes *players* europeus, Grã-Bretanha e França, resolveram dividir⁴ as terras que pertenciam aos otomanos, haja vista este império ter sucumbido após este conflito, estabelecendo de vez sua influência no mundo árabe-muçulmano. A partir de então, todos os acontecimentos relevantes do Oriente Médio seriam consequências diretas ou indiretas das decisões tomadas pelos vencedores da Primeira Guerra em relação aos povos da região em questão (FROMKIN, 2009). Abaixo⁵, a partilha do território árabe entre britânicos e franceses:

⁴ Essa divisão foi oficializada pelo acordo de Sykes-Picot (nomes dos diplomatas Mark Sykes, britânico e Georges Picot, francês) o qual impôs aos árabes a partilha dos territórios sob o domínio do cambaleante império turco-otomano durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) entre França, Grã-Bretanha, Rússia e Itália. Após a Revolução Russa, Lênin denunciou o acordo, que até então era secreto, o que culminou com a divisão do território do atual Oriente Médio entre britânicos e franceses.

⁵ Fonte: http://www.bbc.com/portuguese/especial/2001/meast_maps/1.shtml

Figura 4. Zonas de influência franco-britânica no Oriente Médio.



Fonte: www.bbc.co.uk/brasil

Após anos de domínio francês na região do Magreb e de influência britânica em países como o Egito e o Sudão, a Liga das Nações⁶ estabeleceu formalmente o controle direto francês sobre a Síria e o Líbano e a Grã-Bretanha como responsável pelo Iraque e a Palestina, esta última, tendo uma presença direta dos ingleses por razões ligadas à imigração judaica para a região. Seria necessário que os britânicos cuidassem pessoalmente da questão palestina, uma vez que era de seu interesse tanto acolher imigrantes judeus que fugiam das hostilidades na Europa e que queriam um lar nacional, quanto garantir que a população árabe não sofresse desvantagens por causa da chegada de novos habitantes, mas isso acabou não acontecendo haja vista o número de judeus ter ultrapassado o de árabes palestinos levando os ingleses a sofrerem grandes perdas durante seu protetorado na Palestina (HOURANI, 2007).

De fato, a questão judaico-palestina tem sido um dos pontos mais complexos do Oriente Médio desde esse período e as ações do governo britânico na região estão por trás dos problemas que existem até os dias de hoje. É importante destacar que os britânicos se sentiam responsáveis por promover a defesa de um lar judeu, porém, eles enfrentaram dificuldades para acomodar os interesses dos sionistas e dos árabes numa estrutura de governo local. Desde

⁶ Entidade que precedeu a ONU como fórum de debates internacional para a promoção da paz. A Liga foi criada durante a Conferência de Versalhes, realizada em Paris, em 1919.

o início do século XX, os ingleses viam incentivando a imigração de judeus para a Palestina, pensando, a princípio, que a mesma não geraria maiores problemas, porém, isso não se deu na prática. A imigração que já estava em curso teve um aumento significativo a partir dos anos de 1930, por causa da perseguição nazista à população judaica da Europa, o que levou os palestinos à revolta armada que durou de 1936-1939 (HOURANI, 2007).

Em 1937, os britânicos apresentaram um plano de partilha de dois estados, um árabe e outro judeu, proposta rechaçada pelos árabes, os quais, continuamente desaprovariam qualquer proposta posterior. Em 1939, os ingleses propuseram outro plano que consistiria de um governo de maioria árabe e com limitações à imigração e à compra de terras por parte de judeus, proposta que obviamente não agradou aos judeus, os quais recorreram à resistência armada. Em 1947, os britânicos resolveram entregar a questão palestina à recém-criada ONU, haja vista a população judaica ter crescido vertiginosamente em decorrência da fuga em massa dos horrores nazistas, o que teve impacto direto na proporção entre árabes e judeus na região, com os árabes passando a ser minoria, além do fato de as duas comunidades nunca concordarem com as propostas de políticas governamentais conjuntas, o que levava os britânicos a não executar qualquer coisa sem o consentimento de ambos; além destes pontos, a resistência armada judaica também estava causando impacto na administração inglesa, com os sionistas atacando alvos britânicos na Palestina, a exemplo do atentado ao hotel King David, em 1946, perpetrado pela organização Irgun (HOURANI, 2007).

A Grã-Bretanha marcou o dia 14 de maio de 1948 como data de sua partida da Palestina, deixando para os habitantes da região e a ONU a obrigação de decidir seu destino. Ao se aproximar o dia estabelecido para a partida inglesa, a autoridade política britânica nos territórios palestinos diminuiu, o que contribuiu para que irrompesse a luta armada por parte dos sionistas, com os judeus conquistando vantagem, levando os países árabes vizinhos a intervir, no que se transformou em uma guerra aberta de judeus contra os árabes, os quais saíram em defesa dos palestinos. Na data estabelecida para a saída britânica, o estado judeu foi proclamado, sendo este rapidamente reconhecido pelos EUA e pela URSS; forças egípcias, jordanianas, iraquianas, sírias e libanesas avançaram sobre as partes árabes da Palestina; durante o conflito, Israel conseguiu ocupar a maior parte do território. Quase dois terços dos árabes palestinos deixaram a região e em 1949 houve uma série de armistícios entre Israel e seus vizinhos árabes sob a tutela da ONU.

A partir desse momento, foram criadas fronteiras estáveis, tendo os israelenses absorvido cerca de 75% das terras da Palestina em seu território. Deve-se mencionar que a opinião pública dos países árabes viu os acontecimentos mencionados acima como uma

derrota de seus próprios governos, o que levaria a muitos levantes nos anos seguintes. Os árabes entenderam que a política britânica favoreceu os sionistas e os EUA foram vistos como agindo inteiramente em favor dos judeus.

2.2 PRESENÇA AMERICANA

Após a retirada britânica, os EUA passam a assumir o posto de potência ocidental intermediadora no conflito. O apoio ao estado de Israel tem sido motivo de controvérsia para o governo americano, haja vista o tipo de relação que os EUA mantêm com os israelenses, algo que não se repete com qualquer outro país e que, apesar de explicações como o imperativo moral, a defesa dos valores democráticos no Oriente Médio e os interesses dos Estados Unidos nesta região, nenhum deles é tão forte quanto a pressão do lobby político judeu. Segundo MEARSHEIMER e WALT (2006), este lobby tem sido responsável por levar os EUA a defenderem e apoiar Israel de maneira que os interesses israelenses sejam confundidos com aqueles dos americanos, sem que haja questionamentos acerca disso. Desde 1982, os esforços americanos conseguiram vetar 32 resoluções do Conselho de Segurança da ONU contra Israel, mais do que o número total da soma dos vetos de todos os outros membros do Conselho, além de impedirem que os países árabes consigam colocar o arsenal atômico israelense sob os cuidados da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Os EUA sempre têm socorrido os israelenses em momentos de conflitos armados, como na guerra do Yom Kippur⁷, o que também contribuiu para maior instabilidade no Oriente Médio, pois com a ajuda americana o estado de Israel venceu a guerra e deixou seus vizinhos árabes ainda mais aborrecidos. Entre as principais consequências desta guerra está o chamado Choque do Petróleo, causado pela decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) de aumentar o preço do barril, que chegou a triplicar de valor, em retaliação ao apoio dos EUA a Israel. Vários países precisaram recorrer a fontes alternativas de energia, inclusive o Brasil⁸.

O conflito árabe-israelense tem sido um dos principais pontos de embates no Oriente Médio, considerando-se que ele é resultado direto da ingerência estrangeira nos assuntos da

⁷ Em 06 de outubro de 1973, o Egito e a Síria atacaram Israel de surpresa no dia do feriado nacional judaico conhecido como Yom Kippur (dia do perdão), levando os israelenses a contra-atacarem seus vizinhos, vencendo-os em uma guerra que durou menos de um mês.

⁸ O Programa Nacional do Álcool (Pró-Álcool) foi criado pelo governo brasileiro para promover a substituição em larga escala dos combustíveis veiculares derivados de petróleo por álcool, em decorrência da Crise do Petróleo (1973).

região, tendo consequências negativas, entre as quais, o estado belicoso entre Israel e seus vizinhos árabes, o extremismo de grupos como a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), as quais, no auge de suas atividades, nos anos de 1970, sequestravam aeronaves na Europa e pessoas importantes em nome da causa dos palestinos, e o Hamas, que controla o território da Faixa de Gaza e tem se envolvido em conflitos com o estado judeu em anos recentes.

Some-se a isso o problema dos refugiados palestinos, que surgiu ainda durante a guerra de independência de Israel, em 1948 e que se arrasta até os dias de hoje, com países como a Jordânia e o Líbano receberam a maior parte das diásporas palestinas, o que gerou problemas para os governos destas nações, no caso do primeiro, os refugiados palestinos, com as atividades da OLP operavam quase um estado dentro do país, tendo o rei jordaniano Hussein expulsado os palestinos de seu território em 1970; já no caso do Líbano, a presença de integrantes da OLP em seu território foi responsável pelos confrontos entre Israel e os militantes fedayins⁹ em 1982, na guerra libanesa (HOURANI, 2007).

Assim como as intervenções americanas em favor de Israel têm trazido consequências para o equilíbrio de poder no Oriente Médio, com desdobramentos negativos ao longo do século XX e início deste, as ações americanas em relação ao Irã não têm sido muito diferentes no que concerne a resultados desastrosos. De fato, a presença americana no Irã começou ainda no início do século XX com a disputa com a Rússia e a Grã-Bretanha pelo petróleo iraniano e seguiu por meio do apoio a regimes políticos fantoches, a exemplo da conspiração política que derrubou o primeiro ministro de linha nacionalista Mossadegh em 1953, a qual teve o envolvimento dos Estados Unidos, culminando com o apoio americano ao último xá iraniano Reza Pahlavi até a deposição do mesmo durante a Revolução Iraniana de 1979 (SAMUEL, 2013).

As relações com o Irã só pioraram desde esta insurreição de cunho xiita, com direito a um sequestro dramático de funcionários da embaixada americana em Teerã em 04 de novembro de 1979, arquitetado por estudantes iranianos, o qual colaborou para o endurecimento da já difícil relação entre os EUA e a república iraniana¹⁰. As difíceis relações dos EUA com os iranianos têm um papel importante para o agravamento da instabilidade do Oriente Médio, haja vista o poder do Irã como *player* na região e o seu apoio à insurgência

⁹ Militantes ou guerrilheiros de orientação nacionalista entre os palestinos.

¹⁰ **A short history of the Department of State.** Disponível em: <http://history.state.gov/departmenthistory/short-history/iraniancrises>. Acesso em: 18 abril 2014.

iraquiana e ao regime sírio, dois pontos nevrálgicos da política dos Estados Unidos no local, fato que enfraquece ainda mais a já vacilante influência dos EUA no Oriente Médio.

A invasão americana ao Afeganistão em 2001 trouxe uma guerra que acabou por liberar a força de grupos insurgentes como a Al-Qaeda, organização que passou a atuar de maneira mais forte no Oriente Médio a partir da guerra travada com a potência americana. (BACHAR, BAR e MACHTIGER, 2010). O caso do Iraque também é emblemático no que se refere às consequências da presença americana no Oriente Médio. Após a decisão do presidente Obama de retirar as tropas americanas do território iraquiano em 2011, o vácuo de poder deixado pelos americanos abriu espaço para a atuação de organizações terroristas e de governos que apoiam o terrorismo, casos da Al-Qaeda e do Irã, respectivamente, e a colaboração destes com os insurgentes xiitas têm minado a frágil estabilidade política do país, trazendo mais dificuldades para o Oriente Médio (HUBBARD, WORTH e GORDON, 2014).

A violência ressurgida no Iraque pós-ocupação americana é apenas um dos pontos onde a atuação dos EUA pode ser vista como elemento complicador da situação de instabilidade política do Oriente Médio, outro ponto tem sido a reação do governo Obama em relação à Primavera Árabe. As ações da administração Obama em relação às aspirações do movimento mostram as duas facetas opostas da política externa americana desde que o presidente assumiu o poder: o desejo de colaborar com regimes árabes e muçulmanos *versus* a defesa dos interesses americanos de longo prazo na região. Mas a intersecção destas duas vias não tem se mostrado frutífera para os EUA, pois o apoio de Obama à Primavera Árabe só deixou as relações do país ainda mais complicadas com relação às nações do Oriente Médio (COOPER e WORTH, 2011).

O Egito, primeiro país árabe a experimentar o novo trato americano no contexto pós-Primavera Árabe, viu o ex-ditador Mubarak, aliado antigo dos ianques, ser aconselhado pelo presidente Obama a deixar o cargo que ocupara desde o assassinato de Anwar Sadat em 1981. O apoio americano ao povo egípcio e a posição de Obama no que se refere à partida de Mubarak e aos fatos que se seguiram, trouxeram efeitos negativos para a política externa americana no Oriente Médio, entre outros motivos pelas posições vacilantes do presidente americano em relação a que lado da esfera política egípcia deveria apoiar.

Após os protestos na praça Tahir, um governo democraticamente eleito substituiu a antiga ditadura de Mubarak e um militante da Irmandade Muçulmana, Mohamed Morsi, assumiu a presidência do Egito. Os americanos logo trataram de apoiar o regime, inclusive, financeira e militarmente, ainda que se tratasse de um governo liderado por um radical islâmico. Essa transição entre um período de ditadura para a democracia sob os auspícios de

islamistas foi predita por Mubarak antes de sua queda (STOCK, 2011). Neste contexto, os EUA passaram de apoiadores da ditadura de Mubarak para apoiantes de um regime de cunho islamista, cujas ações antidemocráticas, entre outras coisas, excluíram os secularistas da participação política nacional, o que levou os EUA a serem acusados de respaldarem a Irmandade Muçulmana. Hoje, o governo Obama tem dificuldades em conseguir uma parceria com o governo militarista do general Al-Sisi, haja vista que este reluta em receber ordens de Washington, aliás, como afirma Dunne (2014, p.3-4) “the United States has suffered significant policy setbacks in Egypt in recent years because it has tried to ride the roller coaster of post-2011 Egyptian politics and stay close to whoever was in power”.

Os casos do Afeganistão e Paquistão (os quais, apesar de não estarem na conceituação de Oriente Médio utilizada por esta pesquisa, servem como exemplos para contextualizar as ações dos EUA na região analisada) também exemplificam as consequências da presença americana no Oriente Médio, com uma guerra desastrosa no primeiro e o segundo tendo sido arrastado para o conflito, uma vez que, após a invasão do Afeganistão, em 2001, os EUA expulsaram o Talibã de Cabul e contribuíram com isso para que o grupo voltasse a se fortalecer no vizinho Paquistão. Sem mencionar que a captura de Bin Laden, motivo da invasão, foi um verdadeiro fracasso, e o líder da Al-Qaeda acabou se refugiando no território paquistanês, o que contribuiu para a internacionalização da sua organização terrorista, a qual não teria mais o Afeganistão como abrigo. Porém, a invasão do Iraque em 2003, levou os EUA a negligenciarem o combate no Afeganistão, permitindo assim o fortalecimento do Talibã no Paquistão, o que deixou o Oriente Médio ainda mais vulnerável ao sectarismo e ao terrorismo (WALT, 2014).

Sem dúvida que os pontos acima mencionados são elementos complicadores na dinâmica do Oriente Médio e trazem consequências que vão além das fronteiras da região, posicionando o mundo árabe-muçulmano como uma área delicada da política internacional. Mas há outros fatores que também explicam o porquê de o mundo árabe ser tão complexo e estes, são resultado direto ou indireto da ingerência das grandes potências na região desde o século XIX. A relação entre política e religião é uma das questões mais delicadas no Oriente Médio e este relacionamento tornou-se ainda mais intrincado com o envolvimento de Grã-Bretanha, França e, posteriormente, dos Estados Unidos (FROMKIN, 2009; HOURANI, 2007).

2.3 POLÍTICA E RELIGIÃO NO ORIENTE MÉDIO

A política em uma nação do mundo árabe-muçulmano não possui a mesma conotação compartilhada pelos pares europeus ou americanos, ela é vista de maneira particular, aliás, o Oriente Médio é uma região em que há uma condição conflitante intrínseca aos regimes políticos e suas sociedades. Quem atentar para a realidade do local perceberá que a maioria dos estados árabes ou muçulmanos vive um eterno dilema no que se refere à coexistência entre política e religião, especialmente o islamismo. Jonathan Fox (2004, p. 03) assim define o embate entre religiosidade e política na dinâmica dos países do mundo árabe: “that Islam, the predominant religion in the Middle East, from its inception, has always been a political religion is an important indicator of the close connection between religion, violence and politics in the Middle East”, e completa: “there is no separation in Islam between religion and politics”.

Fox (2004) afirma que o elemento religioso não apenas está interligado à política no Oriente Médio, como também é o responsável pela maioria dos conflitos da região e para provar sua afirmação, ele se baseia em uma pesquisa quantitativa que comparou o papel da religião nos conflitos étnicos no Oriente Médio e no resto do mundo. A pesquisa mostrou ser verdadeira a concepção de que a religião é um elemento indissociável dos regimes políticos do mundo árabe e que ela tem uma forte presença nos conflitos étnicos da região pelo menos duas vezes mais que no resto do mundo. Isso revela que grande parte da instabilidade política enfrentada pelos governos locais está ligada ao conflito entre o islã, e em menor escala outras religiões, e o setor político dos países da região. A visão de Fox (2004) é partilhada por Bernard Lewis (1996, p.242-243):

Para os muçulmanos e, portanto também para os outros, principalmente cristãos e judeus, que viveram sob o governo muçulmano e como parte de sociedades predominantemente islâmicas, a religião não era apenas um sistema de crenças, adoração e organização comunal. Ela era a base definitiva de identidade, o foco primário de lealdade, a única força legítima de autoridade. Havia nações étnicas no mundo islâmico tais como os árabes, persas e os turcos. Havia estados territoriais tais como os reinos dos sultões do Egito e do Império Otomano e dos xás persas. Mas em nenhum momento, nos estados islâmicos tradicionais, estas noções adquiriram a importância que tiveram na vida política e cultural na Europa, nem soberanos territoriais ou líderes nacionais tentaram limitar, muito menos, expulsar a autoridade da religião e de seus expoentes devidamente acreditados.

O caso do Irã revolucionário, que acabou por criar um sistema político baseado no fundamentalismo islâmico, é emblemático no que concerne ao papel da religião nas coisas do

Estado no Oriente Médio. O líder religioso Khomeini, aliado à elite intelectual iraniana de fins dos anos de 1970, disseminou a ideia de unir Estado e islamismo xiita na criação de um sistema político baseado na religião. Hobsbawm (2008) afirma que a Revolução Iraniana teve como elemento principal o fator ideológico, uma vez que ela não seguiu a tradição revolucionária inaugurada com a Revolução Francesa de 1789, qual seja, de buscar seguir alguma tradição de esquerda secular, sobretudo socialista ou comunista, mas, ao invés disso, preferiu implantar um regime religioso.

Seguindo o caminho contrário de regimes políticos que deixaram de ser islâmicos e passaram a ser seculares, caso do Egito de Nasser, ao menos em parte¹¹, o Irã fez uma revolução política inversa, trazendo de volta o elemento religioso, que havia sido deixado para trás pelos regimes seculares dos xás iranianos aliados dos EUA, desde o início do século XX até 1979¹². Outro aspecto da dicotomia Estado *versus* religião é o fato de o componente religioso ser a primeira forma de identificação dos povos da região, ao invés do apego político à pátria, ainda que existam exemplos de nações que lutam pela criação de um Estado¹³.

Analizando os pontos levantados pela famosa tese de Samuel Huntington, *Clash das Civilizações*¹⁴ (1993), Saira Yamin (2008) coloca a situação do Oriente Médio em perspectiva ao discutir a realidade dos embates na região, mostrando que é quase nula a existência de conflitos interestatais, ao passo que a maioria das guerras e conflitos tem como pano de fundo, elementos religiosos ou étnicos. A autora cita o caso do Iraque, que está dividido em linhas sectárias envolvendo os dois maiores ramos do Islã, os xiitas e os sunitas, os quais lutam com base em diferenças que ultrapassam as fronteiras do país e que só pioraram com a invasão americana de 2003. A propósito, os conflitos no atual Iraque vão além das animosidades entre ramos diferentes do islamismo por causa da entrada em cena do Estado Islâmico no Iraque e no Levante (ISIS- sigla em inglês), cuja proposta é o estabelecimento de um Estado radical, onde minorias étnicas e religiosas não têm vez.

¹¹ “(...) Nasser’s regime had a nuanced perception regarding the role of Islam in the state. On one hand, the regime wanted to centralize power and protect the revolution from potential adversaries, including the Muslim Brothers. However, Islam remained an important source of identity for mobilizing the masses behind the Arab Socialist project domestically and regionally”. cf. Islam and the State under Nasser. **Islamopedia.org**. Disponível em: <<http://www.islamopediaonline.org/country-profile/egypt/islam-and-nation-building/islam-and-state-under-nasser>>. Acesso em; 21 julho 2014.

¹² Good News for Iran: the Lenin of Islam is gone. **DanielPipes.org**. Disponível em:

<<http://www.danielpipes.org/5338/good-news-for-iran-the-lenin-of-islam-is-gone>> Acesso em 21 julho 2014.

¹³ Os curdos que vivem nos territórios do Iraque e da Turquia e os palestinos são exemplos de nações que ainda não possuem um Estado.

¹⁴ Tese de Samuel Huntington, cujo principal argumento é a existência de um suposto conflito entre as civilizações do Ocidente e do Oriente. cf. HUNTINGTON, Samuel. The Clash of Civilizations? **Foreign Affairs**; Summer 1993; 72, 3. Disponível em:

<http://www.svt.ntnu.no/iss/Indra.de.Soya/POL2003H05/huntington_clash%20of%20civilizations.pdf>. Acesso em: 23 julho 2014.

É importante lembrar que aqui, também há consequências da ingerência de Grã-Bretanha, França e mais tarde, EUA e URSS nas questões de cunho étnico-religioso. As grandes potências não atentaram para as peculiaridades do Oriente Médio ao traçarem fronteiras para novos estados nacionais e ao instaurarem regimes políticos nos moldes europeus na região. Fromkin (2009, p. 09) afirma que, “a base da vida política no Oriente Médio- a religião- foi questionada pelos russos, que propuseram o comunismo, e pelos britânicos que propuseram o nacionalismo ou a lealdade dinástica, em seu lugar”. Já os franceses permitiram a religião ser a base da política, mas colocaram uma seita contra a outra (FROMKIM, 2009).

Essa relação entre política, religião e componente étnico assumiu proporções dramáticas no Oriente Médio como resultado direto da intervenção estrangeira, haja vista que, ao contrário do que aconteceu na Europa, onda houve a ascensão dos estados-nação, entre outras razões, pelo fato de haver povos que partilhava um conjunto de tradições e uma língua que os ligava, no mundo árabe-muçulmano o processo se deu de forma inversa. Os estados foram criados de maneira artificial, com nações e fronteiras fabricadas na Europa (FROMKIN, 2009) e sem que se atentasse para as dificuldades que surgiriam ao se tentar modificar a estrutura política, religiosa e étnica do Oriente Médio. Casos como o Iraque são emblemáticos, haja vista que após a invasão americana em 2003, os EUA incentivaram um governo cujo primeiro-ministro, Nouri al- Maliki, um xiita, supriu a minoria sunita. Mas o não atentar para as peculiaridades locais não tem sido privilégio apenas das potências estrangeiras, líderes regionais também desenvolveram políticas nefastas contra minorias étnico-religiosas, a exemplo do ditador Saddam Hussein, um sunita que, ao assumir o governo, supriu a maioria xiita, além de se voltar contra a minoria curda¹⁵ do norte do Iraque, trazendo consequências desastrosas para o país.

2.4 NACIONALISMO ÁRABE E EMBATES COM ISRAEL

Após a Segunda Guerra Mundial, a configuração de poder no Oriente Médio, pois a França e a Grã-Bretanha, envoltas numa crise econômica sem precedentes e com seus súditos questionando a legitimidade dos domínios além-mar e com a emergência das novas superpotências, Estados Unidos e URSS, o fim do domínio franco-britânico no mundo árabe-

¹⁵ Saddam Hussein atacou de maneira sistemática os curdos do norte do Iraque, chegando a cometer até genocídio, por meio da Operação Anfal (executada entre 23 de fevereiro e 06 de setembro de 1988).

muçulmano chegaria ao fim nas duas décadas seguintes. De fato, a Crise de Suez¹⁶ e Guerra da Argélia¹⁷ seriam duas tentativas de afirmação de posição no Oriente Médio por parte das duas potências europeias, no primeiro caso da Grã-Bretanha e no segundo, da França (HOURANI, 2007).

A princípio, nem os Estados Unidos nem a URSS tinham intenções de se envolverem no Oriente Médio, mas o novo arranjo no cenário internacional durante a Guerra Fria levou as duas potências a assumirem um papel preponderante na região, especialmente, após o declínio de França e Grã-Bretanha, após a Segunda Guerra Mundial. Assim como havia sido com os poderes coloniais de fins do século XIX e durante os primeiros 40 anos do século XX, as populações do Oriente Médio responderam à ingerência externa por meio de movimentos políticos emancipatórios. Se no século XIX havia sido por meio de um nacionalismo com raízes em um Islã revisado, no contexto pós-1945, essa resposta seria dada através do movimento nacionalista com matizes socialistas e marxistas (HOURANI, 2007; LEWIS, 1995).

Entre as décadas de 1950-1960, governos árabes buscaram incutir em suas populações a noção de pertencimento e autonomia política em relação ao domínio estrangeiro. A iniciativa foi encabeçada pelo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, que chegou ao poder após um golpe arquitetado pelo Movimento dos Oficiais Livres, em 1952, o qual depôs o rei Farouk. Em 1954, Nasser assume a presidência da jovem república egípcia e passa a ser o nome do nacionalismo árabe, também conhecido como Pan-arabismo, movimento que aspirava a uma estreita união de países árabes, independência do jugo das superpotências e reformas sociais para uma maior igualdade. O nacionalismo árabe deste período (1950-1960) também buscava afirmar-se de maneira neutra em relação ao conflito ideológico entre os EUA e URSS, porém, ainda que o distanciamento da potência americana, o qual era motivado principalmente pelo histórico colonialista das nações da região, fosse possível, contudo, a neutralidade não fora possível de todo, uma vez que ao distanciar-se do bloco ocidental, os árabes acabaram aproximando-se dos soviéticos (HOURANI, 2007).

Por meio de uma fusão de elementos ideológicos de linha islâmica, socialista e também marxista, o Pan-arabismo conseguiu ganhar momentum e influenciou o pensamento político do mundo árabe, porém, mais que um movimento popular, foi um projeto estatal, a

¹⁶ Em 1956, após o presidente egípcio Gamal Abdel Nasser nacionalizar o Canal de Suez, de propriedade francesa, houve um princípio de confronto envolvendo, de um lado, a França e a Grã-Bretanha, as quais se uniram para defender seus interesses, e o Egito. Israel também chegou a enviar tropas para a região do canal, mas juntamente com os europeus, foi obrigada a retirar-se após pressões de Estados Unidos e URSS.

¹⁷ Conflito civil (1954-1962) pela independência da Argélia do domínio francês.

julgar pelo uso que governos como o egípcio, liderado por Nasser, fez da ideologia para promover reformas sociais, políticas e econômicas no país. Além disso, a polarização entre o bloco ocidental e o bloco oriental no contexto da Guerra Fria deu uma nova dimensão aos relacionamentos entre os países árabes, a exemplo da união entre Egito e Síria na formação da República Árabe Unida, entidade política que durou de 1958 até 1961, ainda que o Egito continuasse usando a denominação até 1971.

A influência do nacionalismo árabe chegaria ao fim com a Guerra dos Seis Dias (1967), conflito em que Israel saiu vitorioso contra o Egito. Uma ofensiva militar israelense atacou e destruiu a força área egípcia e em poucos dias os israelenses ocuparam o Sinai até o canal Suez (território egípcio), Jerusalém (que até então, estava sob a tutela da ONU, como zona internacional) e a parte palestina da Jordânia; e as Colinas de Golan (Síria) antes que a ONU impusesse um cessar-fogo (HOURANI, 2007).

A guerra modificou, mais uma vez, o equilíbrio de poder no Oriente Médio, com Israel surgindo como o estado mais forte militarmente, o que mudou a relação de cada nação árabe com o mundo externo. Para as nações ocidentais, especialmente na Europa e os EUA, Israel passou a ser visto de forma ainda mais simpática, inclusive em termos de defesa de interesses ocidentais no Oriente Médio. Os soviéticos, simpatizantes da causa árabe, também se sentiram derrotados assim como os países da região e a partir deste momento investiram pesado no apoio à causa árabe-palestina. Esse conflito levou a questão entre judeus e árabes a um nível de atenção internacional, e a partir dele, a luta entre a URSS e os EUA pela influência no Oriente Médio ficaria ainda mais clara. A Guerra dos Seis Dias foi um divisor de águas na região, tanto que, a ONU, por meio da resolução 242, que definia, entre outras coisas, a necessidade de Israel voltar às fronteiras pré-guerra e a convivência pacífica entre os israelenses e seus vizinhos árabes, se tornou um documento modelo para futuras negociações. No fim, Israel não voltou às fronteiras originais, com exceção da península do Sinai, território devolvido pelos israelenses ao Egito após a assinatura dos Acordos de Camp David¹⁸ em 1979. A derrota na Guerra dos Seis Dias assinalou o fim do ideal nacionalista liderado por Nasser e os países árabes entrariam em um período obscuro politicamente. A seguir, um quadro com os principais confrontos entre árabes e israelenses entre 1948-2014:

¹⁸ Tratado assinado entre o governo do presidente egípcio Anwar Sadat e o primeiro-ministro israelense Menachem Begin. Os acordos, intermediados pelo presidente americano Jimmy Carter, permitiram ao Egito ser a primeira nação árabe a reconhecer a existência de Israel como estado. Sadat seria assassinado em 1981, tendo sido alvo de um ato terrorista com motivações ligadas à assinatura dos acordos.

Quadro 2. Conflitos entre Israel e nações árabes (1948-2014)

Ano	Conflito	Envolvidos
1948	<i>Guerra de Independência de Israel</i>	Israel versus Síria, Líbano, Iraque, Transjordânia, Egito e palestinos
1956	<i>Crise de Suez</i>	Egito versus França, Grã-Bretanha e Israel
1967	<i>Guerra dos Seis Dias</i>	Israel versus Egito, Síria, Jordânia e Iraque
1973	<i>Guerra do Yom Kippur</i>	Israel versus Egito e Síria
1982	<i>Guerra Israelense no Líbano</i>	Israel combate militantes palestinos e sírios em território libanês
1987	<i>Primeira Intifada</i>	Palestinos contra a ocupação israelense dos territórios da Palestina
2000	<i>Segunda Intifada</i>	Palestinos contra a ocupação israelense dos territórios da Palestina
2006	<i>Conflito Líbano-israelense</i>	Embate entre Israel e o grupo terrorista Hezbollah
2008	<i>Operação Chumbo Fundido</i>	Israel lança uma operação militar de grandes proporções contra o grupo terrorista Hamas em resposta ao lançamento de foguetes contra o território israelense
2012	<i>Operação Pilar da Defesa</i>	Israel lança ofensiva contra militantes do Hamas na Faixa de Gaza
2014	<i>Operação Borda Protetora</i>	Israel lança ofensiva contra militantes do Hamas na Faixa de Gaza

Nos anos de 1990, ficou claro o quanto as políticas adotadas pelos governos árabes no auge do movimento nacionalista de cunho socialista de matiz árabe e marxista liderado por Nasser falharam e que as reformas geralmente mal conduzidas e ineptas conduzidas pelos governos reformistas acabaram impedindo mais do que avançando o desenvolvimento econômico prometido pelas governanças e tão esperadas pela população (LEWIS, 1995).

2.5 ORIENTE MÉDIO: ECONOMIA FRÁGIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Os países do Oriente Médio são exemplos tradicionais de nações em desenvolvimento, com os típicos problemas relacionados à luta por estabilidade econômica, o que pode ser comprovado pelos dados do *World Economic Situation and Prospects*¹⁹, que classifica Egito, Iraque, Marrocos, Síria, e Iêmen como nações cuja economia *per capita* é considerada média-baixa, enquanto Argélia, Irã, Jordânia, Líbano, Líbia, Tunísia e Turquia, possuem uma economia *per capita* considerada média-alta.

O índice classifica, por exemplo, a Arábia Saudita como uma nação de economia *per capita* alta, porém, essa alta não significa que isso seja uma realidade palpável para o grosso da sociedade do país, uma vez que em torno de 20% da população vivia abaixo da linha de pobreza²⁰ em 2013. O crescimento²¹ econômico nos países do Oriente Médio havia desacelerado na segunda metade de 2012, principalmente por causa do enfraquecimento na demanda externa, especialmente em relação à Zona do Euro e a maioria dos países exportadores de petróleo da região confiou em seu setor não petrolífero e pouco diversificado como uma fonte de crescimento econômico. Além disso, a guerra civil na Síria tem sido um fator de peso em relação à percepção de risco econômico da região, especialmente em nações vizinhas à república árabe, sem mencionar que na Jordânia e no Líbano o comércio, o turismo e os investimentos permaneceram inibidos.

No Oriente Médio, instabilidades²² internas e uma baixa no número de exportações de petróleo continuam a moldar o panorama econômico. A atividade econômica ainda é relativamente fraca em comparação com as tendências pré-crise, com uma previsão de crescimento de 3,6% este ano, após 3,8% em 2013, antes de acelerar para 4,4% em 2015. Os estados membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) estão em um caminho de crescimento estável, apesar de preços e importações fracos em relação ao petróleo.

¹⁹ World Economic Situation and Prospects 2012: Statistical annex. **United Nations Publication**. Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp_current/2012country_class.pdf. Acesso em 07 julho 2014.

²⁰ Saudi Arabia's riches conceal a growing problem of poverty. **The Guardian**, jan. 2013. Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2013/jan/01/saudi-arabia-riyadh-poverty-inequality> . Acesso em 20/07/2014
BAKER, Aryn. Rich Nation, Poor People: Saudi Arabia. **TIME**, mai. 23, 2013. Disponível em: <<http://lightbox.time.com/2013/05/23/rich-nation-poor-people-saudi-arabia-by-lynsey-addario/#1>> . Acesso em: 20 julho 2014 .

²¹ World Economic Situation and Prospects 2013, Update as of mid-2013. **United Nations Publication**, Jan. 2013. Disponível em: <<http://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp2013/wesp13update.pdf>> Acesso em: 05 julho 2014.

²² World Economic Situation and Prospects 2014 Update as of mid-2014. **United Nations Publication**, Jan. 2014. Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp_current/WESP2014_mid-year_update.pdf. Acesso em: 07 julho 2014.

O setor econômico de países como Iraque, Líbano, Jordânia, Síria e Iêmen tem sido prejudicado por uma instabilidade política contínua, distúrbios sociais, incidentes de segurança e tensões geopolíticas. A guerra civil na Síria tem causado um verdadeiro desastre humanitário e tem sido responsável pela destruição em larga escala de infraestrutura crucial. Um grande número de refugiados tem migrado para as nações vizinhas, apresentando um desafio severo para políticas públicas e orçamentos fiscais. A inflação na região permanecerá relativamente estável; um caso excepcional é a Síria, onde se espera que a inflação permaneça extremamente alta, além do mais, as tensões geopolíticas podem afetar as perspectivas econômicas da região.

Mas por que as economias árabes são tão débeis? Uma possível resposta estaria não apenas em olhar para o presente, mas também para o passado, uma vez que o contexto histórico pode ajudar a entender fenômenos atuais. Durante o século XX, economia do Oriente Médio foi marcada pela estagnação, em grande parte pela inabilidade do Estado em gerir recursos e modernizar estruturas arcaicas; pela manutenção de uma economia baseada na exportação de produtos primários e importação de manufaturas (resquício do domínio colonial), pela dificuldade em estender à maior parte da população os dividendos do petróleo e pela necessidade de ajuda financeira internacional em larga escala.

Referindo-se à situação do Oriente Médio nos anos de 1940-1950, Albert Hourani (2006, p. 488) afirmava que, “o crescimento da população e sua pressão sobre os meios de subsistência eram agora observados em quase toda a parte, e começavam a ser reconhecidos como a origem de muitos tipos de problemas”. Qualquer semelhança com o atual momento da região não é mera coincidência, basta apenas que os olhos se voltem para os protestos da Primavera Árabe, uma vez que entre as reivindicações dos manifestantes, estava uma melhor distribuição de renda, igualdade para os cidadãos em bases econômicas, em outras palavras, uma economia dinâmica e igualitária²³. Dois outros fatores também respondem pela estagnação econômica da região: o papel do islamismo na estrutura econômica da região e a ingerência das grandes potências ao longo dos séculos XIX e XX. De maneira sucinta, Timur Kuran explica o motivo de o Oriente Médio ter ficado para trás economicamente (2011, p.05):

The Middle East fell behind the West because it was late in adopting key institutions of the modern economy. These include laws, regulations, and organizational forms that enabled economic activities now taken for granted in all but the most impoverished parts of the globe: the mobilization of productive resources on a huge

²³ ROWLINGON, Karen. Does income inequality cause health and social problems? **Joseph Rowntree Foundation**, Set. 2011. Disponível em: www.jrf.org.uk. Acesso em: 02/09/2014

scale within long-lasting private enterprises and the provision of social services through durable entities capable of transformation.

A estagnação econômica presente no Oriente Médio nos dias de hoje tem raízes na forma como as sociedades árabes se organizaram ao longo dos séculos, incluindo o papel do islamismo nesse processo, como afirma Kuran, ao dizer que: “a religião foi um fator no desenvolvimento econômico da região²⁴”, ainda que não tenha sido o único. Um exemplo de outros fatores que influenciaram na economia árabe são as chamadas capitulações, uma espécie de acordo de livre comércio instituído pelo sultão Suleiman, o magnífico, no século XVI e que garantia aos franceses e depois a outras potências europeias o direito de negociar em terras turco-otomanas sem o pagamento de impostos, além de outras vantagens econômicas, foi outro fator que levou o Oriente Médio a um atraso que ainda perdura.

O que havia começado em termos de igualdade (o soberano turco abriu o império para o comércio com a Europa com o intuito de oferecer mercadorias aos seus súditos sem muitos impostos de importação), acabou transformando-se em um fardo para o Mundo Árabe cerca de três séculos depois, uma vez que os produtos europeus com preços mais acessíveis (devido à produção em massa) invadiram o Oriente Médio, não deixando alternativa aos locais, a não ser sucumbir economicamente e politicamente às potências europeias. Além disso, em uma tentativa de abraçar a modernidade europeia em termos militares, institucionais, de infraestrutura e de indústria, os árabes precisaram pedir empréstimos aos bancos da Europa em termos desvantajosos, chegando assim à bancarrota e a consequente dependência econômica e política das nações europeias²⁵.

É preciso levar em conta que a instabilidade²⁶ política do Oriente Médio também se mostra como um obstáculo ao desenvolvimento da região, haja vista, por exemplo, o quanto estas tensões afetam a confiança do investidor nas economias exportadoras de petróleo, especialmente no Egito, Jordânia, Líbia, Marrocos, Tunísia e Iêmen, sem mencionar que altas taxas de desemprego têm estimulado tensões sociais. Além de questões de ordem política,

²⁴ KURAN, Timur. Explaining the Economic Trajectories of Civilizations: musings on the systemic approach. Department of Economics University of Southern California, p.06. 2007. Disponível em: <http://www.usc.edu/schools/college/crc/crc/papers/Kuran.pdf>
Acesso em: 21/07/2014.

²⁵ Economics: it's more than oil. PBS.org. Disponível em: <<http://www.pbs.org/wgbh/globalconnections/mideast/themes/economics/index.html>>. Acesso em: 21 julho 2014.

²⁶Middle East, North Africa, Pakistan and Afghanistan: Turning the Corner? Regional Economic Outlook UPDATE. 24 mai, 2014. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/reo/2014/mcd/eng/pdf/menacca0514.pdf>>. Acesso em 20 julho 2014.

étnica e religiosa, o fator econômico tem respondido por grande parte da instabilidade do Oriente Médio, especialmente, nos últimos anos, quando a população saiu às ruas para reivindicar políticas que transformem crescimento econômico em desenvolvimento social e igualdade de renda, resultando na Primavera Árabe.

Deve-se atentar para o fato de que, além das tensões sociais advindas da estagnação econômica crônica na região, outro ponto de atrito é a questão das fronteiras desenhadas pelas grandes potências ao longo dos anos. Ela explica a perpetuação de conflitos como o árabe-israelense, uma vez que as nações árabes nunca aceitaram as divisões arbitrárias impostas pelos funcionários britânicos e franceses, os quais, não levaram em conta o histórico étnico-religioso e a ligação de grupos populacionais com a terra na qual viviam. O exemplo mais notório da luta por autodeterminação no Oriente Médio tem sido a busca dos palestinos por um estado, mas há outras nações que também têm buscado autodeterminação desde os tempos mais remotos, entre as quais, os curdos do norte do Iraque, que agora, após os embates contra o EI veem a real possibilidade de terem seu estado nacional. No presente, as tensões na região estão tomando feições cada vez mais ligadas às divisões entre xiitas e sunitas, a exemplo do embate na Síria e da pilhagem do EI no Iraque, cujas ações estão intimamente ligadas à perseguição de grupos como os yazidis e os xiitas. O equilíbrio de poder entre Irã, xiita e a Arábia Saudita, sunita, também tem sido responsável pelo aumento considerável das tensões entre os dois ramos principais do Islã.

As características desta região apontam para a necessidade de maior entendimento científico acerca das interações que a mesma tem desenvolvido ao longo de sua recente trajetória com outras partes do planeta. Entre tantas áreas complexas do globo, o Oriente Médio é imprescindível para a compreensão de um mundo interligado e cujos acontecimentos tomam grandes proporções, afetando as mais longínquas regiões. Não surpreende a importância de um estudo analítico acerca das relações entre o Brasil e as complexas sociedades que formam o mundo árabe-muçulmano, haja vista, o papel relevante que o país tem tentado desempenhar no cenário internacional, nos últimos anos e a importância do Oriente Médio para a política internacional.

2.6 A PRIMAVERA ÁRABE E SEUS DESDOBRAMENTOS

O Oriente Médio tem sido objeto de escrutínio público constante desde a sua criação, por razões diversas, mas especialmente, pelos conflitos que o aflige. Atualmente, o mundo árabe-

muçulmano está no epicentro de turbulências que só se agravaram após as tensões que varreram a região a partir de 2009²⁷. Quando decidiu atear fogo em si mesmo em protesto contra a corrupção policial na Tunísia, Mohamed Bouazizi não imaginava o quanto seu gesto ecoaria pelas ruas do Oriente Médio, culminando com a onda de protestos conhecida como Primavera Árabe. O ato de desespero de um simples cidadão tunisiano influenciou populações de países como Egito, Líbia, Síria, Bahrein, Marrocos, Iêmen e Jordânia a clamarem por reformas econômicas, sociais, políticas e por liberdade de expressão (OUFELLA e ELY, 2013).

Os movimentos foram responsáveis pela derrubada de três ditadores, o tunisiano Zin el Abidine Ben Ali, o egípcio Hosni Mubarak, e o líbio Muamar Kadafi, porém, em nações como Bahrein, Iêmen e Jordânia, os governos conseguiram conter as demandas populares por reformas mais profundas por meio de algumas mudanças constitucionais, ajustes econômicos e repressão policial. Os protestos, que começaram de forma tímida, foram crescendo rapidamente, graças ao papel decisivo da rede televisiva *Al Jazeera*²⁸ e de redes sociais como Twitter, Facebook e Youtube, porém, estas manifestações acabaram não surtindo o efeito desejado, uma vez que as tão esperadas reformas ou aconteceram de maneira tímida, ou simplesmente foram impedidas pela classe governante local.

Dentre os países cujas populações integraram o movimento nas ruas, apenas a Tunísia e o Marrocos estão seguindo um curso mais promissor em relação às reformas exigidas durante os protestos, enquanto o Egito pós-Mubarak, após uma eleição democrática, voltou a implantar um regime ditatorial liderado pelos militares, a Síria se encontra em uma guerra civil desde 2011 e a Líbia está politicamente esfacelada por embates tribais e grupos políticos que buscam controlar o governo do país.

Hoje, o Oriente Médio ainda se encontra envolto numa atmosfera pós-Primavera, com um cenário muito distinto daquele esboçado nas ruas, haja vista as consequências negativas que vieram no bojo do movimento. A região tem apresentado um cenário caótico, com o aumento

²⁷ Em 2009, após a contestada vitória de Mahmoud Ahmadinejad nas eleições presidenciais, protestos populares irromperam no Irã, os quais foram duramente reprimidos pela polícia do governo. Essa onda de protestos ficou conhecida como o Movimento Verde.

²⁸ “‘Long live Al Jazeera!’ chanted Egyptian protesters in Tahrir Square on Feb. 6. Many Arabs—not least the staff at Al Jazeera—had said for years that the Arab satellite network would help bring about a popular revolution in the Middle East. Now, after 15 years of broadcasting, it appeared the prediction was coming true. There is little question that the network played a key role in the revolution that began as a ripple in Sidi Bouzid, Tunisia, and ended up a wave that also washed away Egypt’s long-standing regime”, conf. MILES, Hughs. The Al Jazeera effect. In: LYNCH, Marc et al. Revolution in the Arab World- Tunisia, Egypt and the unmaking of an era. **Foreign Policy** [a special report], 2011.

da polaridade no espectro político, exemplificado pelo embate entre radicais seculares e fundamentalistas islâmicos, o radicalismo entre xiitas e sunitas em níveis alarmantes e a repressão de alguns governos como palavra de ordem, a exemplo da Síria, cuja guerra civil está trazendo consequências desastrosas para as nações vizinhas, dentre as quais, o Iraque, que vem sofrendo a pilhagem do grupo terrorista Estado Islâmico (EI), originário da junção entre elementos da Al Qaeda no Iraque e de insurgentes sírios que lutam contra o regime de Assad (YOUNGS, 2014; JONES, 2013, GERGES, 2014). Aliás, o EI tem sido um divisor de águas para o Oriente Médio, há até os que se perguntam se as fronteiras dos estados-nacionais na região permanecerão as mesmas definidas pelas grandes potências ainda no início do século XX, haja vista o tamanho do estrago político causado pelo grupo terrorista, desde que o mesmo começou a conquistar territórios na Síria e no Iraque, no ano de 2014. Entretanto, apesar de sua rápida ascensão, o EI já dá sinais de enfraquecimento²⁹ ³⁰, o que não significa, necessariamente, uma atenuação da complexidade da situação atual na região.

Além dos pontos acima, há também as mudanças na polarização da região, tanto no que concerne aos poderes locais, a exemplo da atuação de países como o Irã e a Arábia Saudita, quanto em relação à ingerência estrangeira no mundo árabe, situação exemplificada pelo papel dos Estados Unidos e da Rússia na região³¹, além da presença de organizações como a OTAN³², Irmandade Muçulmana³³, a Al Qaeda, e o Hezbollah como complicadores da situação política na área. A última novidade em termos de desestabilização no mundo árabe-muçulmano é o Iêmen, onde um levante do grupo insurgente Houthis, apoiado pelo Irã, tem combatido o governo local e levado os EUA e uma coalizão de nações árabes, lideradas pela Arábia Saudita, a envolverem-se na questão em uma luta contra os milicianos. O caos no Oriente Médio persiste e isso se deve diretamente ao papel desempenhado pelas grandes potências, a princípio, os antigos poderes coloniais a exemplo do império britânico, francês e da Rússia, entre fins do século XIX e início do século XX, e posteriormente, com a ingerência dos Estados Unidos e da URSS. O que se assiste desde o início dos anos de 1900 até os dias que correm, é resultado das ações e inações destes países na região (FROMKIN, 2009).

²⁹ The caliphate cracks. **The Economist**, 21 março 2015.

³⁰ “O EI, ao que tudo indica, parou de avançar do ponto de vista territorial e suas fontes de financiamento estão sendo saturadas”, conf. DAMIN, Cláudio Júnior. O surgimento e trajetória do Estado Islâmico. **Boletim Meridiano** 47, v.16, nº 148, mar-abr 2015, (p.32).

³¹ ELSHINNAWI, Mohamed.Russia, US Still Competing for Influence in Middle East. **Voice of America**, 12 abril, 2014. Disponível em: <http://www.voanews.com/content/russia-us-still-competing-for-influence-in-the-middle-east/1890743.html>. Acesso em 12 setembro 2014

³²ANNONI, Danielle; FREITAS, Márcia Marcondes Diniz de. A violação dos direitos humanos frente à crise político-jurídica na Líbia. **Meridiano** 47 vol. 12, n. 126, jul.-ago. 2011 [p. 27 a 33].

³³ Movimento político religioso sunita com o objetivo de consolidar o fundamentalismo islâmico. Fundado no Egito por Hassan al-Banna em 1928.

3 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O MUNDO ÁRABE-MUÇULMANO (1946-2002)

O objetivo deste capítulo é apresentar uma breve descrição da política externa brasileira para o Oriente Médio desde o fim da Segunda Guerra Mundial, iniciando-se com o governo Dutra (1946) até a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), com o intuito de contextualizar as relações diplomáticas do Brasil com a região em questão.

3.1 LAÇOS HISTÓRICOS

Em 1876, o imperador D. Pedro II iniciou um período sabático, durante o qual viajou³⁴ dois anos pelo mundo. Um dos locais visitados pelo monarca foi o Império Otomano, cujas histórias das regiões sob sua tutela haviam fascinado o imperador desde a mais tenra idade, e por isso, cidades como Beirute, Sidon, Baalbeck, Tiro, Damasco, Jerusalém, Haifa e Jafa entraram no roteiro turístico de D. Pedro. Apesar do entusiasmo do monarca em relação à região em questão, é importante lembrar que a viagem do imperador ao Oriente não foi em caráter oficial, mas mesmo assim, ela seria a única de um mandatário brasileiro ao mundo árabe-muçulmano, pelo menos, até o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, único presidente a visitar a região oficialmente.

Os laços culturais entre o Brasil e o mundo árabe-muçulmano foram crescendo ao longo dos anos, o que pode ser exemplificado pela receptividade brasileira em relação aos imigrantes oriundos daquela área do mundo. Fugindo de conflitos étnicos e religiosos, no então cambaleante império Turco- otomano, libaneses, sírios e palestinos procuraram o Brasil como destino, e hoje, a comunidade sírio-libanesa no país possui cerca de dez milhões de descendentes, sendo a maior do mundo. Sem mencionar os judeus, que possuem aqui no país uma das maiores comunidades das Américas, com cerca de meio milhão de integrantes, surgida ainda no século XVII, no estado de Pernambuco.

Apesar das ligações históricas iniciadas ainda no século XIX, especialmente por causa dos imigrantes que chegavam ao país, o Brasil não chegou a desenvolver laços políticos estreitos com o Oriente Médio até meados da década de 1940, com a criação da ONU e os esforços para a partilha do território da Palestina em favor de árabes e judeus. Aliás, isso se deu pelo fato de a política externa brasileira estar profundamente atrelada aos Estados Unidos,

³⁴ As relações do Brasil com o Oriente Médio, de D. Pedro a Ahmadinejad. **Estadão**, 23 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/gustavo-chacra/as-relacoes-do-brasil-com-o-oriente-medi>>. Acesso em: 26 maio 2014.

desde o final dos anos de 1800, no que se convencionou chamar de *americanismo*. O Brasil começou uma aproximação estratégica com os americanos como forma de contrabalancear a influência da Grã-Bretanha na política externa brasileira (VIZENTINI, 2008; MOURA, 2012; SARAIVA e VALENÇA, 2012).

3.2 ENTRE A EQUIDISTÂNCIA E O ENGAJAMENTO

Os laços diplomáticos do Brasil com o Oriente Médio começaram já no início do século XX, com a oficialização das relações diplomáticas no Egito (1924), seguida por Líbano (1946), e Síria (1952). O Brasil manteve o forte atrelamento aos Estados Unidos até os anos de 1950, como forma de desfrutar de um relacionamento privilegiado no cenário regional e internacional (VIZENTINI 2008; PINHEIRO, 2004), tendo inclusive colhido frutos positivos desta relação, entre eles a participação na Conferência de Paz de Paris, ao fim da I Guerra e um assento rotativo no Conselho da Liga das Nações (SARAIVA e VALENÇA, 2012). Porém, durante o governo Vargas (1930-1945), o Brasil passou a usar sua aproximação com os americanos como forma de barganhar a defesa de seus interesses, em uma época em que o país praticava a equidistância pragmática, cujo eixo era o diálogo com os EUA e com a Alemanha nazista. Ao invés de tentar usar as ligações com o governo de Washington apenas como trampolim para uma presença mais assertiva no cenário internacional, o país passa a diversificar seus parceiros, para partir disso, poder negociar com os Estados Unidos os interesses brasileiros, como no caso da construção da siderúrgica de Volta Redonda (RJ), financiada com capital americano (PINHEIRO, 2004).

Apesar do arrojo da política externa brasileira durante a II Guerra Mundial, no governo Dutra (1946-1951), o Brasil sofreu um retrocesso em sua abordagem diplomática em relação aos Estados Unidos, uma vez que a administração do brigadeiro foi marcada pelo alinhamento automático com os EUA e ao capital estrangeiro, em uma relação de subserviência à potência norte-americana. A visão de mundo do governo Dutra, “assumia integralmente as noções de Guerra Fria e liberalização externa da economia” (VIZENTINI, 2008, p. 16).

Aliás, foi durante o período Dutra que o Brasil começou a aproximar-se do Oriente Médio, iniciando o desenvolvimento de relações mais profícias com aquela região, o que pode ser confirmado pelo envolvimento brasileiro nas negociações que culminaram na criação do Estado de Israel. Naquela ocasião, o diplomata brasileiro Osvaldo Aranha era o presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas durante a votação para a aprovação da partilha da

Palestina em dois estados, um árabe e outro judeu, mas ao ver que não conseguiria os 2/3 dos votos necessários para que a proposta fosse aprovada, ele adiou a votação até que fosse possível a aprovação da mesma (ARRAES, 2011), mostrando que a atuação de Aranha foi um dos momentos mais emblemáticos da relação brasileira com o Oriente Médio.

Em relação à participação da delegação do Brasil nas negociações da partilha dos dois estados, um árabe e outro judeu, a atuação dos delegados brasileiros pode ser considerada dúbia, uma vez que os mesmos seguiam as linhas diplomáticas esboçadas pelo governo Dutra, quais sejam, alinhamento automático com as posições norte-americanas e uma equidistância em relação aos assuntos do Oriente Médio. Mas ainda assim, é possível dizer que a liderança de Oswaldo Aranha foi decisiva para que fosse acertado plano de partilha, ainda que o mesmo tenha sido rejeitado pelos árabes posteriormente.

Pelo fato de o Brasil ter adotado o alinhamento aos EUA em termos de política internacional, o voto brasileiro de apoio à resolução que criaria dois estados, não foi considerado como uma “manifestação específica de apoio à causa sionista” pelo movimento palestino no Brasil. Aliás, a comunidade árabe não se mobilizou para tentar influenciar a posição brasileira durante a votação da partilha dos estados. Isso se repetiu entre os imigrantes judeus, que apesar de formarem uma comunidade maior que a árabe, não teve participação significativa em termos de mobilização social para influenciar a política externa brasileira em favor de sua causa.

É importante atentar para o fato de que, após a fundação do Estado de Israel, em 14 de maio de 1948, o Brasil manteve-se neutro e só reconheceu a nova nação em fevereiro de 1949. Além disso, o Brasil se absteve na votação que decidia pela inclusão do Estado de Israel como membro da ONU alegando, na ocasião, que Israel não dava mostras de que iria cumprir com as diretrizes da ONU e do Direito Internacional. De fato, o estabelecimento de laços diplomáticos oficiais entre o Brasil e o governo de Israel só veio a acontecer em 1952, com o envio de um encarregado de negócios e com a vinda de um diplomata israelense para o Rio de Janeiro³⁵.

Com a volta de Getúlio Vargas à presidência, o Brasil retomou sua ‘política de barganha’, na qual o país se convencionou chamar de ‘autonomia na dependência’, em outras palavras, o país tentava levar a cabo seu projeto de desenvolvimento industrial por meio da ampliação da margem de atuação da política externa nacional. Vargas começou a buscar expandir o leque de parceiros do Brasil, voltando-se para os Estados Unidos com o intuito de

³⁵ VIGEVANI, Tullo; KLEINAS, Alberto. Brasil-Israel: da partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático (1947-1949). *Cadernos Cedec*, nº 68, 1999.

garantir os interesses da nação, considerando-se que, dentro do contexto da Guerra Fria, o escopo de atuação da diplomacia brasileira era limitado e a obtenção de capitais e tecnologia só seria possível com o apoio da potência hegemônica. Ainda assim, Vargas resolveu tomar partido, ainda que discretamente, em relação às causas do Oriente Médio e declarou seu apoio ao nacionalismo árabe e aos movimentos de libertação nacional, em janeiro de 1953 (VIZENTINI, 2008). Além disso, Vargas assinou quatro acordos³⁶ com países do mundo árabe-muçulmano, dando continuidade ao até então, discreto³⁷, relacionamento da política externa brasileira com o mundo árabe-muçulmano em termos de cooperação bilateral.

Com a ascensão de Juscelino Kubitschek ao poder em 1956, a política externa brasileira continuou atrelada aos Estados Unidos, enquanto o governo do Brasil abria-se ao capital externo de maneira mais robusta, haja vista o desenvolvimento da nascente indústria de bens de consumo duráveis para as classes média e alta. O governo JK não teve muito espaço de manobra dentro do contexto da Guerra Fria, mas conseguiu, dentro do possível, exercer certa autonomia no hemisfério, com o lançamento da Operação Pan-Americana, a qual tinha, entre outros objetivos, atrair a atenção dos EUA para um engajamento nas questões da América Latina, tendo sido esta iniciativa, a mais bem-sucedida tentativa de autonomia diplomática frente aos Estados Unidos durante o governo JK. Apesar disso, em termos de autonomia diplomática no cenário internacional, é preciso destacar que o Brasil não deu atenção à descolonização da África e demonstrou uma falta de interesse na construção de uma estratégia comum aos países latino-americanos em termos de cooperação.

Apesar da timidez³⁸ da política externa brasileira no que diz respeito ao relacionamento com o Terceiro Mundo, foi durante o governo JK que o Brasil foi participante de mais um momento emblemático no Oriente Médio, com o envolvimento de militares brasileiros na primeira missão de paz das forças da ONU, as quais foram enviadas para impedir um conflito de grandes proporções entre o Egito e a coalizão formada por França, Grã-Bretanha e Israel, durante a Crise de Suez em 1956. O Brasil fez parte da *United Nations*

³⁶ Vargas assinou os seguintes acordos com países do Oriente Médio: Líbano: Modificação do Acordo sobre Transportes Aéreos de 1951 (28/01/1952); Declaração Conjunta (10/05/1954); Tratado de Amizade, Comércio e Navegação (12/05/1954); Turquia: Ajuste de Pagamentos entre o Banco do Brasil S/A e o Banco Central da República da Turquia (14/12/1953). Fonte: <http://dai-mre.serpro.gov.br/>. Compilação própria.

³⁷ Com exceção do protagonismo do Brasil nos esforços da ONU no plano de partilha da Palestina em 1947, desde 1946, inclusive, passando pelo governo Vargas (1951-1954), a diplomacia brasileira vinha desenvolvendo uma relação ainda bastante comedida com o Oriente Médio, tendo Gaspar Dutra assinado apenas dois acordos com países da região, os quais contemplaram a área de aviação (Líbano: 11/01/1951; Turquia: 21/09/1950) com países da região e o próprio Vargas mantendo o Brasil ainda distante do mundo árabe-muçulmano. Fonte: <http://dai-mre.serpro.gov.br/>. Compilação própria.

³⁸ Juscelino Kubitschek assinou apenas estes três acordos com países do Oriente Médio: Acordo Cultural com o Irã em 22/11/1957; Convênio de Intercâmbio Cultural com Israel, em 24/06/1959; Acordo Cultural com o Egito, em 17/05/1960. Fonte: <http://dai-mre.serpro.gov.br/>. Compilação própria.

Emergency Force- UNEF I, sugerida pelo Canadá e acatada pelas Nações Unidas, que se posicionou na península do Sinai, no Egito, tendo sido o Brasil um dos primeiros países a se prontificar para auxílio do conflito em território egípcio. O Brasil participou com cerca de seis mil militares, por meio do envio de vinte contingentes entre 1956 e 1967 (ARRAES, 2011). A participação³⁹ do Brasil na UNEF I é considerada como uma experiência de protagonismo multilateral do país, a qual se deu com base na perspectiva brasileira, a qual afirma que a diplomacia nacional deve contribuir para a estabilidade do cenário internacional.

O início dos anos de 1960 foi marcado pelo surgimento de uma política externa com mais autonomia em relação à hegemonia americana e no que concerne à atenção dada aos países do chamado Terceiro Mundo. A Política Externa Independente (PEI), lançada por Jânio Quadros (1961) era a materialização do interesse brasileiro em manter uma autonomia no campo diplomático, de maneira que o país pudesse expandir suas relações comerciais e políticas com outras nações do globo, incluindo aquelas que faziam parte do bloco chamado de Terceiro Mundo por meio da introdução de uma multilateralidade horizontal Sul-Sul, aumentando as relações com a América Latina, Ásia e África. A PEI pode ser considerada como (VIZENTINI, 2008, p. 27):

Uma resposta da diplomacia brasileira às aceleradas transformações internacionais, em particular o surgimento de novos atores e a modificação do caráter de outros, cujas necessidades e cujos anseios os posicionavam fora da política dos centros dominantes. A orientação diplomática da PEI respondia à atitude dos Estados Unidos com relação à América Latina até a Revolução Cubana, percebida como um “descaso” caracterizado pela ausência de investimentos públicos norte-americanos para a área de infraestrutura e de bens de capital.

A PEI se caracterizava, entre outras coisas, pelos seguintes princípios: exportações para todos os países possíveis, defesa do Direito Internacional, política de paz, apoio à descolonização e uma formulação autônoma de planos nacionais de desenvolvimento. Durante seu mandato, Quadros manteve uma postura crítica ao governo norte-americano e estabeleceu laços diplomáticos com nações do bloco comunista, como Hungria, Romênia, Bulgária e Albânia (VIZENTINI, 2008). Um ponto interessante da abordagem mais progressista da política externa brasileira, à época de Jânio Quadros, é que mesmo tendo sinalizado para uma aproximação com países em desenvolvimento, o Brasil não procurou

³⁹ HOLAND, Carla Andréia Ronconi. Missões de paz brasileiras no Oriente Médio: a UNEF I e a FTM-UNIFIL. Programa de Estudos Estratégicos Internacionais – PPGEEI/UFRGS. s/d. Disponível em: http://www2.ufpel.edu.br/ifisp/ppgs/eics/old/dvd/documentos/gts_llieics/gt11/gt11carla.pdf. Acesso em: 03 setembro 2014.

aproximar-se do Oriente Médio, o que pode ser exemplificado pela inexistência de quaisquer acordos bilaterais com nações desta região.

Durante o governo João Goulart (1961-1964), a Política Externa Independente (PEI) continuou a articular-se, dessa vez, de forma mais sistemática, deixando o campo discursivo, tão enfatizado por Jânio Quadros, e passando à ação. San Tiago Dantas, ministro das relações exteriores do Brasil à época, une a conceituação da PEI a uma atuação mais pragmática, o que se percebe pela aproximação com a URSS e a defesa da não-intervenção em Cuba. A propósito, as linhas da PEI foram, em muito, fruto da personalidade dinâmica e desbravadora de San Tiago Dantas, o qual não apenas foi um dos mentores, como também executores dessa abordagem diplomática comprometida com relações internacionais mais igualitárias, como sublinha o ex-chanceler Celso Amorim, ao afirmar que, “San Tiago não via o mundo pelas lentes simplificadoras da Guerra Fria. Considerava que a inserção internacional do país não deveria estar condicionada a filiações ideológicas” (DANTAS, 2009, p. 07).

Porém, apesar de certo progresso, durante o governo Goulart, a PEI passou a sofrer várias limitações por causa da postura vacilante do presidente, o qual, no momento, encontrava-se pressionado pela conjuntura internacional, com os Estados Unidos temendo que a volta do regime presidencialista no Brasil significasse uma ameaça a seus planos hegemônicos⁴⁰. Sem mencionar que, apesar de uma maior ênfase nas relações com países do Terceiro Mundo, dentre os quais, aqueles do mundo afro-asiático, fazer parte do escopo teórico da PEI, as relações do Brasil com o Oriente Médio durante o governo Goulart, foram negligenciadas, a não ser pela assinatura de apenas três acordos⁴¹ com Israel e o início das relações diplomáticas com Marrocos, Argélia e Tunísia (1961).

As aspirações de independência política da diplomacia brasileira foram interrompidas com o golpe militar de 1964, haja vista a volta do país ao alinhamento direto com os Estados Unidos. Ao entrar em cena, o regime militar (1964-1985) passou a adotar a visão ideológica pregada pela Guerra Fria, abandonando, assim, o multilateralismo praticado pela PEI. É importante lembrar que, assim como fora demonstrado, de maneira mais enfática, por meio da Política Externa Independente (PEI), a política exterior do Brasil, ao longo de sua trajetória, sempre buscou fazer da diplomacia um instrumento do desenvolvimento nacional, em outras

⁴⁰ Os Estados Unidos eram favoráveis a manutenção do regime parlamentarista no Brasil, uma vez que consideravam João Goulart um esquerdista que poderia levar o país a romper com Washington e aliar-se à Cuba e a outros Estados com regime comunistas. Por isso, não desejavam que Jango voltasse a desfrutar de poderes maiores como presidente.

⁴¹ Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais (06/03/1964); Acordo Complementar de Cooperação Econômica e Técnica ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 12 de março de 1962 (03/01/1963); Acordo Básico de Cooperação Técnica (12/03/1964). Fonte: <http://dai-mre.serpro.gov.br/>. Compilação própria.

palavras, a inserção internacional do país sempre esteve atrelada à ideia de desenvolvimento econômico. Esse aspecto permeará todo o regime militar instaurado a partir de 1964, com a ideia do Brasil Potência, o que, terá reflexos, na condução das relações internacionais do país.

Alinhando-se aos norte-americanos, o governo Castelo Branco (1964-1967) optou por uma diplomacia baseada na geopolítica da Guerra Fria, levando a política externa brasileira a um retrocesso no que concerne às relações Sul-Sul, rompendo com Cuba (1964) e afastando-se dos países africanos e asiáticos. Apesar de mais uma vez a relação com o Oriente Médio ter sido negligenciada pelo governo brasileiro, o que também se atesta pelo número de documentos⁴² oficiais assinados entre o Brasil e nações da região, houve, contudo, um episódio que permitiu ao país certo engajamento com o mundo árabe-muçulmano.

A Guerra dos Seis Dias (1967) entre Israel e uma coalizão árabe liderada pelo Egito de Nasser, envolveu o Brasil não apenas do ponto de vista militar, mas também político. O país enviou cerca de 450 militares, que acabaram envolvendo-se no fogo cruzado, quase sendo mortos pelos israelenses ao serem confundidos com soldados egípcios. Na esfera política, o ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda, chegou a visitar a Embaixada de Israel no Rio de Janeiro, e afirmara na ocasião ao jornal Estadão: “Nasser era o agressor. Os árabes precisam reconhecer Israel. O Brasil deveria ficar contra os ditadores do mundo árabe”. Além dele, alguns deputados brasileiros chegaram a enviar uma carta ao Conselho de Segurança da ONU pedindo respeito ao direito internacional de navegação no Golfo de Áqaba, o qual havia sido bloqueado pelo líder egípcio Nasser⁴³. Ainda no que concerne ao envolvimento brasileiro com o Oriente Médio, o Brasil iniciou suas relações diplomáticas com a Arábia Saudita um ano após o episódio da Guerra dos Seis Dias, em 1968.

Segundo Arraes (2011), a postura brasileira em relação às questões políticas do Oriente Médio era equidistante, não tomando o Brasil qualquer posição que favorecesse quem quer que fosse e isso duraria até a década de 1970, quando o Choque do Petróleo, causado pela decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) de aumentar o preço do barril, que chegou a triplicar de valor, em retaliação ao apoio dos EUA a Israel durante a Guerra do Yom Kippur (1973), levaria o Brasil a repensar sua abordagem em relação ao Oriente Médio.

⁴² Israel: Convênio sobre a utilização de Energia Nuclear para fins pacíficos, primeiro convênio complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 12 de março de 1962. (11/05/1966); Irã: Comunicado Final (10/05/1965). É importante destacar que o comunicado conjunto com o Irã apresenta-se como uma maneira formal de reiterar as relações amistosas entre o Brasil e aquele país. Fonte: <http://dai-mre.serpro.gov.br/>. Compilação própria.

⁴³ As relações do Brasil com o Oriente Médio, de D. Pedro a Ahmadinejad. **Estadão**, 23 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/gustavo-chacra/as-relacoes-do-brasil-com-o-oriente-medi>>. Acesso em: 26 maio 2014.

Com o Brasil seguindo a linha definida pelo então ministro da economia Delfim Neto, qual seja, era necessário exportar para importar, a solução mais viável pareceu ser vender às nações árabes, as quais desfrutavam do enriquecimento resultante do petróleo. As relações diplomáticas intensificam-se entre 1974 e 1977, com a abertura de dez embaixadas de países do Oriente Médio no Brasil. O país enviou ao mundo árabe igual número de embaixadores, estabelecendo ainda relações diplomáticas com o Sultanato de Omã, em caráter cumulativo com a embaixada brasileira na Arábia Saudita. No período de 1969 a 1984, o Brasil interage como nunca até aquele momento com os países árabes, firmando tratados culturais com o Egito e Arábia Saudita, acordos comerciais com o Iraque, abrindo inclusive uma embaixada no território iraquiano, de tráfego aéreo com o Marrocos, e marítimo com a Argélia, o que barateava bastante os custos de transportes para ambos os lados (TRAUMANN, 2007).

Mais por motivos pragmáticos que políticos, os governos militares, a partir de Médici, tentariam manter laços econômicos e, na medida do possível, políticos com a região com o objetivo de garantir o fornecimento de petróleo. De acordo com Santana (2006), a política brasileira para o Oriente Médio durante os anos seguintes ao Choque do Petróleo foi readequada às necessidades do Brasil em relação à necessidade garantia de fornecimento de petróleo vindo daquela região.

É importante ressaltar que as relações do Brasil com países árabes foram, como já mencionado, motivadas por fatores econômicos e de necessidades energéticas, leia-se a dependência do país em relação ao petróleo árabe, porém, esse relacionamento sempre foi mais positivo para os árabes que para os brasileiros em termos de balança comercial, tome-se como exemplo a Arábia Saudita, que entre 1968-1978 vendeu mais petróleo para o Brasil do que comprou produtos brasileiros. Em 1974, por exemplo, os maiores intercâmbios comerciais com o mundo árabe foram feitos com Argélia e Líbia, representando cerca de 325 milhões de dólares, entretanto, em relação ao segundo país, a balança foi desfavorável ao Brasil. Outro exemplo forte é o Iraque, país cujos laços econômicos com o Brasil foram os mais duradouros entre os pares árabes. Entre 1979-1989, o Brasil importou, em média 02 bilhões de dólares por ano em petróleo iraquiano, relação facilitada pela preferência do ditador Saddam Hussein por negociações com o Brasil haja vista a postura neutra que o governo brasileiro sempre adotou no que concerne ao assuntos internos do Iraque, algo que não acontecia quando Hussein negociava com países do Primeiro Mundo.

Nesse período o Brasil vendeu aos iraquianos automóveis, alimentos congelados e armamentos pesados (lança-foguetes, mísseis e tanques). Aliás, no campo político a postura dos dois países seguiu uma linha semelhante, uma vez que entre 1970-1980 seus governos

buscaram alternativas ao alinhamento automático aos EUA ou à URSS e trilharam caminhos independentes, buscando relações com países em desenvolvimento, diversificando assim, suas agendas econômicas e políticas. Para se ter uma ideia da força da parceria do Brasil com o Iraque, em 1980, por exemplo, o país do Golfo detinha a fatia de 17,5% das compras totais do Brasil no Exterior (TRAUMANN, 2007).

O autor é categórico ao afirmar que a verdadeira motivação para uma reaproximação diplomática brasileira em relação ao Oriente Médio foi puramente pragmática, uma vez que além do projeto nacional de desenvolvimento econômico do governo militar, houve também a necessidade de agir pragmaticamente no que se refere a assegurar o fornecimento de petróleo, pois o Brasil era o maior importador do produto entre os países em desenvolvimento. De acordo com Santana (2006), durante os anos de 1970, o Itamaraty reforçou duas diretrizes de política externa para o Oriente Médio, levando em consideração os interesse do país e o Choque do Petróleo. A primeira, posta em prática após 1973, condenava a expansão territorial israelense por meio de conflitos com seus vizinhos, já a segunda, que entrou em vigor após a Guerra do Yom Kippur, era pautada pela defesa da criação de um estado palestino.

Essa readequação ao momento da conjuntura internacional levou o Brasil a sair de sua posição diplomática equidistante, qualificação criada pelo próprio Itamaraty e que seria definido como “uma política de imparcialidade e neutralidade, embora não de indiferença” (BREDA DOS SANTOS, 2003). Essa abordagem da política externa brasileira faz parte, segundo Silva e Pilla (2012) de um dos três momentos históricos da diplomacia brasileira para o Oriente Médio do pós-1945, a saber, o período de aproximação (1947-1989), distanciamento (durante os anos de 1990) e engajamento (a partir dos anos 2000).

Segundo os autores, no primeiro período, o Brasil teve participação ativa nas resoluções das Nações Unidas concernentes aos países do Oriente Médio, tendo inclusive, como já fora mencionado, participado de forças de paz da ONU na região, porém, a posição brasileira era de neutralidade, sem indiferença aos acontecimentos do Oriente Médio. Silva e Pilla (2012) destacam a linha da política externa brasileira, a qual foi seguida desde Médici até Batista Figueiredo como sendo uma diplomacia pragmática, em outras palavras, o Brasil agia de acordo com seus interesses imediatos e adequava sua posição política segundo tais interesses. Os autores afirmam que a partir da década de 1970, a intensificação das relações econômicas entre o Brasil e o Oriente Médio leva o governo brasileiro a intensificar sua relação política com a região, especialmente após o Choque do Petróleo, que deixará o Brasil ainda mais vulnerável em relação à dependência dessa matriz energética importada, principalmente do Iraque.

Pecequilo (2011), Silva e Kunrath (2010) e Tible (2013) corroboram com visão de que foi a partir dos anos de 1970 que as relações do Brasil com o Oriente Médio passaram a se intensificar, o que durou até o início dos anos de 1990, uma vez que sob a conjuntura do pós Guerra Fria, o Brasil acabou afastando-se da região politicamente. Um exemplo desse afastamento entre o mundo árabe-muçulmano e o Brasil, foi a diplomacia de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para o Oriente Médio. Analisando a trajetória dos dois presidentes, os quais exerceram dois mandatos consecutivos, observa-se que FHC manteve uma abordagem discreta no que concerne a aproximação com os países desta região, se comparado, por exemplo, com o governo Lula. FHC, a exemplo dos mandatários anteriores, não fez qualquer visita aos países do Oriente Médio e assinou um número pequeno⁴⁴ de acordos com as nações árabe-muçulmanas.

Isso se deu, em parte, em razão da leitura que o presidente e sua equipe diplomática fizeram da conjuntura internacional. O governo de Cardoso comprometeu-se com a nova agenda neoliberal materializada nas regras do Consenso de Washington e com o alinhamento às novas diretrizes mundiais coordenadas pelos Estados Unidos. Durante este período, o governo brasileiro aceitou a ideia de uma área de livre comércio no hemisfério, a ALCA. Embora tenha postergado decisões que aprofundassem sua implantação, percebe-se que a postura diplomática de Cardoso evitava a existência de visões que alimentassem tensões com os Estados Unidos.

Esse momento foi marcado por estratégias direcionadas “à melhora contínua do relacionamento com os Estados Unidos” (VIZENTINI, 2003, p. 96), e à coordenação política contínua com essa superpotência. As adesões aos regimes de controle de armamentos de destruição em massa, como o Tratado de Não Proliferação Nuclear e o Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis, exemplificam o comprometimento brasileiro com as novas regras internacionais patrocinadas pelos EUA (VIZENTINI, 2003).

Uma inserção internacional alinhada às novas regras liberalizantes do Consenso de Washington e à adesão aos regimes internacionais patrocinados pelos Estados Unidos são os traços marcantes da política externa brasileira na década de 1990. Para se reinserirem no cenário internacional após a “Década Perdida”, os países periféricos viram-se levados a reformar suas estratégias de inserção, com alguns optando por estabelecer relações prioritárias

⁴⁴ FHC assinou apenas 10 acordos de cooperação bilateral com países do Oriente Médio

com os Estados Unidos enquanto outros desenvolveram estratégias de inserção mais diversificadas. Partindo desta premissa, a conduta exterior do país se moldou à nova conjuntura do pós Guerra Fria e até os projetos de integração regional, protagonizados pelo Brasil estariam inseridos nesse alinhamento com Washington, já que a resolução dos problemas domésticos dos seus membros estaria orientada pelos princípios neoliberais (PECEQUILO, 2008). A baixa prioridade recebida pelo Oriente Médio por parte do serviço diplomático brasileiro durante os mandatos de FHC (1995-2002) é exemplificada não apenas pelo número de acordos bilaterais assinados, como pelo fato de o presidente não ter visitado qualquer país daquela região enquanto esteve à frente da presidência⁴⁵

Essa linha de pensamento reforça o entendimento de que a política externa de Lula da Silva exigiu a readequação das estratégias de inserção externa na nova conjuntura pós-11 de Setembro. O país reformulou suas relações internacionais, dando mais ênfase a um discurso assertivo, e estruturou sua visão em torno de um sistema multipolar onde tanto as relações Sul-Sul quanto a cooperação com os países ricos passaram a ser contempladas. A nova abordagem política do governo Lula para o Oriente Médio era pautada numa matriz política que priorizava a comunicação com países em desenvolvimento e abria, portanto novas oportunidades de parceria com nações do mundo árabe, tanto no âmbito econômico quanto político, haja vista o papel mediador do Brasil em conflitos no Oriente Médio desde que Lula ascendeu ao poder em 2003 (SILVA, 2010).

⁴⁵ OLIVEIRA, Marcos Guedes et. al. Cardoso, Lula da Silva e o Oriente Médio: Mudança ou Continuidade? *Meridiano* 47, vol. 16, n. 148, mar.-abr. 2015 [p. 18 a 25].

4. O ORIENTE MÉDIO⁴⁶ NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA (2003-2010)

A ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República em janeiro de 2003 inaugurou um novo momento da conjuntura política brasileira como um todo, incluindo a esfera diplomática, haja vista o interesse da nação em levar ao poder um governo que propunha “romper com um modelo econômico e de inserção internacional considerado inadequado ao desenvolvimento e insuficiente para atender às demandas internas do país”⁴⁷. A decisão acertada da política externa num mundo globalizado influencia na forma como dado país se insere internacionalmente e também causa impacto nas populações nacionais (FERREIRA, 2009), dentro desta perspectiva, o governo Lula atuou por meio de um forte multilateralismo, defendeu a soberania e igualdade de todos os países e fez alianças com potências emergentes, o que demonstra o quanto fatores internos e externos contribuíram para que tal cenário se apresentasse.

O fim da Guerra Fria permitiu uma atuação mais assertiva dos países emergentes, entre eles, Rússia, Índia, África do Sul e o próprio Brasil, em termos de cooperação entre si, formando blocos⁴⁸ que confrontavam um sistema internacional voltado aos interesses de grandes *players*, com a atuação brasileira sendo de suma importância para o fortalecimento desta iniciativa (AMORIM, 2010; FERREIRA, 2009; ALMEIDA, 2004, LEITE, 2011, OLIVEIRA, 2005).

Durante o governo Lula, a participação brasileira na OMC, em negociações multilaterais e no que concerne à cooperação Sul-Sul, (ALMEIDA, 2004; SARAIVA e VALENÇA, 2012) se apresentou por meio de um forte ativismo. Na economia, Lula preferiu a linha da soberania econômica nacional aliada às políticas setoriais de desenvolvimento, articulando fóruns como o G-20 e o G-3 (AMORIM, 2010, 2005; ALMEIDA, 2004). A atuação do Brasil na América Latina durante a Era Lula priorizou o lado mais político e social das relações com o bloco do MERCOSUL, cuja materialização se daria por meio do ativismo

⁴⁶ Esta pesquisa entende a região em questão como aquela descrita na conceituação de Bassam Tibi Conf. TIBI, Bassam. Where is the Middle East? The Definition and Classification Problem of the Middle East as a Regional Subsystem in International Relations. *Turkish Journal of Politics*, vol. 02, n. 02, dez-fev, 2011. Disponível em: <http://tjp.fatih.edu.tr/docs/articles/112.pdf>. Acesso em 16/07/2014. Uma vez que este autor exclui a Palestina de seu conceito, esta pesquisa utiliza a classificação dele com o acréscimo desta região, com base na importância que a mesma tem dentro do Oriente Médio.

⁴⁷ MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. A História em espiral: as primeiras inflexões na Política Externa do Governo Lula. *Meridiano* 47, nº 46, maio 2004. <<http://ibri-rbpi.org>>. Acesso em: 11 setembro 2014.

⁴⁸ G-20- Grupo de países em desenvolvimento criado na fase final de preparação da V Conferência Ministerial da OMC, G-4- Grupo composto por Alemanha, Brasil, Índia e Japão – em busca da reforma no Conselho de Segurança da ONU e das suas respectivas admissões nele como membros permanentes, IBAS- Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul.

diplomático e das alianças políticas, caso das relações com a Argentina, considerada como o grande parceiro estratégico do governo petista no subcontinente. Aliás, essa liderança exercida por Lula na América Latina e a presença do Brasil de maneira mais ativa no cenário internacional foi fruto, também, da chamada diplomacia presidencial, que já estava em curso nos anos FHC, mas que tomou formas mais claras com a chegada de Lula ao poder em 2003 (SARAIVA e VALENÇA, 2012).

O presidente petista aliou os serviços do Itamaraty ao trabalho de seus assessores de política externa, o que explica, por exemplo, a ênfase da diplomacia de Lula em relação a temas como o combate às desigualdades sociais (Fome Zero mundial), uma vez que este tipo de política está historicamente associado à ideologia do Partido dos Trabalhadores (PT). De fato, em nenhuma outra esfera, as linhas teórico-ideológicas do PT foram tão nítidas como o foram na área diplomática, “é nas relações exteriores e na sua política internacional que o governo do presidente Lula mais se parece com o discurso do PT⁴⁹”. O governo Lula caracterizou-se por uma maior participação num mundo globalizado com preservação da soberania nacional, com uma política externa “ativa e altiva”, nas palavras de Celso Amorim⁵⁰, apresentando uma abordagem da diplomacia como instrumento com papel substantivo na conformação do ‘projeto nacional’; e da liderança regional e internacional para mudar substantivamente e trazer justiça ao mundo (‘nova geografia mundial’), e isso se fez através da cooperação Sul-Sul (FERREIRA, 2009). A abordagem Sul-Sul alcançou um novo⁵¹ patamar com o governo Lula, como resume Patrícia Soares Leite (2011, p.169):

Sem prejuízo das relações com os países do Norte, o Brasil intensificou a aproximação com países do Sul, particularmente árabes e africanos e a China, universalizando a política exterior brasileira, com objetivos bilaterais e multilaterais, com vista à formação de força anti-hegemônica. Visou-se à constituição de um mundo multipolar, em que o país passou a arrogar-se maiores responsabilidades num esforço de democratização das relações internacionais.

⁴⁹ ALMEIDA, Paulo Roberto. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Rev. Bras. Polít. Int.** 47 (1): 162-184 [2004]. Disponível em: <<http://ibri-rbpi.org>>. Acesso em: 25 maio 2014.

⁵⁰ O chanceler brasileiro durante a Era Lula, Celso Amorim costumava se referir à diplomacia praticada pelo presidente como ‘ativa e altiva’, entendendo-se a expressão como a prática de uma política externa engajada em questões do interesse das potências médias, participação mais assertiva em fóruns mundiais (OMC, BRICs, ONU etc.), além da defesa dos interesses brasileiros no cenário internacional de maneira mais ativa.

⁵¹ O *approach* Sul-Sul na diplomacia brasileira começou ainda nos anos de 1960, com a chamada Política Externa Independente (PEI), já discutida no capítulo anterior, mas voltou com força total na Era Lula (2003-2010) em razão da linha de pensamento delineada pelo presidente e pelo seu serviço de política exterior, ancorado nas pessoas de Celso Amorim, ministro de relações exteriores e Samuel Pinheiro Guimarães, embaixador e principal auxiliar do ministro. Lula ancorava sua diplomacia em duas vertentes: a continuidade das relações com as grandes potências, tradicionais aliadas do Brasil, e no estreitamento dos laços com países emergentes, em um esforço de diversificar os parceiros políticos, econômicos e estratégicos do país e ao mesmo tempo posicionar o Brasil no cenário internacional como um *player*.

Segundo Patrícia Soares Leite (2011), a conjuntura internacional e a situação interna do Brasil durante o primeiro mandato de Lula eram muito mais favoráveis a uma abordagem diplomática do tipo Sul-Sul, que priorizasse regiões como o Oriente Médio, algo que não aconteceu, por exemplo, em relação aos mandatos de Jânio Quadros (1960-1961) e João Goulart (1961-1964), cujas políticas exteriores também deram ênfase ao relacionamento com potências médias e com os países mais pobres, especialmente os recém-independentes na África.

Entre as regiões do planeta onde o Brasil passou a desempenhar uma política exterior mais ativa durante o governo de Lula, estão: a África⁵² e o Oriente Médio, áreas prioritárias dentro da perspectiva das relações Sul-Sul na diplomacia brasileira e cujas relações com o governo do Brasil aumentaram consideravelmente durante o governo petista. Essa aproximação com o mundo árabe-muçulmano, por exemplo, se dá, entre outros fatores, pelo motivo de o Oriente Médio ser uma região estratégica⁵³ no tabuleiro político mundial, e o Brasil, que durante a Era Lula (2003-2010) buscou com afinco defender uma posição de protagonismo no cenário internacional, não poderia negligenciar tal região (TIBLE, 2013).

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi marcado pela atenção dada ao Oriente Médio, fato inédito⁵⁴ na diplomacia brasileira, haja vista nenhum outro governo ter se voltado com o mesmo ímpeto para questões do mundo árabe como o fez o mandatário do PT. Lula não se contentou em apenas alcançar uma aproximação baseada em acordos de cooperação com o mundo árabe, mas foi além, ao promover o estreitamento das relações com aquela região por meio da criação de iniciativas como a Cúpula América da América do Sul- Países Árabes. Lula também fez questão de visitar os países do Oriente Médio em uma clara afirmação das linhas teóricas esboçadas pela diplomacia “ativa e ativa”, haja vista o interesse do presidente em apresentar o Brasil como um importante parceiro da região, tanto por meio da cooperação nas áreas de comércio e economia (esferas onde a parceria entre o Brasil e o

⁵² Durante seus dois mandatos (2003-2010) Lula fez 29 visitas oficiais a países da África, um número considerável, se comparado, por exemplo, a seu antecessor, FHC, que fez apenas 06, enquanto esteve no poder, conf. www.presidencia.gov.br. Além deste aspecto, Lula, por meio da diplomacia do diálogo com as potências médias e em razão de laços históricos e culturais, deu maior ênfase à aproximação com o continente africano, algo que se iniciara com FHC, mas que ganhou corpo com o governo do petista.

⁵³ O Oriente Médio é uma região estratégica dentro do cenário internacional, haja vista suas características: os recursos naturais e energéticos, mormente o petróleo, o patrimônio cultural que a região abriga, o florescente mercado consumidor e também produtor dos países da região, além do conflito árabe-israelense, cujos desdobramentos ecoam pelo resto do planeta. Em termos de segurança mundial, o Oriente Médio também merece atenção, uma vez que problemas como o terrorismo acabam tendo consequências que vão além as fronteiras da região, tome-se como exemplo, grupos como a Al Qaeda.

⁵⁴ O governo Lula foi o que mais se aproximou dos países do Oriente Médio, o que pode ser comprovado, entre outras coisas, pelo número de acordos assinados, 135, uma cifra significativamente maior que a apresentada, por exemplo, por Batista Figueiredo, segundo presidente em número de acordos com o mundo árabe, tendo assinado, 17.

Oriente Médio foi mais forte), quanto através de um engajamento brasileiro em questões políticas de grande envergadura em termos diplomáticos, como o conflito árabe-israelense (SILVA e KUNRATH, 2010) e o imbróglio entre o Irã e a comunidade internacional. A seguir, serão descritos e analisados, de maneira mais detalhada, alguns pontos importantes para a compreensão da forma como se deu a diplomacia do governo Lula para o Oriente Médio.

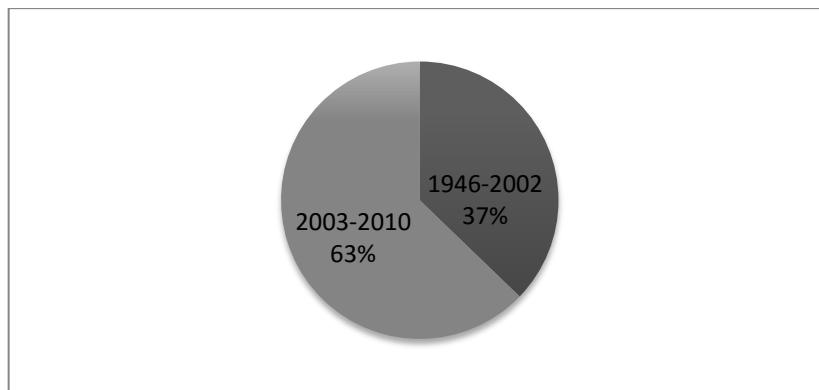
4.1 ÁREAS ESTRATÉGICAS DE COOPERAÇÃO

Um dos indicadores do nível de aproximação entre países é a cooperação bilateral por meio da assinatura de acordos. Durante o governo Lula (2003-2010), foram assinados 135⁵⁵ tratados⁵⁶ com os países do Oriente Médio, um número inédito na história das relações entre as duas partes, haja vista, por exemplo, que Fernando Henrique Cardoso, o qual também teve dois mandatos presidenciais, só assinou 10 tratados e até mesmo o presidente que vem em segundo lugar em número de acordos com o mundo árabe-muçulmano, o militar Batista Figueiredo, assinou apenas 17, seguido por Geisel, com 13 acordos, os dois últimos sendo os mandatários que mais se aproximaram da região mencionada antes do governo Lula (2003-2010) em termos de assinatura de acordos bilaterais. O gráfico a seguir mostra de maneira clara o quanto a administração Lula deu atenção ao Oriente Médio em termos de cooperação bilateral por meio da assinatura de tratados com países daquela região, haja vista que desde o governo Gaspar Dutra (1946) até a ascensão do governo petista, a área em questão recebeu pouca atenção da diplomacia brasileira no que concerne à assinatura de tratados bilaterais:

⁵⁵ Para esta compilação foram contados todos os acordos sem distinção de natureza (acordo, retificações, atas, ajustes etc.). Fonte: <http://dai-mre.serpro.gov.br/>

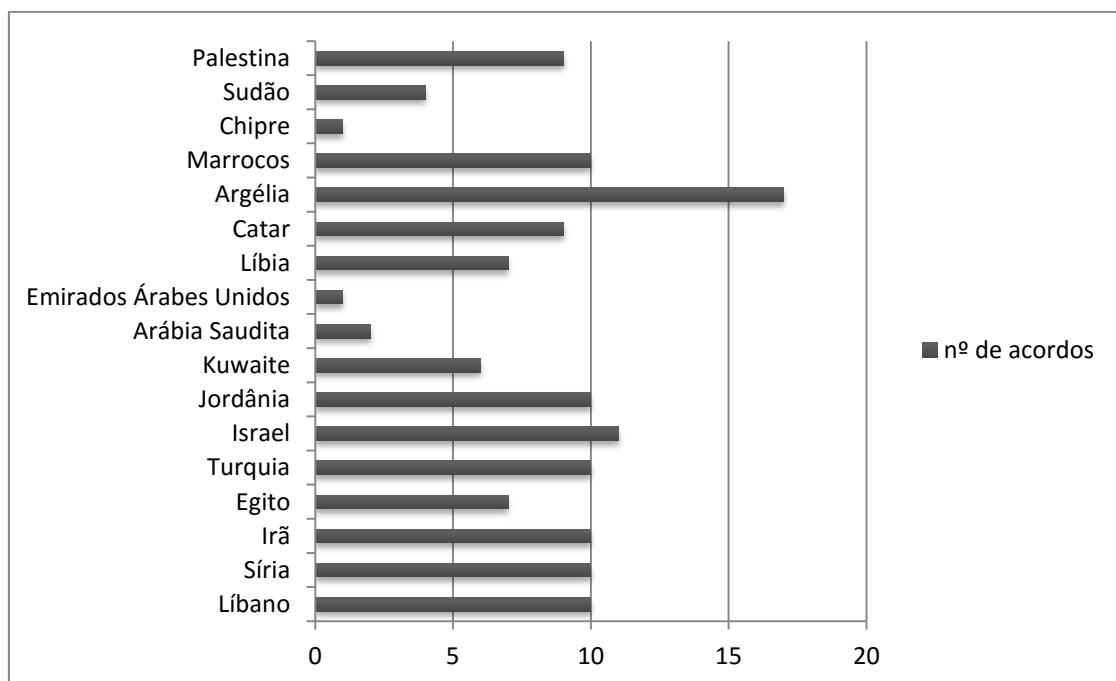
⁵⁶ Dos quais 97 estão em vigor.

Figura 5. Porcentagem de acordos firmados entre o Brasil e o Oriente Médio (1946-2010).



A marca de Lula não foi impressiva apenas do ponto de vista numérico, mas também no que concerne à diversidade de nações com as quais ele manteve contato, firmando parcerias com todos os países do Oriente Médio⁵⁷, com exceção da Mauritânia. Os gráficos a seguir mostram os principais parceiros do Brasil na região e a diversidade de áreas de cooperação em relação aos acordos firmados durante o governo Lula (2003-2010):

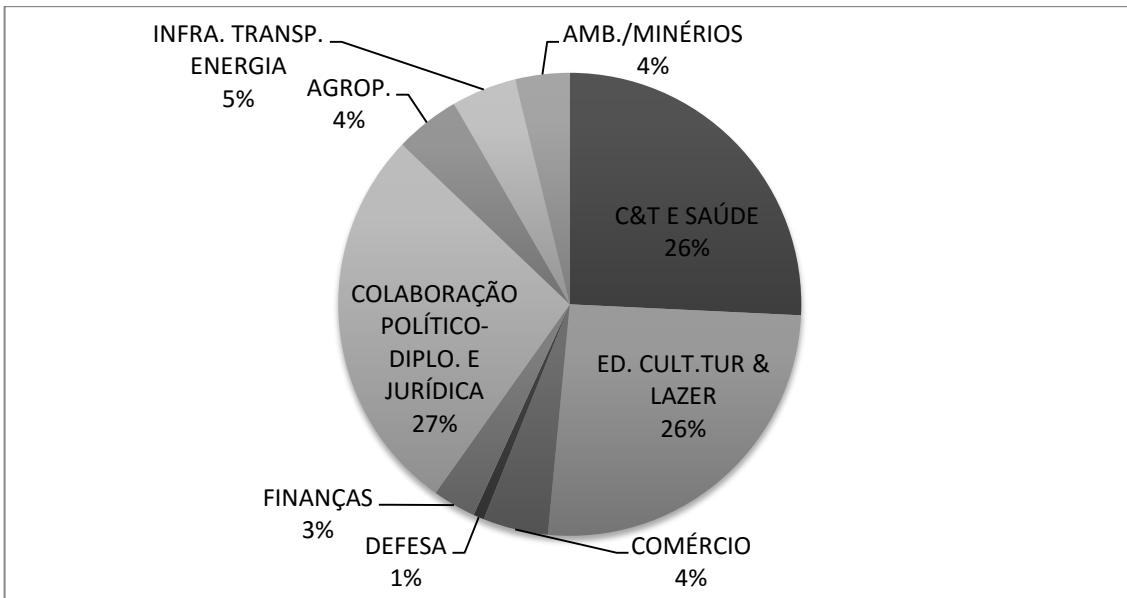
Figura 6. Número de acordos com os parceiros do Brasil no Oriente Médio (2003-2010)



Compilação própria. Fonte: <http://dai-mre.serpro.gov.br/>

⁵⁷ A definição utilizada por este trabalho é feita com base no conceito de Bassam Tibi com o acréscimo da Palestina.

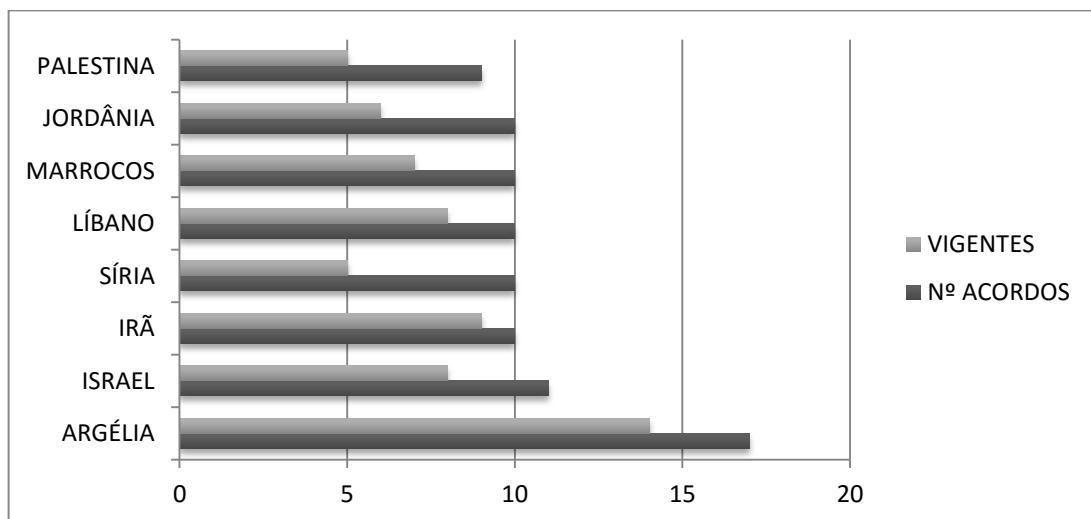
Figura 7. Porcentagem de acordos por área (2003-2010)



Compilação própria. Fonte: <http://dai-mre.serpro.gov.br/>

Observa-se que dos 135 acordos assinados com as nações do Oriente Médio durante o Lula (2003-2010), apenas 38 não chegaram a entrar em vigor⁵⁸, conforme atesta a figura a seguir:

Figura 8. Número total de acordos assinados em comparação com os que estão vigentes entre os maiores signatários (2003-2010)



⁵⁸ Fonte: <http://dai-mre.serpro.gov.br/>

Apesar de o número de acordos firmados entre o Brasil e os países do Oriente Médio ser um indicador do nível de cooperação entre as partes em questão, a vigência destes tratados aponta para resultados mais concretos, contudo. Em outras palavras, a cooperação não deve ficar no campo das formalidades diplomáticas, mas deve-se consolidar em ações práticas. Tome-se, por exemplo, o caso da Argélia, principal signatária de acordos com o Brasil entre os países do Oriente Médio, com 17 no total, dos quais 14 estão em vigor. Esta nação tem desenvolvido uma parceria com o Brasil no que concerne à capacitação técnica em procedimentos cirúrgicos cardíacos pediátricos, gestão e monitoramento de ecossistemas florestais, desenvolvimento integrado e sustentável da bacia hidrográfica do rio Touil, conservação de recursos hídricos e solos em zonas úmidas do rio Tell Oriental, gestão e normatização do atendimento de queimaduras, transferência de conhecimento para produção de gemas lapidadas, joias e artesanato mineral e missão de prospecção de projetos na área da agricultura.

A cooperação com a Argélia⁵⁹ é um típico exemplo em que a parceria não se estabelece apenas nominalmente, por meio de um número razoável de acordos, mas pelos resultados práticos, o que mostra que a cooperação se estabeleceu, de fato. Sem mencionar o fato de a Argélia ter sido o maior vendedor para o mercado brasileiro entre os países do Oriente Médio durante o governo Lula (2003-2010)⁶⁰. Apesar de apenas metade dos 10 acordos firmados entre o Brasil e a Síria estar em vigor, a parceria entre as duas nações durante o governo Lula se mostrou frutífera na área educacional com resultados práticos, a exemplo da criação de um curso de português no Instituto de Línguas da Universidade de Damasco, após a visita do então ministro da Educação brasileiro Fernando Haddad à Síria em 2006.

4.1.1 Comércio

As relações comerciais entre o Brasil e o mundo árabe também se estreitaram bastante após os mandatos do presidente Lula, haja vista o interesse deste governo em diversificar as relações econômicas do país com nações da Ásia, África e da América Latina, ao invés de se fiar apenas nos laços com as grandes potências mundiais. Isso trouxe efeitos benéficos para o

⁵⁹ Fonte: <<http://www.embaixadadaargelia.com.br>>.

⁶⁰ Conf. figura 06.

Brasil, uma vez que a conquista de novos mercados foi fundamental para que a economia brasileira sofresse menos impactos durante a crise financeira mundial de 2008. De fato, Lula abriu uma nova etapa nas relações com o mundo árabe, como destaca Salim Schahin⁶¹ (CCA, 2010a, p. 09), ao afirmar que:

Em seu primeiro ano de mandato, o presidente Lula lançou as bases de uma nova etapa no relacionamento entre árabes e brasileiros. Por empenho pessoal, adotou uma política de comércio exterior e uma linha diplomática caracterizada pela inclusão e pela diversidade.

O crescimento do perfil internacional do Brasil durante o governo do presidente Lula permitiu impulsionar a aproximação do país com o Oriente Médio, inclusive em sua vertente econômico-comercial e financeira, o que possibilitou a multiplicação do fluxo de comércio com a região em mais de três vezes no seu ápice (2008), em relação aos níveis anteriores ao governo Lula (2003-2010)⁶². O papel do Brasil no cenário internacional, as visitas de Lula ao Oriente Médio, a atuação do governo federal e da Câmara de Comércio Árabe (CCA,2010a) e as viagens feitas por empresários brasileiros ao mundo árabe-muçulmano foram responsáveis pelo aumento no fluxo de comércio entre a região e o Brasil. Os números comprovam que esta atuação estimulou as relações com o mundo árabe de maneira peculiar, uma vez que as exportações às nações desta região cresceram 240% entre 2003 e 2009, atingindo 9,4 bilhões de dólares, enquanto que as importações evoluíram 91,83% e registraram 5,2 bilhões de dólares.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, apenas no primeiro trimestre de 2010, as empresas brasileiras exportaram cerca de 2,3 bilhões de dólares para os 22 países árabes, um desempenho 24,6% superior ao registrado no mesmo período em 2009, com itens como carne e miudezas comestíveis gerando 2,7 bilhões de dólares aos cofres do país, ocupando assim, o primeiro lugar entre os produtos exportados para os 22 países árabes⁶³, correspondendo a 29% de tudo que o Brasil exportou para estas nações. Já em relação às importações para o mundo árabe, o número cresceu 107% no mesmo período, movimentando cerca de 1,5 bilhão de dólares. Esses números indicam o esforço do Brasil em diversificar suas relações econômicas, o que se mostrou também verídico em relação ao pensamento dos países do Oriente Médio no que concerne ao comércio com a nação brasileira, como afirma Schahin, ao dizer que “os empresários árabes passaram a enxergar o

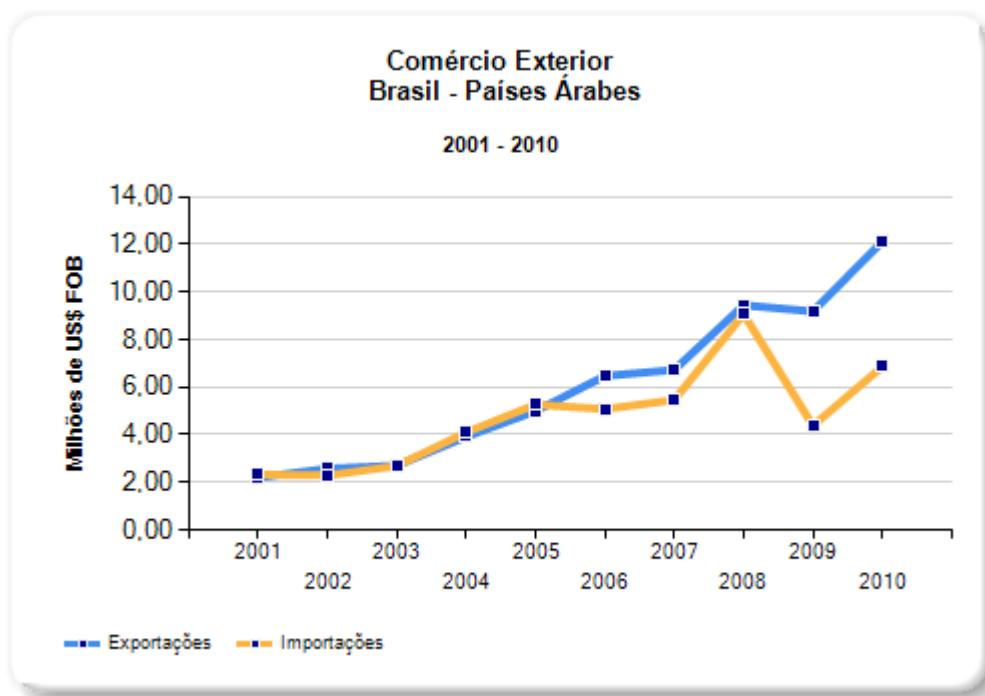
⁶¹ Na época da declaração, em 2010, Schahin era presidente da Câmara de Comércio Árabe (CCA)

⁶² www.itamaraty.gov.br

⁶³ Integrantes da Liga Árabe.

Brasil como uma grande potência, além de ser uma alternativa à Europa e aos Estados Unidos” (CCA, 2010a, p. 12).

Figura 9. Comércio exterior Brasil-países árabes (2001-2010)



Fonte: Câmara de Comércio Árabe. Disponível em: <http://www.ccab.org.br/>.

O gráfico acima mostra que o comércio com os países do mundo árabe manteve a relação de compra e venda muito próxima, sem diferenças substanciais entre o número de importação e de exportação. Deve-se atentar para o fato de que as exportações, contudo, foram mais constantes, haja vista a queda abrupta das importações entre 2008-2009, como resultado da crise econômica originada nos EUA em 2008. Nesse biênio, o número de importações caiu pela metade, passando de US\$8 para US\$4 milhões, uma queda considerável em termos de negócios para o Brasil, com o país esboçando uma reação no ano seguinte, com um incremento de US\$ 2 milhões na balança de importações em relação a 2009. É importante atentar para o fato de que, apesar de todo o esforço e do incremento nas relações comerciais do Brasil com os países do Oriente Médio, não houve mudança significativa em relação aos parceiros com os quais o país negociava entre 2003 e 2010, ou seja, o Brasil manteve-se atrelado às mesmas nações, não diversificando seus parceiros comerciais, conforme se observa no quadro abaixo:

Quadro 3. Comércio Brasil-Oriente Médio (2003-2010)

(Cinco principais parceiros) ⁶⁴			
Importações		Exportações	
2003	2010	2003	2010
1º Argélia (36%)	Argélia (27%)	1º Irã (21%)	Arábia Saudita (19%)
2º Arábia Saudita (29%)	Arábia Saudita (24%)	2º Arábia Saudita (16%)	Irã (13%)
3º Israel (10%)	Israel (12%)	3º EAU (13%)	Egito/EAU (12%)
4º Iraque (9%)	Iraque/Marrocos (8%)	4º Egito (11%)	Turquia (6%)
5º Marrocos (6%)	Turquia (7%)	5º Turquia (8%)	Argélia (5%)

Os dados mostram que o Brasil seguiu a linha da continuidade em relação ao número de parceiros com os quais mais negociou entre 2003 e 2010, com destaque para a Arábia Saudita, Turquia e Argélia no que concerne à presença tanto como exportadores quanto como importadores na balança comercial nacional; Israel, Iraque e Marrocos como vendedores ao Brasil; e Irã, Emirados Árabes Unidos (EAU) e Egito como bons parceiros em relação à compra de produtos brasileiros. Em 2003, os cinco países mencionados no gráfico respondiam por 69% das exportações brasileiras para o Oriente Médio, em 2010, há uma pequena mudança, com a inclusão da Argélia entre os que mais negociaram com o Brasil e os EAU empatando com o Egito em porcentagem (12%), o que mostra um aumento na competição entre os parceiros do Brasil no Oriente Médio, tendo a porcentagem da balança de exportações nacionais para os principais parceiros da região apresentado uma queda de 2% em 2010 em comparação à porcentagem dos cinco maiores parceiros em 2003, ficando em torno de 67%.

A balança de importação também não se modificou de 2003 a 2010, com o Brasil mantendo os mesmos parceiros, com o acréscimo da Turquia. É interessante observar que a Argélia manteve-se como a maior parceira do Brasil, seguida de Arábia Saudita e Israel. Entre 2003 e 2010, houve uma competitividade maior entre os principais parceiros brasileiros na

⁶⁴A classificação de Oriente Médio utilizada aqui exclui a Palestina por esta não haver desenvolvido qualquer tipo de relação comercial com o Brasil no período de 2003-2010. Compilação própria. Dados: Aliceweb2: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>

região, com contribuições mais diversificadas de outros países, ainda que ínfimas, haja vista, em 2003 a contribuição dos cinco maiores parceiros corresponder a 90% de todas as importações entre o Brasil e os outros países do Oriente Médio e em 2010 esse número ter caído para 78%, o que significa dizer que houve uma maior distribuição entre os países.

A Câmara de Comércio Árabe (CCA) tem sido um dos elementos responsáveis pelo estreitamento de laços comerciais entre o Brasil e os 22 estados árabes por meio de iniciativas como a promoção de eventos entre empresários brasileiros e árabes, participações em feiras no Oriente Médio e através da criação de mecanismos como o Comitê de Investimentos, cujo objetivo é formular políticas e ações para aumentar a atração de capital de origem árabe em empreendimentos brasileiros, e o Comitê de Comércio Exterior, o qual tem como propósito promover ações de capacitação interna que contribuam para o aumento do intercâmbio comercial entre brasileiros e árabes. O Comitê de Investimentos teve sua primeira ação nos Emirados Árabes Unidos e no Kuwaite, em abril de 2010, onde se realizou seminários com a participação de investidores que discutiram as oportunidades dos setores de infraestrutura e turismo no Brasil.

Em maio de 2010, a CCA realizou pelo segundo ano consecutivo, a Rodada Internacional de Negócios 2010-projeto comprador, onde durante três dias, exportadores brasileiros se reuniram com oito empresários de grandes redes de supermercado e de distribuição do Egito, Jordânia, Emirados Árabes Unidos, Djibuti e Bahrein, estabelecendo novos acordos comerciais. A CCA também participou da *Gulfood*, em Dubai, Emirados Árabes Unidos, uma feira do ramo alimentício, da feira *Healthcare* da indústria médica em Damasco, na Síria, da Djazagro, Feira Internacional de *Agrofood*, na Argélia e da Missão Empresarial ao Egito e ao Líbano, iniciativa do governo federal, a qual contou com um seminário preparatório sobre o potencial de mercado da região, feito especificamente para empresários, na sede da CCA, em São Paulo (CCA, 2010a).

4.1.2 Agronegócio

Para se perceber a forma como se deram as relações do governo Lula com os países do mundo árabe-muçulmano é necessário atentar para o papel desempenhado pela sociedade civil, na atuação das câmaras de comércio e de empresários interessados em ampliar o comércio com as nações daquela região, em outras palavras, em termos comerciais, o governo atuou em conjunto com outros setores, o que garantiu um crescimento e uma diversificação no que concerne aos laços comerciais com o Oriente Médio na era Lula.

Exemplo disto é a disparidade entre o número de acordos firmados entre o governo do Brasil e países do Oriente Médio e a quantidade de iniciativas entre os setores comerciais destas nações e o Brasil na área do agronegócio. Enquanto este setor correspondeu a apenas 4% do número de tratados firmados pelo Brasil e as nações do Oriente Médio, essa foi a área mais frutífera em termos econômicos em relação ao comércio com o mundo árabe-muçulmano, ou seja, o sucesso das relações econômicas do Brasil com o mundo árabe se deu, em grande parte, porque tanto o governo, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Agência de Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil), quanto a sociedade civil, por meio da classe empresarial e de entidades como as câmaras de comércio, trabalharam para promover o aumento da presença brasileira nos mercados árabes.

O agronegócio é o elo mais forte entre o Brasil e os países árabes no campo comercial, sendo neste setor onde se concentram as empresas nacionais com maior participação na região, os grandes contratos, os maiores volumes de negócios e os embarques mais volumosos. Entre os fatores que levam o agronegócio ao topo da lista comercial brasileira em relação às negociações com os países do Oriente Médio está o fato de o Brasil ser um país cuja área cultivável corresponde a cerca de 8% de seu território, além de apresentar altos índices de produtividade e um padrão de qualidade reconhecido internacionalmente, enquanto que as nações árabes possuem grandes porções territoriais com clima árido desértico, dificultando a produção de alimentos, o que os leva a serem grandes dependentes de importação de países como o Brasil; os Emirados Árabes Unidos, por exemplo, importam cerca de 80% do que é consumido no país (CAM, 2010b).

Os produtos agrícolas lideram a pauta de exportação brasileira para os países árabes, com este setor tendo sofrido um incremento de 214,4% entre 2000 e 2009, com uma evolução de exportações para o mundo árabe de 611,7% nesse período e tendo alcançado a cifra de 64,7 bilhões de dólares em 2009 em vendas para a região em questão, correspondendo a 10,6% das exportações brasileiras para o mundo árabe.

O agronegócio também permitiu que o Brasil investisse na exportação de maquinário e implementos agrícolas para o Oriente Médio. Dados da Associação Brasileira de Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) mostram que em 2009, a cifra das exportações foi de US\$ 2,4 milhões, média dos anos anteriores, com o país comercializando veículos para a preparação de terrenos, aplicação de fertilizantes, pulverização, plantio, pecuária, cultivo, transporte etc. Os equipamentos brasileiros “são robustos e garantem eficiência no campo, com redução de custos e alta produtividade” (CCA, 2010b, p. 14).

A transferência de tecnologia também se processou no âmbito do campo agrário entre o Brasil e os países árabes, com o governo brasileiro firmando em maio de 2010 um acordo com o Ministério de Agricultura do Sudão. A empresa Pinesso, do Mato Grosso do Sul, por exemplo, desenvolveu parceria com o governo do Sudão, por meio da Arab Sudanese Blue Nile Agricultural, para o cultivo de 20 a 30 mil hectares de soja e algodão em 2011, com a empresa brasileira fornecendo conhecimento (técnicas de plantio e colheita), sementes e equipamentos, como parte de um plano mais amplo de fazer desse país um potencial exportador de soja e algodão para as nações de seu entorno (CCA, 2010b).

Ainda em 2010, a Empresa Brasileira de Pesquisas Agrícolas (EMBRAPA) e o governo do Egito firmaram uma parceria de cinco anos, para realizar, entre outras ações, pesquisas conjuntas nos campos de recursos genéticos, biotecnologia, nanotecnologia, tecnologias de culturas resistentes à seca e proteção vegetal.

4.1.3 Comércio de *Commodities*

Além do agronegócio, as trocas comerciais envolvendo *commodities* alimentícias entre os países árabes e o Brasil também cresceu entre os anos de 2003-2010, com importantes empresas brasileiras do setor galgando uma posição na região em questão. Os principais produtos exportados pelo Brasil para o mundo árabe-muçulmano foram carnes, açúcar e cereais. Em 2010, o Brasil respondia por cerca de 40% das exportações mundiais de aves e por 25% das exportações de bovinos, e sua relação comercial com as nações árabes havia crescido 48% no primeiro trimestre do ano em questão, somando US\$3,8 bilhões. Em 2009, as exportações brasileiras de carne para os 22 países que fazem parte da Liga Árabe atingiram US\$ 2,7 bilhões, o que corresponde a 29% de tudo o que fora vendido para a região (CCA, 2010b).

Destaque para a BRF-Brasil Foods, empresa nascida da fusão da Sadia com a Perdigão e que também engloba a Batavo, Rezende e a Avipal, cuja receita no primeiro trimestre de 2010 fora de US\$ 5,8 bilhões, dos quais 41% vieram de exportações, sendo quase 30% desse total vindo dos países do Oriente Médio. A Brasil Foods também envia à região produtos lácteos e congelados de marcas como Perdix, Borella, Hilal, Unef e Confidence e também exporta óleos vegetais para o mundo árabe. Um aspecto importante a ser considerado ao se explicar o sucesso da empresa em terras árabes é o fato de a Brasil Foods estar presente no mundo árabe desde os anos de 1970 e de buscar adaptar-se às exigências do consumidor dos países daquela região. A Sadia, por exemplo, que possui dois escritórios no Golfo Pérsico, já

era, em 2010, a marca líder absoluta em industrializados de carne de frango inteiro e partes de frango nos mercados da Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã (CCA, 2010b).

Outra empresa forte na região é a JBS-Fribri, que em 2010 já se posicionava como a maior processadora e exportadora de carnes do mundo, a qual começara a atuar na região nos anos 2000 e cujo crédito pelo sucesso se deve também à adaptação ao mercado árabe, cujos consumidores são muito exigentes no que concerne a questões de saúde, meio ambiente e observâncias religiosas. Carne bovina, ovina e de frango estão entre os itens comercializados pela empresa com países como Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Catar, Egito, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Palestina, além de outros. A Gomes da Costa, gigante na área de pescado no Brasil também tem buscado uma fatia do mercado árabe, uma vez que peixes são irrestritos pelas leis muçulmanas referentes a alimentos. A empresa solidificou-se no comércio com os Emirados Árabes Unidos (EAU), Iraque, Jordânia, Líbano, Líbia, Omã, Marrocos e Síria (CCA, 2010b).

O segundo item na balança comercial brasileira para o Oriente Médio é o açúcar, cuja comercialização na região começou nos anos de 1970. Em 2009, as exportações atingiram US\$ 2,5 bilhões, cerca de 45% a mais que em 2008, o que posicionava os países árabes como os maiores compradores consumidores da *commodity* brasileira. A empresa brasileira Cosan, que em 2010 já era a terceira maior produtora de açúcar do mundo, comercializava com o mundo árabe tanto o açúcar bruto, com alto teor de sacarose e utilizado como matéria-prima, quanto o produto final para consumo direto (refinado e cristal). A Cosan construiu sua base comercial no mundo árabe por meio de um canal de diálogo com potenciais clientes, sempre aberta a ouvir as demandas dos consumidores da região, postura comum entre as empresas nacionais que desfrutam de sucesso no Oriente Médio (CCA, 2010b).

Além de carnes e açúcar, outro item brasileiro muito consumido pelos árabes é o café, cujas exportações em 2009 chegaram a 1,3 milhão de sacas de 60kg (o que corresponde a cerca de 25% de aumento em relação ao ano anterior), com uma receita de US\$ 163 milhões. Entre janeiro e maio de 2010, foram vendidas 483,32 mil sacas no valor de US\$ 65,2 milhões. O mercado de cereais também aumentou seu rendimento, em 2010 houve um aumento de 22,6%, chegando à cifra de US\$ 302 milhões aproximadamente, com os principais grãos comercializados tendo sido milho, trigo e arroz (CCA, 2010b).

É importante destacar a importância do papel da sociedade civil no comércio entre o Brasil e o mundo árabe, com iniciativas como a Rodada Internacional de Negócios-Projeto Comprador, realizada em maio de 2010, onde 25 empresas nacionais estiveram presentes,

com a realização de 144 reuniões e com 3,2 milhões em novos negócios. Seis grandes supermercadistas e distribuidores árabes estiveram presentes, entre eles o Al Maya, líder na distribuição de alimentos no Oriente Médio, o Cozmocenter (Jordânia) que importa o Brasil orgânicos enlatados, gêneros para diabéticos e sucos prontos e o Maza (Bahrein) que desde 2004 importava frango do Brasil (CCA, 2010b).

4.1.4 Defesa

A área de defesa foi considerada pela administração Lula (2003-2010) como uma prioridade em matéria de política externa no que concerne aos países do Oriente Médio, com o Brasil retomando o comércio de material militar com a região, cujo auge se deu nos anos de 1970-1980, mas que desde os anos de 1990 havia sido negligenciado pelo governo brasileiro. Entre os anos de 1975-1992, os países do Oriente Médio compravam cerca e 52% das armas brasileiras, mas entre 1993-2010, nenhum tipo de negociação havia sido feita entre as partes. Durante o governo Lula, desenvolveram-se várias iniciativas para a promoção de negociações envolvendo o setor militar brasileiro e de países do mundo árabe, a exemplo das visitas oficiais do próprio presidente à Síria e ao Líbano, em 2003 e a Israel, Palestina e Jordânia em 2010, além da visita do então ministro da Defesa, Nelson Jobim à Jordânia e a Israel em 2010; essas ações levaram à retomada do comércio de material militar entre as partes no último ano do governo Lula.

As coordenadas da política de defesa promovida pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) em relação aos países do mundo árabe-muçulmano foram definidas em 2008 e baseavam-se nas seguintes premissas: cooperação técnica, científica e tecnológica em assuntos de defesa, promoção comercial da indústria armamentista brasileira, realização de consultas políticas sobre assuntos de defesa e formação profissional de quadros especializados das Forças Armadas.

Os mecanismos⁶⁵ responsáveis por colocar em prática essa política de defesa esboçada pelo governo brasileiro em termos de negociação comercial com os países do Oriente Médio seriam os seguintes documentos: Brasil-Arábia Saudita: Memorando de Entendimento para Estabelecimento de Consultas Políticas (assinado 16/5/2009); Brasil-Bahrein: Memorando de Entendimento para Estabelecimento de Consultas Políticas (em fase de negociação); - Brasil-

⁶⁵ Ministério das Relações Exteriores (MRE). Disponível em: www.itamaraty.gov.br.

EAU: Memorando de Entendimento para Estabelecimento de Consultas Políticas (em fase de negociação); Brasil-Jordânia: Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais (23/10/2008); Brasil-Líbano: Memorando de Entendimento para Ampliação e Diversificação das Relações Bilaterais (17/04/2004); Brasil-Israel: Memorando de Entendimento para Consultas Bilaterais entre o MRE e o MNE (29/05/2005); Brasil-Síria: Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas entre seus Ministérios das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros (09/02/2009); Brasil-Autoridade Nacional Palestina (ANP): Acordo, por troca de Notas, para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas (13/02/2008).

Um dos principais produtos de uso militar exportados pelo Brasil são as armas leves, como revólveres, especialmente os fabricados pela empresa gaúcha Taurus, aparecendo como o 4º maior exportador mundial do armamento, ficando à frente de potências bélicas como a Rússia e Israel, sendo um dos seis países cujas exportações anuais superam os 100 milhões de dólares. Em 2010, o Brasil exportou 2,3 milhões de dólares em armas leves para Israel e um milhão de dólares para os Emirados Árabes Unidos (EAU). Países como a Arábia Saudita, Omã, Kuwait, Catar e Emirados Árabes Unidos (EAU) fazem parte das nações consideradas como prioritárias em termos de comércio de armamento leve pelo governo brasileiro⁶⁶.

Entre 2003-2010, o Brasil estreitou as relações com os países do Oriente Médio especialmente, no que concerne às bases de cooperação entre as Forças Armadas, seja em termos de treinamento de quadros, seja no que se refere ao intercâmbio científico-tecnológico. A parceria com Israel, por exemplo, se deu por meio da abertura de um escritório da Força Aérea Brasileira (FAB) em Tel Aviv, em 2003, pela visita do então presidente israelense Shimon Peres ao Brasil, em 2009, acompanhado de um grupo de 40 empresários do ramo de armamento e pela visita do ministro da Defesa brasileiro à época, Nelson Jobim ao estado judeu em 2010, quando esteve em contato com autoridades civis e militares e com representantes da sofisticada indústria armamentista local, por meio do interesse do governo brasileiro em adquirir veículos israelenses não-tripulados para serem usados por órgãos de segurança pública durante a Copa e as Olimpíadas e pela presença de empresas de defesa de Israel com investimentos crescentes no Brasil, caso da israelense Elbit⁶⁷, que por meio de

⁶⁶ Empresas de armas miram África e Ásia para ampliar exportações. **PÚBLICA AGÊNCIA DE REPORTAGEM E JORNALISMO INVESTIGATIVO**, 27 janeiro 2012. Disponível em: <<http://apublica.org>>.

⁶⁷ Esta empresa tem atuado no Brasil há mais de 15 anos e tem uma das parcerias mais frutíferas em termos comerciais com o país. Possui contratos com o exército brasileiro e com a Força Aérea, atuando, entre outras áreas, na modernização de aeronaves do tipo F-5, por exemplo.

parceira nacional, contribui para o desenvolvimento desse importante e estratégico ramo industrial⁶⁸.

Durante o governo Lula, a Jordânia entrou em negociações com o governo brasileiro para comprar aviões Super Tucanos da Embraer, principal produto militar brasileiro de exportação desde 2005, porém, o segundo mandato do presidente terminou e as negociações não foram concluídas. Os jordanianos já haviam comprado sete aeronaves comerciais modelo Embraer 195, com capacidade para transportar até 100 passageiros e com o preço médio de 35 milhões de dólares cada⁶⁹. Houve ainda aproximações com países como o Líbano, Emirados Árabes Unidos (EAU), Catar, Omã e a Autoridade Palestina⁷⁰.

4.1.5 Infraestrutura, Transporte, Educação e Cultura

Em um protocolo assinado entre o Brasil e o Líbano em 16 de fevereiro de 2004, foi acordado entre as partes que ambas trabalhariam na promoção da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, em todas as suas fases de estudos de viabilidade, planejamento, projeto, construção, comissionamento, operação e manutenção, entre outras ações neste campo. Segundo a linha assistencial dos acordos firmados entre o Brasil e a República libanesa, também foi assinado um documento, criado com base na “importância de

⁶⁸ Ministério das Relações Exteriores (MRE). Disponível em: www.itamaraty.gov.br.

⁶⁹ Companhia aérea da Jordânia compra sete aviões da Embraer. Agência de Notícias Brasil-Árabe. 23 março 2006. Disponível em: <<http://www.anba.com.br/>>.

⁷⁰ **Autoridade Nacional Palestina:** convite do Ministro do Interior da Autoridade Nacional Palestina ao Ministro de Defesa do Brasil para visitar os Territórios Palestinos Ocupados (TPO).

Líbano: o comandante das Forças Armadas libanesas expressou, em carta dirigida ao embaixador brasileiro em Beirute, o desejo do Líbano de iniciar cooperação com o Brasil na área de defesa.

Emirados Árabes Unidos e Catar: em abril de 2010, o subcomandante da Força Aérea dos Emirados Árabes Unidos visitou o Brasil, ocasião na qual manteve contatos com diversas empresas brasileiras de material de defesa (Britanite, Embraer, Mectron, Avibrás). O Comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, recepcionou o subcomandante emirático em encontro privado e recebeu, dessa autoridade, convite para que visitasse Abu Dhabi. Em agosto de 2010, o comandante Saito realizou visita ao Oriente Médio, ocasião em que manteve contatos com autoridades do Catar e dos Emirados Árabes Unidos e explorou com elas possibilidades de cooperação bilateral na área de defesa. O ministro da Defesa, Nelson Jobim pretende, igualmente, visitar os EAU durante os dias 17 a 20 de setembro de 2010, em demonstração de continuidade e aprimoramento do diálogo na matéria.

Omã: A presença da Embraer no mercado do Golfo recrudesceu no período 2003- 2010. Atualmente, a empresa participa do processo licitatório conduzido pela Real Força Aérea de Omã para seleção de aeronaves de vigilância aérea e marítima de alerta avançado. Em 2007, Comandante da Força Aérea de Omã visitou o Brasil e as instalações industriais da EMBRAER.

promover e reforçar o desenvolvimento humano e a cooperação mútua, a fim de alcançar o bem estar e melhores padrões de vida para as populações de ambas as regiões”⁷¹.

Esse tratado pode ser considerado como um reflexo da política amistosa do governo Lula para com países atingidos por conflitos⁷² no Oriente Médio, cujos resultados foram um grande número de mortos, feridos e desalojados, a destruição de infraestrutura de transporte, eletricidade e unidades de saúde, áreas em que o Brasil atuou de maneira a oferecer as melhores condições de recuperação possíveis para as populações atingidas, com uma demanda razoável no que concerne à importação de bens e serviços relacionados à construção civil, material hospitalar e escolar, principalmente por parte do Líbano e da Autoridade Nacional Palestina (ANP).

Houve também uma demanda nas áreas de infraestrutura energética e de comunicações, com uma expansão destes setores especialmente no Líbano, Territórios Palestinos e na Jordânia. Em conjunto com a África do Sul e a Índia, o Brasil engajou-se na recuperação de infraestrutura hospitalar na Faixa de Gaza e na construção de um complexo esportivo em Ramalá (Cisjordânia) por meio de uma soma de 03 milhões de dólares doada pelo IBAS (HOLAND, 2013).

Com a realização da Conferência Econômica da Diáspora Palestina⁷³ o investimento brasileiro em infraestrutura nos Territórios Palestinos pôde aumentar, com empresas palestinas do setor tendo demonstrado interesse em estender seus negócios para o Brasil, especialmente após a visita de Lula aos Territórios Ocupados (2010), incluindo nesta passagem, a realização de um seminário em Belém (Cisjordânia). Além da necessidade esboçada pelos povos do Oriente Médio no que concerne às deficiências estruturais de suas cidades, a indústria brasileira da construção civil foi impulsionada a cooperar com nações desta região em decorrência de iniciativas como os Programas de Aceleração do Crescimento (PAC) e as obras de infraestrutura da Copa 2014 e das Olimpíadas do Rio em 2016, atividades que atraíram o interesse de investimento de países do Golfo Árabe-Pérsico (HOLAND, 2013).

A Jordânia também demonstrou inclinação em relação à cooperação com o Brasil, mormente no que se refere à infraestrutura turística e obras de grande porte do Reino Hachemita. Os jordanianos estavam interessados em parcerias para por em prática o

⁷¹ Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome da República Federativa do Brasil e o Ministério de Assuntos Sociais da República Libanesa assinado 22 de abril de 2010, em Brasília.

⁷² Guerra Líbano-Israel (2006); Conflitos na Faixa de Gaza (2008 e 2009).

⁷³ Evento realizado no Brasil em julho de 2010, com o intuito de atrair oportunidades de investimento entre o Brasil e a Palestina.

funcionamento de sistemas de geração e transmissão de energia elétrica e o empresariado brasileiro, que acompanhou a comitiva presidencial à região em 2010, demonstrou o desejo de cooperar nessa área por meio da execução de projetos que ligassem o Mar Morto ao Mediterrâneo ou ao Mar Vermelho para a geração de energia elétrica. Já Síria e Líbano demonstraram interesse de cooperação em setores como construção civil, saneamento, energia, transportes e irrigação, mas não se registrou investimentos brasileiros nessas áreas (HOLAND, 2013).

Na área de transportes, a gigante gaúcha de carrocerias de ônibus, Marcopolo, maior fabricante nacional no setor, com 39,2% do mercado, sendo uma das mais importantes do mundo⁷⁴, destacou-se nas relações com países do Oriente Médio. Em 2008, a empresa brasileira uniu-se à GB Auto, formando a *joint-venture* GB BUS (GBB), instalando uma fábrica em Suez, no Egito, em 2009 a qual também é responsável pelas exportações para os países do Oriente Médio (CCA, 2010c). Um dos diferenciais da GB BUS, hoje GB POLO Bus Manufacturing Company S.A.E é oferecer facilidades aos clientes árabes, o que, como bem mostrou o desempenho das indústrias do ramo de alimentos, especialmente de carnes, tem dado resultado, uma vez que a atenção aos fatores culturais tem garantido às empresas brasileiras um lugar de destaque nos países do Oriente Médio.

Exemplos disso são os modelos de ônibus exportados pela Marcopolo para os Emirados Árabes Unidos (EAU) em 2009, atendendo à demanda de veículos para o uso de ministros daquele país, inclusive com poltronas móveis, as quais ao serem retiradas, permitem que haja um espaço para reuniões. Além disso, atendendo às demandas da cultura local, a empresa brasileira também produz ônibus com teto removível para os peregrinos de Meca e veículos com assentos separados para homens e mulheres, exportados para os EAU⁷⁵.

No que se refere à indústria da construção civil, a parceria brasileira com países do Oriente Médio durante o governo Lula pode ser considerada positiva. Aproveitando-se das oportunidades oferecidas pelos países da região, que buscavam ampliar sua rede de serviços à população, por meio da construção de escolas, hospitais, complexos turísticos e distritos residenciais, empreiteiras brasileiras lançaram-se no mercado como grandes colaboradoras do desenvolvimento de infraestrutura local.

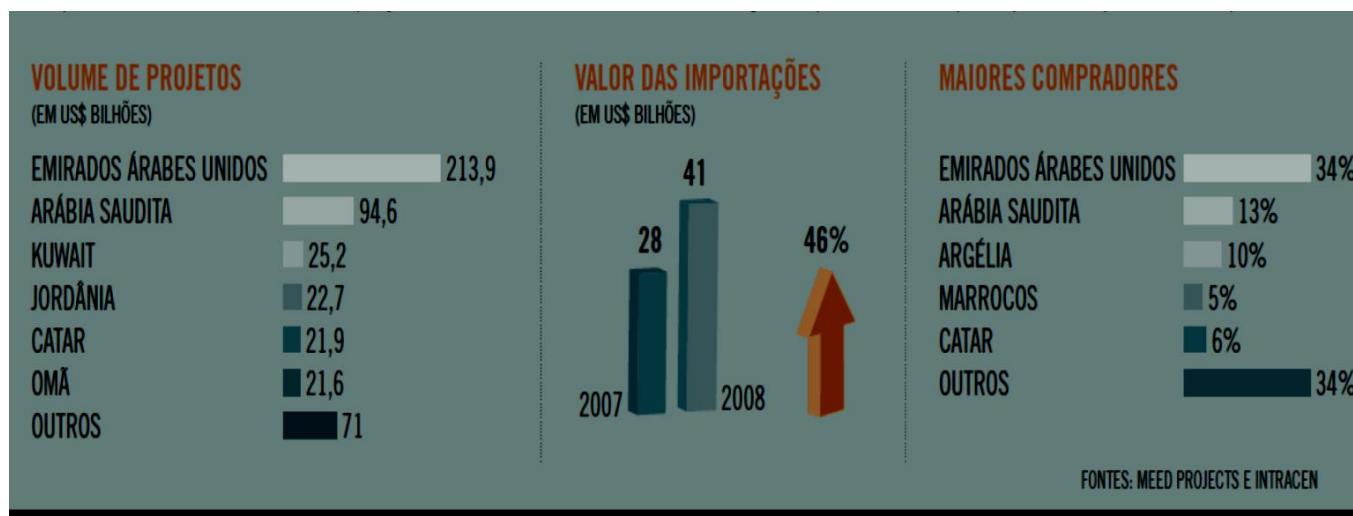
O mercado da construção civil nos países árabes investiu cerca de US\$ 471 bilhões em projeto para aumentar sua infraestrutura, o que acabou favorecendo o desenvolvimento destas

⁷⁴ BUENO, Eduardo; TAITELBAUM, Paula. Indústria de ponta: história da industrialização do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: **Buenas Ideas**, 2009.

⁷⁵ www.marcopolo.com.br

nações, haja vista que a movimentação de uma cifra tão elevada atrai parceiros estrangeiros, caso do Brasil, cuja presença na região foi significativa em termos de serviços e comércio. As empresas brasileiras têm boa reputação na região, algo conquistado por meio da participação em empreendimentos em vários continentes, além disso, a competência técnica e a competitividade das empreiteiras nacionais também ajudam o Brasil a ser reconhecido no mundo árabe neste setor. Em termos mercadológicos, as nações do Oriente Médio oferecem incentivos financeiros que atraem empresas estrangeiras, sendo um dos motivos, o fato de que metade dos valores dos contratos é de bens como máquinas, equipamentos e materiais de construção (CCA, 2010c). A figura a seguir mostra o quanto os países investiram na área da construção civil e quais eram os maiores compradores:

Figura 10. Volume de investimentos dos países árabes na construção civil e maiores compradores de bens e serviços na região (2007-2008)



Fonte: Câmara Árabe em Revista (Câmara de Comércio Árabe-CCA)

As oportunidades surgidas no Oriente Médio levaram empresas como a Norberto Odebrecht a operar na região de maneira forte, em países como o Kuwait, Iraque, EAU e a Líbia. Este último, por exemplo, teve a participação da empreiteira brasileira em projetos governamentais que tinham por objetivo fomentar o desenvolvimento por meio da expansão da infraestrutura local. A Odebrecht esteve envolvida nas obras do terceiro anel rodoviário de Trípoli, capital do país, a qual tinha o valor de 250 milhões⁷⁶ de euros, por meio de um *joint-venture* com a Urban Development Holding Company (UDHC) do Líbano, com a empresa brasileira detendo 60% do capital. O anel viário tem 24 km de extensão, dez pistas, sete km de

⁷⁶ Fonte: Odebrecht.

viadutos e 21 passagens de pedestres. Já para que fosse possível a construção dos terminais de passageiros no aeroporto da Trípoli, obra estimada em 970 milhões⁷⁷ de euros, a Odebrecht, detendo 50% do capital, uniu-se a Tepe Akfen (TAV), turca, a qual detinha 25% do capital e a Consolidated Contractors Company (CCC) de origem síria, a qual detinha 25%, empregando cerca de 3,5 mil trabalhadores nos esforços. A reforma do aeroporto permitiria que o mesmo passasse ter capacidade para receber 64 aeronaves simultaneamente e 20 milhões de passageiros por ano, tornando a Líbia a principal porta de entrada no continente africano. (CCA, 2010c).

A Queiroz Galvão, outra empresa do ramo de construção civil também está presente no Oriente Médio, especificamente na Líbia, envolvida em projetos em cidades do interior do país. Outra gigante brasileira do ramo, a Andrade Gutierrez está presente em países como Líbano, Iraque, Irã, Catar, Arábia Saudita, Argélia e Líbia, por meio de escritórios e na consecução de projetos de infraestrutura⁷⁸.

Entretanto, em virtude da caótica situação da Líbia no contexto da Primavera Árabe, estas empresas deixaram o país. Por conta disso, as obras de infraestrutura que estavam em curso em território libanês ficaram para trás, o que levou o vice primeiro-ministro líbio para Economia e o Desenvolvimento Abdulsalam Al-Mahdi Al-Qadi a visitar o Brasil em abril de 2013 com o objetivo de convencer as empresas brasileiras a voltarem ao seu país. Além das empreiteiras, companhias como a OAS, JBS, Weg e Petrobras também deixaram o país, interrompendo uma parceria frutífera entre brasileiros e líbios, especialmente para os norte-africanos, pois o país possui um demanda considerável nas áreas de infraestrutura e como mercado consumidor de carnes brasileiras; sem mencionar que além do interesse econômico, a Líbia vê no Brasil um parceiro no processo de redemocratização do país no contexto pós-Kadafi⁷⁹.

A boa relação das empresas brasileiras no ramo de construção civil nos países do Oriente Médio é resultado de uma política amistosa de ambas as partes, algo construído desde o fim dos anos de 1970, mas que ganhou mais força a partir dos anos 2000, especialmente com a ascensão do governo Lula (2003-2010).

⁷⁷ Fonte: Odebrecht

⁷⁸ Fonte: sites das empresas.

⁷⁹ Governo da Líbia quer retorno de empresas brasileiras que deixaram o país. **Correio Braziliense** [online], 17 abril 2013. Disponível em: <http://correobraziliense.com.br>. Acesso em 02 abril 2015.

4.2 A CÚPULA AMÉRICA DO SUL-PAÍSES ÁRABES (ASPA)

Durante seus dois mandatos, Lula pôs em prática a chamada diplomacia presidencial, dando ênfase à importância da presença do chefe de estado em eventos que alavancariam a posição brasileira no cenário internacional. Entre as conferências das quais participou está a Cúpula da América do Sul-Países Árabes (ASPA), cuja primeira edição aconteceu entre 10 e 11 de maio de 2005, na cidade de Brasília e contou com a presença de 34 países, sendo 22 deles árabes e 11 sul-americanos. A iniciativa, encabeçada pelo Brasil, surgiu no bojo das viagens feitas pelo presidente Lula ao Oriente Médio, assim que ascendeu ao poder, em 2003 e tinha como objetivo aproximar os países árabes das nações da América do Sul por meio da cooperação bi-regional nas áreas política, econômica, cultural, ambiental e técnico-científica.

Este tipo de iniciativa fazia parte da linha diplomática esboçada por Lula enquanto presidente, com quem as relações Sul-Sul voltaram a ganhar fôlego. A ASPA é um fórum que discute assuntos que fazem parte da realidade das nações que a compõem: comércio internacional mais justo, respeito às normas internacionais, defesa da soberania dos países, redução da pobreza, combate à fome e promoção dos direitos humanos. Em um esforço do presidente, aliado à chancelaria brasileira, a cúpula reuniu 18 chefes de estado e de governo, mais de 60 delegados em nível de ministros de estado e 200 altos funcionários de governo. As expectativas em torno da primeira Cúpula América do Sul-Países Árabes giravam em torno das possibilidades de negócio entre as duas regiões, o que daria, assim, um caráter mais econômico para a reunião, porém, o elemento político não deixou de estar presente, haja vista uma parte considerável de representantes dos países em desenvolvimento estarem presentes no evento, entre eles, a Argentina, a Venezuela, o Uruguai, o Iraque, a Arábia Saudita e a Autoridade Nacional Palestina, só para citar alguns exemplos.

É importante salientar que o contexto regional do Oriente Médio muito contribuiu para que a cúpula acabasse tendo um caráter mais político que econômico, haja vista a recente invasão do Iraque pelos Estados Unidos (2003) e as sanções que este país impôs à Síria, além da crise causada pela ocupação israelense de territórios palestinos. Em virtude disto, durante a cúpula, não faltaram debates em torno de questões como o terrorismo, o direito à autodefesa em relação à ingerência estrangeira e o papel mais atuante das potências emergentes. Ao final da reunião, foi assinada a Declaração de Brasília, cujos pontos acima mencionados são descritos, tornando o documento muito mais político, na acepção estrita do termo, do que econômico. Além disso, a declaração final da cúpula converteu-se “[no] principal documento de referência para ambas as regiões no que se refere às relações políticas, econômicas,

comerciais e culturais” (FARAH, 2007, p. 199). Além disso, criou-se um mecanismo de cooperação que inclui a realização de reuniões anuais de ministros, encontros de altos funcionários, reuniões de representantes dos países envolvidos na ONU e encontros setoriais.

Entre os resultados considerados positivos da cúpula, poder-se-ia mencionar os acordos⁸⁰ entre o MERCOSUL e os países árabes e as oportunidades abertas pela cúpula no que concerne à cooperação comercial e econômica, já em relação aos pontos negativos desta primeira edição do evento, podem ser citados os poucos negócios realizados, apesar do bom número de empresários presentes e o tom político da cúpula, haja vista que o objetivo inicial, seria um estreitamento de ordem econômica (SANTANA, 2005, NOGUEIRA, 2005, CERVO, 2005).

A realização da segunda cúpula ASPA aconteceu em Doha, no Catar, em 2009 e seguiu a mesma linha da primeira com ênfase no aspecto político e econômico das relações entre as partes. Dentro do contexto da época e por meio da Declaração de Doha, os líderes árabes e sul-americanos destacaram a importância das relações sul-sul na promoção da construção de capacidades e defenderam a troca de conhecimento no que concerne ao desenvolvimento, inovação e à luta contra a pobreza, além da conformidade com as leis internacionais, a integridade territorial dos estados e a retirada de Israel dos territórios ocupados, entre outros pontos.

Na área econômica, os líderes expressaram preocupação com a crise financeira internacional que, à época, apresentava seus primeiros desdobramentos, defendendo apoio às nações pobres afetadas pela crise. Na área de meio-ambiente, a Declaração de Doha apresentou o interesse dos representantes árabes e latinos pela defesa do desenvolvimento sustentável, o combate à desertificação e a promoção do ecoturismo. Já no campo social, os líderes expressaram seu desejo em promover políticas sociais, integração cultural e consideraram que a globalização sozinha não trouxe mudanças sociais, a redução da pobreza e da fome⁸¹.

De fato, a segunda cúpula ASPA não diferiu em termos concretos da primeira, uma vez que serviu para reafirmar, entre outras coisas, os valores defendidos na primeira reunião, realizada em Brasília, em 2005. É importante atentar para o fato de que ao propor a realização de uma cúpula que reunisse líderes das duas regiões, o presidente Lula e seus assessores

⁸⁰ Acordo-Quadro de cooperação econômica entre os estados parte do Mercosul e os estados membros do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo (CCG), Acordo de Livre-Comércio Mercosul-Israel, Acordo de Livre-Comércio Mercosul-Egito e o Acordo de Livre-Comércio com a República Árabe da Síria.

⁸¹ Summit of South America- Arab Countries. The official site of Second Summit of Arab - South American Countries. Disponível em: <http://qatarconferences.org/south/english/>. Acesso em 20 janeiro 2015.

tinham a esfera econômica como prioridade nas discussões, dada a natureza da matriz política da diplomacia brasileira, ou seja, o Brasil sempre buscou uma inserção internacional por meio da promoção de laços comerciais com outros países, o que vinha sendo feito, especialmente no que concerne às nações de porte médio, durante o governo Lula. Porém, assim como aconteceu durante a primeira cúpula, temas ligados à esfera política predominaram, haja vista a natureza dos estados representados e os problemas de ordem política que os envolvia, mormente o conflito entre israelenses e palestinos e o combate ao terrorismo, fenômeno que se intensificou após o 11 de setembro.

Em termos concretos, no que se refere aos resultados das duas cúpulas, o saldo pode ser considerado positivo se for levado em conta que a ASPA mostrou-se como um importante instrumento em termos de cooperação inter-regional, aumentando o fluxo comercial entre a América Latina e o Mundo Árabe, ainda que de maneira discreta, além de haver sido um ponto relevante em termos de legado da diplomacia do governo Lula (2003-2010). Porém, por se tratar de um mecanismo de cooperação entre a América Latina e o Oriente Médio, uma região envolta em distúrbios políticos, os quais só se intensificaram desde o início da Primavera Árabe, os efeitos dessa crise acabaram por afetar negativamente o progresso da ASPA, a exemplo das dificuldades de se realizar a terceira edição da cúpula, que deveria ter ocorrido em fevereiro de 2011 (FAGUNDES, 2011), mas que só se concretizou em 02 de outubro de 2012, no Peru⁸². Esse episódio expôs a fragilidade política do mundo árabe, com resultados imediatos para a ASPA, que apesar de haver sido instituída primordialmente para estreitar os laços econômicos entre as duas regiões, a mesma não deixou de tratar e de ser influenciada por assuntos da esfera política. A ASPA segue como um mecanismo cooperativo que ainda precisa de ajustes para que as ideias esboçadas na Declaração de Brasília possam, de fato, tornarem-se concretas de forma mais ampla.

4.3 RISCO POLÍTICO

O interesse do governo Lula em relação aos assuntos do Oriente Médio apareceu desde o início de seu primeiro mandato, em 2003, notadamente pelas visitas que o chefe de estado fez a cinco nações daquela região: Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Egito e Líbia. Entre as intenções do mandatário, estava o estreitamento dos laços econômicos com os países do mundo árabe-muçulmano com o objetivo de diversificar os parceiros comerciais do

⁸² III Cúpula América do Sul-Países Árabes- Declaração de Lima, 02 outubro 2012. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/>>. Acesso em 23 fevereiro 2015.

Brasil. Na tabela a seguir, é possível observar a evolução do comércio entre o Brasil e os países visitados pelo presidente Lula em 2003:

Tabela 1. Fluxo de comércio (2002-2012) entre o Brasil e os cinco países visitados por Lula em 2003.

	Exportações		Importações	
	<i>2002</i>	<i>2012</i>	<i>2002</i>	<i>2012</i>
Egito	386.053.503	2.711.858.469	24.798.007	251.416.679
Emirados Árabes	652.663.530	2.456.755.780	91.085.580	309.610.786
Líbano	46.211.831	293.035.347	5.182.187	11.929.170
Líbia*	29.685.099	456.172.851	1.791.640	101.474.970
Síria*	87.569.794	547.402.787	3.682.498	47.409.040
Soma dos 5 países	1.202.183.757	6.465.225.234	126.539.912	721.840.645
Total Brasil	60.438.653.035	242.579.775.763	47.242.654.199	223.149.130.318
% da balança brasileira	2,0	2,7	0,3	0,3

*No caso de Líbia e Síria, foram considerados dados de 2002 e 2010

Valores nominais, em US\$, fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Fonte: <http://www.uol.com.br>. Acesso em: 23 fevereiro 2015.

Os dados acima revelam que o comércio entre o Brasil e o mundo árabe-muçulmano teve um incremento significativo, uma vez que em 2002, por exemplo, o Brasil exportava US\$1,2 bilhão e importava 126 milhões para os cinco países em questão, e em 2012 estes números eram de US\$ 6,4 bilhões e US\$ 721 milhões respectivamente, o que significa que o número das importações destes países para o Brasil permaneceu em 0,3% e o percentual das exportações brasileiras para estes países passou de 2,0 para 2,7% do total do comércio internacional da balança brasileira.

Nota-se que os três maiores parceiros do Brasil no Oriente Médio durante o governo Lula, quais sejam, Argélia, Arábia Saudita e Israel (importações); Irã, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos/Egito (exportações) não figuram entre os países em questão na tabela, o que diminui consideravelmente as cifras da balança comercial brasileira em termos gerais no que concerne à compra e à venda para nações do Oriente Médio entre 2003 e 2010. Em outras palavras, a soma da participação dos mais importantes parceiros do governo brasileiro elevaria ainda mais a cifra de crescimento do fluxo comercial entre o Brasil as nações do mundo árabe-muçulmano, conforme mencionado em outra parte desta dissertação.

As aspirações políticas do governo Lula na esfera internacional, exemplificadas pela busca por um assento no CS da ONU, a defesa de um comércio mundial mais justo, por meio

das negociações da Rodada de Doha, uma maior democratização das instituições internacionais para moldarem-se à nova realidade exemplificada pela ascensão das potências médias, como o próprio Brasil e uma postura mais assertiva na América Latina, levaram o governo brasileiro a apresentar-se ao mundo como um *player* em potencial; em termos práticos, a atuação da equipe diplomática de Lula, chefiada por seu ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim levou o Brasil a desfrutar de prestígio como potência com voz na arena mundial, ainda que as pretensões de Lula não tenham se concretizado integralmente⁸³.

Para Jorge Castañedas⁸⁴, ex-chanceler mexicano, um forte argumento para o fato de o Brasil não ter logrado o êxito esperado em suas intenções diplomáticas está na negligência do governo Lula em termos de atuação na América Latina, no fazer vista grossa para desrespeitos aos direitos humanos em países da América Latina e em nações como o Irã, cujo histórico de violação aos direitos dos cidadãos é recorrente⁸⁵. Ao adotar uma postura pragmática em termos de política externa, o governo Lula acabou por comprometer a tradição brasileira de defesa dos direitos humanos (ENGSTROM, 2012), ao abster-se, por exemplo, em votações que condenam países como Irã⁸⁶ e Sudão⁸⁷.

É importante ressaltar que, em certa medida, essa tradição de defesa dos direitos humanos da diplomacia brasileira muitas vezes ficou muito mais no âmbito retórico do que em termos concretos, haja vista a situação de desrespeito aos cidadãos dentro do próprio país e a posição neutra do Brasil em questões que envolvem países considerados párias em termos de direitos humanos na comunidade internacional.

Na esfera da política externa, a aproximação do governo Lula com regimes ditatoriais a exemplo do Irã, da Síria e do Egito, não foi bem quista pelos países ocidentais e nem pela sociedade brasileira, que rechaçou o posicionamento do país em casos como a visita do presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad ao Brasil, a convite de Lula, após o iraniano haver vencido uma eleição presidencial controversa em sua nação, cujo resultado acabou

⁸³ Brasil fracassa em aspiração de ser potência mundial. Folha de S. Paulo [online] 26 julho 2010. Disponível em: www.folha.uol.com.br. Acesso em 09 março 2015.

⁸⁴ Necessidade de uma política externa madura. O Estado de S. Paulo [online] 26 setembro 2010. Disponível em: www.estadao.com.br. Acesso em: 09 março 2015.

⁸⁵ Execuções lideram lista da ONU de violações de direitos humanos no Irã. G1 [online] 03 março 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/03/execucoes-lideram-lista-da-onu-de-violacoes-de-direitos-humanos-no-ira.html>>. Acesso em 10 março 2015.

⁸⁶ Desde 2001, com exceção de 2003, o Brasil sempre se absteve em relação às resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU) contra o Irã. Conf. Brasil decepciona e se abstém na ONU diante de crimes cometidos pelo Irã. Conectas [online] 28 novembro 2012. Disponível em: <<http://www.conectas.org/>>. Acesso em 10 março 2015.

⁸⁷ Brasil defende neutralidade no caso de Darfur. G1 [online] 13 dezembro 2006. Disponível em: <http://www.g1.globo.com>. Acesso em 02 março 2015.

gerando protestos pacíficos por parte da população, os quais foram duramente reprimidos pelo governo iraniano⁸⁸.

Em 2003, durante o primeiro ano de seu primeiro mandato, o presidente Lula visitou a Síria, cujo governo autoritário já era norma desde os anos de 1970, quando Hafez al-Assad tomou o poder, a Líbia, à época liderada com mãos de ferro por Muamar Kadafi, o Egito, governado pela ditadura militar de Hosni Mubarak, os EAU, em que não há regime político democrático e onde a população não tem liberdade de expressão, além de sofrer com problemas econômicos, e o Líbano, entre os referidos países, o menos problemáticos em termos políticos e em relação à questão dos direitos humanos. A aproximação política de Lula com tais ditadores, apesar das motivações econômicas, uma vez que o Brasil queria abrir seu mercado para novas economias, foi uma ação voltada para o ganho de capital político perante a comunidade internacional, ainda que tenha sido uma manobra arriscada do ponto de vista da tradição histórica da diplomacia brasileira, haja vista a associação do presidente com regimes autoritários.

Bashar al-Assad, ditador sírio, retribuiu a visita feita por Lula em 2003, vindo ao Brasil em 2010, em sua primeira visita ao país e aproveitou para discutir com diretores da CCA a estruturação do Conselho Empresarial Brasil-Síria, cuja proposta era elevar o intercâmbio econômico e cultural das duas regiões, além de ter sido homenageado pela entidade com o Grande Colar da Ordem do Mérito (CCA, 2010c). Lula também visitou o Irã em 2010, após receber a visita do presidente iraniano em 2009, o qual desembarcou no Brasil em meio a protestos⁸⁹. Ainda que o objetivo maior da busca do estreitamento de laços com governos repressores tenha sido a busca por novos parceiros comerciais, não se pode negar a força política dessa aproximação com os países do Oriente Médio, algo inédito até então, pois se houve um estreitamento nas relações de ambas as regiões nos anos de 1970-1980, ela foi estritamente pragmática, apenas por objetivos comerciais. É durante o governo Lula que o aspecto político das relações do Brasil com as nações do Oriente Médio vai se sobressair tanto quanto os interesses econômicos.

Mas apesar de essa aproximação de cunho mais político do governo brasileiro haver sido algo bem particular no que concerne à liderança de Lula, é certo que a origem de tal comportamento, qual seja, de mediador ou de nação de postura politicamente neutra diante de

⁸⁸ As demonstrações pacíficas lideradas por Mir Hossein Mousavi acabaram por formar um movimento pela democracia denominado Revolução Verde. Conf. The Green Movement. **The Iran Primer** [online] s/d. Disponível em: <<http://iranprimer.usip.org/resource/green-movement>>. Acesso em: 10 março 2015.

⁸⁹ Visita do presidente do Irã ao Brasil gera protestos de parlamentares. **Correio Braziliense** [online] 23 novembro 2009. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/>. Acesso em: 10 março 2015.

certos imbróglios está na tradição diplomática brasileira de sempre preferir o diálogo à ação mais direta. O caso das votações em torno da intervenção militar na Líbia em 2011, já no governo da sucessora de Lula, Dilma Rousseff mostra bem esta característica do governo brasileiro. Em fevereiro do referido ano, o Brasil votou a favor da resolução 1970, que impunha sanções à Líbia e faria referência acerca da situação no país para o Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haia, Holanda. Essa atitude do governo Dilma, qual seja, punir por meios brandos é característica da diplomacia brasileira. Já no mês seguinte, quando fazia parte como membro temporário do Conselho de Segurança (CS) da ONU, o Brasil se absteve, assim como Índia, China, Rússia e Alemanha, do voto para a aprovação da resolução 1971, que autorizava a intervenção militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em território líbio (ENGSTROM, 2012). Seguindo a linha de neutralidade da diplomacia brasileira, a presidente Dilma manteve-se ligada ao seu antecessor, porém, Lula foi o único mandatário brasileiro a liderar iniciativas mais politizadas e a se envolver em questões complexas do Oriente Médio. Essa postura apresentada no governo Lula em torno de assuntos delicados relacionados ao mundo árabe-muçulmano pode ser considerada também como fruto da diplomacia presidencialista de Lula e da sinergia do mandatário com sua equipe diplomática.

4.4 A DIPLOMACIA PRESIDENCIALISTA DE LULA

Ao se analisar a maneira como o governo de Luiz Inácio Lula da Silva conduziu sua política externa em relação ao Oriente Médio, um elemento salta aos olhos: a força da diplomacia presidencialista do mandatário, a qual se materializou tanto pelo discurso quanto pelas iniciativas lideradas por ele e sua equipe diplomática. As linhas de pensamento e ação da diplomacia brasileira na Era Lula enfatizavam a cooperação com os países do Oriente Médio, o que se comprova pelas ações do governo brasileiro para a região, já mencionadas no último parágrafo. Não se pode negar o nível de aproximação do governo petista com as nações da região em questão, em termos numéricos, haja vista a significativa quantidade de acordos bilaterais assinados na Era Lula em comparação com os outros presidentes brasileiros. Além disso, Lula e seu chanceler, Celso Amorim adotaram um posicionamento enfático no que tange às causas do Oriente Médio, como por exemplo, o conflito árabe-israelense, a crise entre o Irã e a comunidade internacional, as intervenções estrangeiras na região etc. Isso mostrou o ineditismo da atuação brasileira em questões do mundo árabe, pois

nenhum outro governo brasileiro posicionou-se tanto em relação à defesa dos interesses da região mencionada quanto o governo Lula.

A diplomacia presidencialista de Lula, abordagem que, apesar de já estar em curso nos anos Fernando Henrique Cardoso, ganhou força e ativismo com o petista, o que sem dúvida, influenciou a política externa do Brasil em relação ao mundo árabe-muçulmano. Ao se fazer uma leitura das relações brasileiras com os países do mundo árabe, percebe-se que, o forte discurso de Lula e de Celso Amorim é parte da abordagem presidencialista da política exterior, uma vez que, ao visitar países da região em questão, participar de fóruns que envolvam os interesses brasileiros e do Oriente Médio e receber autoridades políticas do mundo árabe-muçulmano, Lula enfatiza o papel de líder em questões de política externa, e em especial, para o Oriente Médio (MAIHOLD, 2010).

A trajetória pessoal e política do presidente, a formulação da política externa brasileira durante seu governo e a conjuntura internacional e do Oriente Médio aliados à diplomacia presidencialista de Lula, certamente desempenharam um papel decisivo na construção das relações com o mundo árabe-muçulmano. Lula tentou atuar de maneira mais assertiva em termos de representatividade pessoal em relação ao estreitamento de laços com o Oriente Médio, por isso foi enfático tanto no plano discursivo, quanto ao apresentar-se como o líder brasileiro que buscou aproximar-se do mundo em desenvolvimento e de suas causas, fazendo de sua diplomacia presidencialista a sua principal arma em termos de política externa. Dois episódios parecem exemplificar de forma clara a argumentação feita nos parágrafos acima: a defesa brasileira de um diálogo entre israelenses e palestinos e a mediação do Brasil, em parceria com a Turquia, no que concerne ao imbróglio entre o Irã, os Estados Unidos e a comunidade internacional em relação ao programa nuclear iraniano.

Estes eventos foram considerados pelo presidente Lula e por sua chancelaria de suma importância para o Brasil, haja vista as visitas⁹⁰ do Chefe de estado brasileiro ao Oriente Médio, dialogando com ambas as partes em conflito no mundo árabe e intercedendo junto ao Irã em relação ao impasse com outras nações acerca do seu programa atômico. A visita de Lula e Celso Amorim à região, mostra o teor político da empreitada, pois, ainda que o estreitamento dos laços entre o Brasil e a região em questão tenha acontecido mais no âmbito econômico, contudo, o interesse de Lula em arbitrar, de certa maneira, questões do mundo árabe-muçulmano demonstra que o mandatário tinha intenções de aumentar o poder do país

⁹⁰ Lula visitou o Oriente Médio entre os dias 14 e 17 de março de 2010, com paradas em Israel, Jordânia e Cisjordânia, esta, então controlada pela Autoridade Nacional Palestina (ANP).

como um *player*, não apenas na área em questão, mas no cenário internacional (SILVA e KUNRATH, 2010; TIBLE, 2013).

Isso ficou claro, especialmente no que concerne a duas questões delicadas envolvendo nações daquela região: o conflito entre Israel e Palestina e o imbróglio relacionado ao programa nuclear iraniano. Segundo a tradição da política externa brasileira desde seus primórdios, o Brasil lançou-se na condição de possível mediador no primeiro caso e de mediador *de facto* no segundo, ao lado da Turquia, pontos que serão tratados a seguir.

4.5 O BRASIL COMO MEDIADOR NO CONFLITO ISRAEL-PALESTINA

Entre os dias 14 e 17 de março de 2010, o presidente Lula e sua comitiva diplomática fizeram uma viagem aos territórios palestinos, à Jordânia e a Israel, com o objetivo de aproximar-se das questões políticas do Oriente Médio. Lula já havia visitado o Egito, a Síria, o Líbano, os Emirados Árabes Unidos e a Líbia em 2003. O primeiro país a ser visitado em 2010 foi Israel e as controvérsias logo apareceram, especialmente após a recusa do presidente brasileiro em visitar o túmulo do fundador do movimento sionista⁹¹, Theodor Herzl, levando o então ministro de relações exteriores israelense à época, Avigdor Lieberman a boicotar a sessão do Knesset (o parlamento de Israel) na qual o presidente Lula discursou.

Apesar de a comitiva brasileira afirmar que não houve qualquer razão “oculta” para a recusa ao convite feito pelos representantes israelenses, setores de Israel e a imprensa local não viram com bons olhos a atitude do Brasil, especialmente, sabendo-se que o presidente Lula visitou, quando da sua ida aos territórios palestinos, o túmulo do ex-líder da Autoridade Nacional Palestina (ANP) Yasser Arafat, morto em 2004. É preciso destacar que, apesar de recusar o convite da visita ao túmulo de Herzl, Lula, acompanhado da primeira-dama, visitou o museu do Holocausto, ao lado de Shimon Peres, presidente israelense à época e participou de uma cerimônia oficial no Salão da Memória⁹².

Em seu discurso no parlamento local, Lula ainda criticou a política dos assentamentos judaicos⁹³, defendeu a criação de um estado palestino e o diálogo com o Irã na questão

⁹¹ Movimento político-filosófico, fundado ainda no século XIX e que defendia o direito de autodeterminação do povo judeu e a criação de um estado nacional para esse povo.

⁹² Lula encerra hoje viagem ao Oriente Médio com visita ao rei da Jordânia; presidente critica colônias israelenses em solo palestino. **UOL notícias** [online], 17 março 2010. Disponível em: <http://www.uol.com.br>. Acesso em 30 março 2015.

⁹³ Os assentamentos judaicos são comunidades civis estabelecidas nos territórios ocupados por Israel após a Guerra dos Seis Dias. Até julho de 2009, mais de 300.000 israelenses viviam nas 121 comunidades instaladas

nuclear, postura criticada por Israel e vista com suspeita por parte de suas autoridades⁹⁴. Após sua passagem por Israel, Lula visitou os territórios palestinos e em um discurso em Ramalá, cidade onde se localiza a sede da ANP, o presidente criticou, mais uma vez, os assentamentos judaicos, afirmando que a interrupção dos mesmos era importante, pois dela, entre outros pontos, depende a estabilidade da região, a qual é importante para todos. Acompanhado do presidente da ANP Mahmoud Abbas, Lula disse que sonhava com um estado palestino que vivesse em paz com seus irmãos no Oriente Médio. Ele ainda mostrou sua postura otimista em relação à paz na região, ao dizer que acreditava no poder dos seres humanos e cria que a paz chegaria ao mundo árabe-muçulmano⁹⁵.

O interesse em ser um mediador do conflito entre israelenses e palestinos era tão grande, que o governo brasileiro não excluía a possibilidade de negociar até com o Hamas, que controla a Faixa de Gaza, ainda que a organização seja considerada pela União Europeia (EU) e pelos Estados Unidos como um grupo terrorista. Nas palavras de Lula, à época, “o Brasil sempre defendeu a paz no Oriente Médio e nunca esteve tão envolvido para conseguir”⁹⁶.

De fato, a intenção do governo brasileiro ao visitar Israel e os territórios da ANP foi engajar-se na mediação de um conflito, que à época, estava com as negociações congeladas desde 2008. O próprio presidente israelense Shimon Peres, saudou a iniciativa brasileira afirmando que Lula trazia uma mensagem de paz e que a contribuição do presidente para o processo de negociação entre israelenses e palestinos era bem-vinda. Diplomatas brasileiros afirmaram que a visita de Lula ao Oriente Médio poderia trazer novos ares para o processo de negociação do conflito entre palestinos e israelenses, já analistas americanos acreditavam que o envolvimento brasileiro na questão poderia representar um elemento novo e positivo, mas com poucas chances de se obter algum avanço⁹⁷.

apenas na Cisjordânia. Os assentamentos praticamente se transformaram em cidades que, em alguns casos, abrigam mais de 30.000 pessoas. A controvérsia envolvendo os assentamentos é um dos entraves para o sucesso de um plano de paz entre palestinos e israelenses.

⁹⁴ Em Israel, Lula critica assentamentos e defende estado palestino. **BBC Brasil** [online], 15 março 2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese>. Acesso em: 30 março 2015; Chanceler de Israel boicota discurso de Lula no parlamento. **BBC Brasil** [online], 15 março 2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese>. Acesso em: 30 março 2015.

⁹⁵ Lula encerra hoje viagem ao Oriente Médio com visita ao rei da Jordânia; presidente critica colônias israelenses em solo palestino. **UOL Notícias** [online]. 17 março 2010. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/>. Acesso em 26 junho 2015.

⁹⁶ Lula visita mausoléu de Arafat na primeira visita a Ramallah. **Correio Braziliense** [online] 17 março 2010. Disponível em: <http://www.correio braziliense.com.br>. Acesso em: 30 março 2015.

⁹⁷ Lula defende ‘que se ouça mais gente’ no processo de paz do Oriente Médio. **BBC Brasil** [online], 15 março 2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese>.

É possível afirmar que o principal obstáculo para que o governo Lula fosse bem sucedido como mediador do conflito era a questão do envolvimento brasileiro nas negociações com o Irã no que concerne ao seu programa nuclear. Para o governo israelense era difícil acreditar nas boas intenções do Brasil, cuja tradição universalista de sua diplomacia sempre levou o país a assumir uma postura de neutralidade em relação a assuntos controversos no cenário internacional, a exemplo da própria aproximação brasileira com o governo de Mahmoud Ahmadinejad, visto como inimigo por Israel⁹⁸.

Ao longo de sua história diplomática, o Brasil tem mostrado um posicionamento neutro em relação aos conflitos políticos do Oriente Médio, postura compreensível à luz da tradição da política externa brasileira, tida como universalista. No que concerne ao imbróglio entre israelenses e palestinos, o governo brasileiro oscilou entre um total distanciamento do assunto, nos primeiros anos de existência do estado de Israel, até a condenação da expansão territorial israelense e a defesa da criação de um estado palestino, posturas motivadas pela conjuntura pós-choque do petróleo e pós Guerra do Yom Kippur⁹⁹ (SANTANA, 2006).

Durante o governo Lula, o conflito entre Israel e seus vizinhos árabes passou a ganhar uma nova abordagem dentro da diplomacia brasileira, o que se percebe pelas ações empreendidas pelo governo no Oriente Médio. Ao contrário de outros momentos da política externa brasileira para o mundo árabe-muçulmano, quando os interesses eram puramente econômicos, a exemplo do período da chamada Crise do Petróleo¹⁰⁰, a viagem de Lula à região tinha um objetivo claramente político, qual seja demonstrar o interesse do país em mediar a questão entre Israel e Palestina (MORAIS, 2010).

A presença do Brasil como potencial mediador no conflito entre palestinos e israelenses durante o governo Lula despertou o interesse da comunidade internacional no que se refere à capacidade do país em lidar com um assunto cujos meandros sempre foram tratados somente pelas potências com presença no Oriente Médio, especialmente, os Estados Unidos. De modo que, ao tomar partido numa questão que tem se arrastado desde os primeiros anos do século XX e cuja solução parece distante, o Brasil, como potência emergente, teve uma atitude de alto risco político, dada a sua inexperiência nos assuntos que se relacionam aos conflitos do mundo árabe-muçulmano.

⁹⁸ Ibid.

⁹⁹ Em 06 de outubro de 1973, o Egito e a Síria atacaram Israel de surpresa no dia do feriado nacional judaico conhecido como Yom Kippur (dia do perdão), levando os israelenses a contra-atacarem seus vizinhos, vencendo-os em uma guerra que durou menos de um mês. Entre as consequências do conflito, está a Crise do Petróleo (ver a próxima referência).

¹⁰⁰ A Crise do Petróleo foi o embargo imposto pelos países árabes exportadores de petróleo em protesto contra o apoio dos Estados Unidos a Israel durante a guerra do Yom Kippur. O preço do barril chegou a aumentar em 400%, o que gerou uma crise mundial desta matriz energética.

Aliás, as intenções brasileiras nos esforços como mediador no conflito entre palestinos e israelenses não deixaram de ser questionadas pela imprensa mundial, como atesta um artigo de Nima Khorrami Assl, publicado no jornal inglês *The Guardian*¹⁰¹, no qual são feitos questionamentos concernentes a real natureza das intenções brasileiras em relação ao envolvimento do governo Lula na mediação do conflito entre Palestina e Israel (p. 02):

Is Brazil seeking to utilise the Middle East as a platform for challenging the current structure of global governance or is it merely trying to secure its ever increasing economic interests and needs? The most accurate answer, perhaps, is both – though it seems securing economic gains outweighs political considerations. (...) The new Brazilian strategy in the Middle East does not solely stem from a desire to prove its worthiness to western powers. Although positive Brazilian contributions to either the Israeli-Palestinian conflict or the Iran stand-off with the west could lead to significant political gains, the main objectives of Brazil's Middle East policy are economic in nature: namely, diversification of trade relations and seeking new partners for the Brazilian economy.

Assl afirma que o envolvimento brasileiro na questão palestina é motivado primordialmente pelos interesses comerciais, argumentando que a política externa do Brasil sempre atuou de modo a proteger os interesses econômico-comerciais do país, ainda que disfarçada de plataforma meramente política. Entretanto, conforme se observou nos tópicos anteriores, o nível de comércio entre o Brasil e o Oriente Médio já vinha alcançando taxas de crescimento consideráveis desde 2003, quando Lula assumiu o governo, de maneira que, parece mais plausível pensar que a mediação em uma questão tão complexa como esta do conflito entre árabes e israelenses foi na verdade, motivada muito mais pelo interesse do Brasil em ser respeitado como um *player* em assuntos relevantes do cenário internacional, pelo desejo de desafiar a ordem política mundial, o que é apresentado pelo próprio Assl, e pela aspiração a um assento no CS-ONU. O articulista também menciona que o interesse brasileiro nos assuntos complexos da política do Oriente Médio se apresenta como um ponto arriscado, em razão da inexperiência brasileira em lidar com tais questões (p.03):

(...)The foreign ministry has neither the administrative structure nor the trained and experienced diplomats to handle religious, ideological and political complexities associated with the Middle East. Brazil is new to the region and everyone there is likely to draw something for their own benefit, with all being prepared to condemn Brazil when/if it fails to deliver. Add to this Brazil's inability to provide security guarantees due to its lack of regional, let alone global, capabilities to project force and it then becomes clear that solid business interests, not peace, constitute the genuine part of the Brazilian Middle East agenda.

¹⁰¹ Brazil: a new face in the Middle East [online], 21 dezembro 2010. Disponível em: <http://www.theguardian.com/uk>. Acesso em 25 fevereiro 2015.

O argumento de Assl é corroborado por José Flávio Saraiva (2009) que afirma que a falta de experiência e de preparação da diplomacia brasileira no que concerne ao envolvimento em questões políticas complexas no Oriente Médio, aliada à necessidade de ações mais concretas do Brasil na região e não apenas a confiança em uma retórica, são como entraves para uma posição mais assertiva do país no mundo árabe-muçulmano. E, segundo José Flávio Saraiva (2009), não poderia ser de outra maneira, dada as condições do Brasil: “Não podemos importar contenciosos internacionais que não nos pertencem, ou com os quais não temos meios para agir de forma soberana”.

E referindo-se a um dos traços mais visíveis da diplomacia brasileira, ele afirma que o país poderia, “no entanto, promover espaço de diálogo. É o máximo que o Brasil pode fazer nas complexas matérias do Oriente Médio¹⁰²”. Enquanto Saraiva defende a posição que não haveria outra possibilidade para o Brasil além do papel de promotor de um espaço para o diálogo, o articulista do *The Guardian*, porém, defende que seria possível o Brasil construir um projeto de mediação em parceria com outras potências, como, por exemplo, os Estados Unidos (p.03):

(...) Brazil can assist in stabilisation of the Middle East if the Obama administration is prepared to reduce US political monopoly over the region and share the cake. There is certainly a role for a state which has not only chosen not to develop nuclear weapons but is also home to more than 120,000 Jews and 10 million Arabs living in full harmony. A combination of Brazilian soft power and American hard power can potentially be a force for good in the region.

Como afirma Assl, o Brasil mostrou potencial para mediar a crise entre árabes e israelenses com base em sua tradição de nação pacífica e em virtude da composição étnica da população brasileira, bastante miscigenada com povos de origem árabe e judaica. A tradição de neutralidade diplomática do Brasil sempre foi vista de maneira positiva no cenário internacional e durante o governo Lula ela foi posta em prática em regiões como o Oriente Médio, conforme as palavras do chanceler brasileiro durante os dois mandatos presidenciais de Lula, Celso Amorim¹⁰³ (p.16):

¹⁰² SARAIVA, J.F.S. O Brasil entre israelenses, palestinos e iranianos. *Artigos do Boletim Meridiano* 47 [online], 16 novembro 2009. Disponível em: < <http://ibri-rbpi.org/2009/11/16/o-brasil-entre-israelenses-palestinos-e-iranianos-por-jose-flavio-saraiva/>>. Acesso em 15 outubro 2014.

¹⁰³ Discursos, palestras e artigos do Chanceler Celso Amorim 2003-2010 Volume II. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação: Coordenação Geral de Documentação Diplomática, 2011, 260 p.

A solução pacífica de controvérsias é um dos pilares da diplomacia brasileira. Após um encaminhamento que despertou tantas esperanças, é triste ver a deterioração da situação no Oriente Médio, onde vivem populações com as quais temos vínculos profundos. Não se pode, de forma alguma, abandonar a via pacífica e do diálogo, sob a pena de perpetuar-se o sofrimento das populações envolvidas e de desencadear forças incontroláveis com enorme potencial desestabilizador para a região e para o mundo.

Amorim defende sua postura, ao mencionar o fato de que a atuação brasileira no conflito entre palestinos e israelenses havia sido construída gradualmente por meio de suas visitas ao Oriente Médio. É importante destacar que, entre 2003 (ano em que Lula fez sua primeira viagem a países do Oriente Médio) e 2010, o chanceler Celso Amorim continuou a visitar com regularidade a região, costurando uma aproximação com as nações daquela área, e em virtude destas articulações, o Brasil pode organizar a ASPA, seminários com empresários brasileiros e árabes e ampliar a cobertura diplomática brasileira na região por meio da abertura de embaixadas em Mascate (Omã), Nicósia (Chipre) e Doha (Catar), além de três consulados, um em Istambul (Turquia), um em Ramalá (Palestina) e um terceiro em Beirute, no Líbano (BREDA DOS SANTOS, 2014).

Deve-se mencionar que a partir do governo Lula, o Brasil incluiu em sua agenda diplomática questões relativas à paz e a segurança internacional, o que se comprova pelo próprio engajamento da equipe diplomática do país no conflito entre israelenses e palestinos. Porém, ao contrário da visão expressada pelo articulista do *The Guardian*, Nima Khorrami Assl, o real interesse por trás da iniciativa brasileira como possível mediador na questão não estaria ligado à ampliação do seu mercado comercial, mas seria uma resposta ao convite feito por autoridades do Oriente Médio para que o Brasil se envolvesse de maneira mais assertiva nos assuntos da região, sem mencionar a inclinação da diplomacia Lula em envolver-se com questões políticas internacionais.

Celso Amorim afirma que ao longo de suas visitas à região, personalidades ligadas à política local enfatizavam a necessidade de novos atores nos debates acerca de questões como o conflito palestino, a exemplo dos convites feitos por Shimon Peres para que o governo brasileiro se envolvesse mais no processo de paz, sem mencionar que outras autoridades israelenses, como o então primeiro-ministro do país, Arial Sharon não esboçaram quaisquer reservas em relação a um maior envolvimento do Brasil no conflito entre Palestina e Israel. Em 2003, o então ministro de relações exteriores da ANP, Nabil Shaat, sugeriu ao chanceler Amorim a instalação de uma representação diplomática brasileira em Ramalá e a nomeação de um embaixador especial para a região; sugestões prontamente atendidas, haja vista que em

abril de 2004 o Brasil nomeou o diplomata Affonso Celso de Ouro-Preto como Embaixador Extraordinário do Brasil para o Oriente Médio, fato inédito até então, e em setembro do mesmo ano foi criado o Escritório de Representação do Brasil em Ramalá (BREDA DOS SANTOS, 2014).

Dois episódios deram força política ao Brasil na região, contribuindo, sem dúvida, para que o país fosse visto de forma positiva como possível mediador no conflito entre israelenses e palestinos. O primeiro deles foi o envolvimento do Brasil na assistência às vítimas do conflito entre o Hezbollah e o Líbano, em 2006 e o segundo, a atuação brasileira, em conjunto com a Índia e a África do Sul na Conferência de Anápolis, em 2007. O evento foi promovido para que fosse dada continuidade ao processo de paz entre palestinos e israelenses com base no Mapa do Caminho¹⁰⁴ para a paz. No primeiro caso, o interesse do Brasil pela questão libanesa pode ser entendido, entre outros motivos, pelo número de brasileiros que viviam no país, à época, 100 mil, tendo o governo conseguido retirar cerca de três mil, enquanto sete cidadãos foram mortos em decorrência do conflito.

Segundo o ministro Celso Amorim, a operação de resgate dos refugiados brasileiros na região foi a maior do tipo realizada pelo governo brasileiro, uma realidade que mostra que o Brasil não podia se distanciar dos acontecimentos de um país cuja história está entrelaçada à brasileira desde os tempos mais remotos, exemplo disso, é o número de libaneses residentes no Brasil e a quantidade de brasileiros no Líbano (BREDA DOS SANTOS, 2014). Se a ligação brasileira com o povo libanês pode ser considerada motivo suficiente para um envolvimento do país nas questões do Oriente Médio, o que dizer do conflito entre palestinos e israelenses, uma vez que a composição da população brasileira é formada por uma das maiores comunidades árabe-judaica do mundo?

No que concerne ao segundo episódio, na Conferência de Anápolis, Celso Amorim destacou a participação de Brasil, Índia e África do Sul como os únicos convidados de fora do Oriente Médio, atribuindo-se aos mesmos a contribuição positiva de serem vozes distintas daquelas sempre ouvidas, a saber, as antigas potências coloniais que desde o fim do século XIX têm sido as únicas a estarem na mesa de negociação no que concerne ao conflito entre israelenses e palestinos. Além disso, o Brasil, em esforço conjunto com estes países, por meio do IBAS, o qual é detalhado em um item anterior deste capítulo, fez doações monetárias aos territórios palestinos para sua reconstrução, após um conflito entre Israel e o Hamas. O Brasil

¹⁰⁴ Projeto para a retomada das negociações de paz entre Israel e a ANP, iniciado pelo Quarteto (Estados Unidos, Rússia, União Europeia e a ONU) em 2003.

também participou ativamente da reconstrução da infraestrutura da região, assim como o fez no Líbano, após o conflito de 2006 (BREDA DOS SANTOS, 2014).

Três pontos são importantes para se entender o ineditismo do posicionamento do Brasil em relação ao conflito Israel-Palestina durante o governo Lula: a aparente parcialidade do país em defesa dos palestinos ao opinar, por meio de notas oficiais sobre enfrentamentos envolvendo as duas partes do conflito, o desejo do presidente Lula em diversificar os interlocutores do processo de paz e sua visita, inédita, por parte de um chefe de estado brasileiro aos territórios palestinos em 2010.

No que diz respeito ao primeiro ponto, a imprensa local¹⁰⁵ via a posição do Brasil como amistosa em relação aos palestinos, sendo Israel condenado com mais veemência no uso de força contra seu rival; contra esse argumento, a diplomacia brasileira parecia mostrar a posição de que era necessária uma condenação mais enfática em relação a Israel, porque, de fato, o uso da força era sempre desproporcional, haja vista ter Israel um dos exércitos mais equipados do mundo, enquanto que as armas palestinas, ainda que, oferecendo riscos à segurança israelense, eram bem menos letais (BREDA DOS SANTOS, 2014).

Em relação ao segundo ponto, Lula deixou clara sua intenção de que a mesa de decisão fosse ocupada por outras vozes, especialmente, por países como o Brasil, de tradição neutra e sem ligações pós-coloniais na região. Já no que se refere ao terceiro ponto, a visita de Lula mostrou claramente o interesse do mandatário em levar o Brasil a uma aproximação com os palestinos de maneira original, haja vista ter sido a única visita de um mandatário brasileiro à região em caráter oficial; com a viagem, Lula enfatizou a necessidade de ir além da linha discursiva em termos de mediação do conflito com os israelenses (BREDA DOS SANTOS, 2014).

Poder-se-ia afirmar então, que a presença do Brasil no Oriente Médio durante o governo Lula é vista como uma importante inflexão da política externa brasileira, especialmente em relação à mediação do conflito entre palestinos e israelenses, uma vez que esta foi uma iniciativa inédita do governo brasileiro. Sem mencionar que foi uma ação fora do âmbito da ONU, em outras palavras, o Brasil atuou de maneira independente, por iniciativa própria (BREDA DOS SANTOS, 2014), sendo essa atuação um forte argumento para sustentar a ideia de que o posicionamento do governo Lula foi o mais assertivo da história do Brasil em termos de atuação diplomática brasileira no Oriente Médio. Assim como na questão entre palestinos e israelenses, as ações da diplomacia brasileira no que concerne a outro ponto

¹⁰⁵ No tropeço, aprende-se a andar. **Veja** [online], editoria de internacional, 24 março 2010. Disponível em: <http://www.veja.com.br>. Acesso em: 18 março 2015.

complexo do Oriente Médio, o programa nuclear iraniano, também mostrou que a política externa do governo Lula, de fato, apresentou um Brasil mais assertivo em suas relações com aquela região.

4.6 O BRASIL E A QUESTÃO NUCLEAR IRANIANA

O envolvimento do Brasil na questão nuclear iraniana tem sido considerado como um dos pontos mais polêmicos da diplomacia da era Lula (2003-2010). Entretanto, não se pode negar que este episódio também demonstrou o arrojo da equipe diplomática brasileira em termos de envolvimento em questões de *high politics* no cenário internacional. Durante o governo Lula (2003-2010), o Brasil, aliado à Turquia mediou o acordo que ficou conhecido como Declaração de Teerã¹⁰⁶, o qual, entre outras cláusulas, exigia o comprometimento do Irã no que concerne à transferência de 1.200 kg de urânio levemente enriquecido (LEU) para a Turquia, com a AIEA estacionando observadores para monitorar a guarda da substância.

Após o envio da quantidade estipulada pela Declaração de Teerã, o Grupo de Viena¹⁰⁷ se comprometeria com o depósito de 120 kg (10% da quantidade de LEU enviada pelo Irã à Turquia) do combustível necessário para o funcionamento do reator de pesquisas de Teerã em um prazo de até um ano. Alguns pontos devem ser destacados no que concerne à Declaração de Teerã, um esforço do presidente Lula e do primeiro-ministro turco Recep Erdogan com o apoio de suas equipes diplomáticas. A proposta pode ser considerada como positiva, pois mesmo sem ter recebido o apoio norte-americano, ainda que não tenha sido assim desde o começo¹⁰⁸, o acordo foi um esforço construtivo do ponto de vista diplomático, uma vez que conseguiu trazer o Irã para a mesa de negociação. É importante lembrar que, em 2009, a

¹⁰⁶ Acordo assinado entre Irã, Brasil e Turquia no dia 17 de maio de 2010 com o objetivo de abrir um canal de diálogo entre a república islâmica e o bloco de países ocidentais, liderado pelos Estados Unidos, haja vista a recusa destas nações em aceitar o programa nuclear, o qual é visto, com suspeita, especialmente pelos EUA, que tem preferido o caminho das sanções contra o Irã, ao invés da diplomacia.

¹⁰⁷ Grupo formado por Austrália, Áustria, Canadá, Dinamarca, Finlândia, Hungria, Irlanda, Holanda, Nova Zelândia, Noruega e Suécia. O interesse da coligação é defender a importância do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e, portanto, promover a paz por meio da anuência dos países às cláusulas do acordo. O grupo encontra-se antes de cada reunião do TPN com o interesse de contribuir com material que venha a facilitar a discussão e o progresso dos artigos III e IV do TPN.

¹⁰⁸ Em 2009, o presidente americano, Barack Obama enviou uma carta aos chefes de Estado do Brasil e da Turquia pedindo o apoio dos líderes para mediar uma solução para o imbróglio com os iranianos. Porém, enquanto fazia esta manobra, os EUA costuravam uma aliança para impor mais sanções à república iraniana, o que tem sido uma realidade até os dias de hoje, haja vista os países ocidentais preferirem mecanismo de punição ao invés do diálogo diplomático, conf. EUA subestimaram diplomacia de Brasil e Turquia, diz livro sobre acordo com Irã, BBC-Brasil [online], 18 abril, 2012. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/portuguese>>. Acesso em 13 março 2015.

AIEA já havia costurado um acordo similar¹⁰⁹ ao que fora negociado por Lula e Erdogan, porém, sem sucesso, pois o Irã via com suspeita a iniciativa. Portanto, em termos de diálogo, a Declaração de Teerã pode ser considerada bem sucedida, pois foi capaz de levar as partes interessadas a um diálogo e mais importante, conseguiu tirar o Irã da posição defensiva que o impedia de negociar com as nações ocidentais.

Assim que foi assinada, a Declaração de Teerã foi criticada e ignorada pelas potências ocidentais, levando a iniciativa liderada por Turquia e Brasil ao fracasso em termos práticos. Em um editorial publicado no *New York Times*, o articulista Thomas Friedman critica o acordo, entre outros motivos, pelo fato de o mesmo não atuar como mecanismo para impedir o suspeito programa nuclear iraniano como um todo, em outras palavras, para Friedman, seria necessário acabar com qualquer possibilidade de o Irã ser capaz de desenvolver uma bomba. Criticar o intuito do governo iraniano de desenvolver uma bomba atômica, se esse for o caso, é algo razoável, mas advogar o impedimento de um programa nuclear com fins pacíficos já não caberia a Friedman, haja vista o Irã ser signatário do TPN e como tal, ter o direito de usufruir de facilidades nucleares com fins pacíficos. Além das críticas direcionadas ao acordo em si, Friedman utilizou-se de uma retórica que exemplifica o interesse das grandes potências ocidentais em manter o *status quo* sistema internacional no que concerne à atuação de países ascendentes como o Brasil e a Turquia:

I confess that when I first saw the May 17 picture of Iran's president, Mahmoud Ahmadinejad, joining his Brazilian counterpart, Luiz Inácio Lula da Silva, and the Turkish prime minister, Recep Tayyip Erdogan, with raised arms — after their signing of a putative deal to defuse the crisis over Iran's nuclear weapons program — all I could think of was: Is there anything uglier than watching democrats sell out other democrats to a Holocaust-denying, vote-stealing Iranian thug just to tweak the U.S. and show that they, too, can play at the big power table? No, that's about as ugly as it gets¹¹⁰.

O colunista ainda argumenta que ao negociar com um país cujo desrespeito aos direitos humanos é conhecido e ao associarem-se com um líder cuja eleição controversa levou a um movimento democrático nas ruas, o qual foi duramente reprimido pelas forças

¹⁰⁹ A AIEA propôs ao Irã a transferência de seu urânio enriquecido a 3,5%, para usinas nucleares, por combustível para o reator de produção de radioisótopos de uso médico, enriquecido a 20%. O enriquecimento se daria na Rússia e o combustível seria fabricado na França. Na época, o Irã rejeitou a proposta por não confiar na intermediação de duas potências com armas nucleares e anunciou o início do enriquecimento a 20% em suas instalações, conf. Acordo Brasil-Irã-Turquia é positivo e descrença não “tem sentido”, diz consultor da AIEA, **Opera Mundi**, 17 maio 2010. Disponível em: <http://www.operamundi.uol.com.br>. Acesso em: 15 março 2015.

¹¹⁰ FRIEDMAN, Thomas L. As ugly as it gets. **The New York Times** [online], The Opinion Pages, 25 maio 2010, p.01. Disponível em: <http://www.nytimes.com>. Acesso em: 15 março 2014.

governamentais iranianas, os chefes de estado do Brasil e da Turquia cometaram um equívoco. É importante frisar que os argumentos de Friedman não se sustentam, uma vez que o objetivo da visita era apenas negociar um acordo nuclear com o Irã, o que, entre outras questões sérias a serem tratadas pela comunidade internacional com a república iraniana, se apresentava e ainda se apresenta tão urgente quanto a defesa dos direitos humanos, além do mais, a tradição diplomática brasileira sempre foi marcada pelo interesse pelo diálogo, o que fez o Brasil construir uma reputação de país neutro e sempre aberto à comunicação, ao invés da via punitiva.

Outro ponto que enfraquece o argumento do colunista é o fato de os próprios norte-americanos terem laços estreitos com países cujo desrespeito aos direitos humanos é um fato mais que evidente, a exemplo da Arábia Saudita, onde os americanos possuem até bases militares, o que prova que os interesses da cada nação estão sempre acima de outras questões, ainda que estas remetam à proteção às liberdades individuais e à dignidade.

De fato, os motivos para a rejeição da proposta não estão ligados às questões de ordem técnica, mas a interesses políticos. Antes de esboçar tal argumento, seria interessante mostrar a situação do tema para que se vislumbre que realidade o programa nuclear iraniano apresenta em termos concretos. Ao se analisar a questão nuclear iraniana, é importante se fazer uma separação entre mitos e verdades envolvendo o seu programa nuclear. Segundo dados coletados pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), o Irã desenvolvia um organizado programa de armas nucleares, mas o abandonou em 2003. Essas atividades foram denominadas como “possíveis dimensões militares” do programa nuclear iraniano, o qual continua sendo investigado ativamente pela AIEA.

Sem mencionar que, o Irã não teria capacidade de desviar material nuclear e enriquecer o suficiente para produzir uma bomba sem que fosse descoberto. Atividades que podem ser consideradas relevantes para o desenvolvimento de uma bomba podem ter continuado desde 2003, mas não de maneira organizada. Em termos concretos, para que fosse possível desenvolver uma arma atômica, o Irã teria que ter a capacidade de enriquecimento de urânio de pelo menos, 80%, quando na verdade, a competência do país não passa dos 5%, o que, em outras palavras, sustentaria a tese dos iranianos de que seu programa nuclear tem fins pacíficos¹¹¹.

Entretanto, as alegações das autoridades iranianas e os dados fornecidos pela AIEA não convenceram até o presente os países do bloco ocidental, liderados pelos Estados Unidos,

¹¹¹ Iran Nuclear Negotiations: Separating Myth from Reality, Volume 7, Issue 2, January 23, 2015. Disponível em: <http://www.armscontrol.org>. Acesso em: 07 março 2015.

que apenas este ano conseguiram chegar a um acordo com o Irã, o qual ainda precisa ser posto em prática. Comparando-se a realidade com as suspeitas de países como os EUA, o programa nuclear iraniano não parece ter conotações militares, ao menos, em termos concretos e com base em informes oficiais. O que isso quer dizer em termos políticos? A resposta seria que a postura do bloco de países ocidentais liderados pelos Estados Unidos é no mínimo exagerada em relação à questão nuclear iraniana, uma vez que não se baseia nas evidências apresentadas pelos relatórios da AIEA e de serviços de inteligência, incluso os norte-americanos, mas em suspeitas e em interesses estratégicos. Tome-se como exemplo disso, o fato de o Irã ser um peso que contrabalanceia outras nações no Oriente Médio como a influência da Arábia Saudita, por sinal, aliada dos EUA na região, sem mencionar que Israel detém o monopólio de armas atômicas na região e o país nunca foi objeto de escrutínio pela comunidade internacional. Nas palavras de Trita Parsi, autor do livro *A Single Roll of the Dice* (uma única jogada do dado), que trata do papel de pessoas envolvidas nos esforços diplomáticos entre os Estados Unidos e o Irã em relação à questão nuclear, o Brasil e a Turquia foram “traídos” pela diplomacia norte-americana e potências como França e Grã-Bretanha teriam ficado “ressentidas” pelo sucesso da empreitada Brasil-Turquia. Referindo-se ao histórico diplomático entre o Irã e as potências ocidentais e à importância da iniciativa de Lula e Erdogan, Parsi afirma:

Eu acho que ela foi crítica, pois no fim das contas, a missão mostrou que a diplomacia poderia funcionar. O problema com a diplomacia que foi perseguida até então é que o *timing* ou as circunstâncias políticas nos países envolvidos não eram abertos o suficiente para que se chegasse a um acordo. Se não fosse pelo esforço de Brasil e Turquia, poderíamos facilmente ter ficado com a impressão de que o esforço feito em 2009 por Obama havia levado à exaustão todas as iniciativas de diplomacia, e que não havia mais esperança. Brasil e Turquia mostraram que havia uma solução que poderíamos encontrar¹¹².

É importante lembrar que o retrocesso sofrido pela iniciativa turco-brasileira em relação à questão nuclear iraniana, reflete, como já mencionado anteriormente, o interesse das grandes potências em manter o *status quo* no cenário internacional, de modo que a atuação de potências médias fica comprometida, em certa medida, pela falta de apoio das nações com poder decisório no tabuleiro mundial. No pós-Guerra Fria, o cenário internacional tem testemunhado mudanças estruturais em termos de participação ativa de países definidos como

¹¹² PARSI, Trita. EUA 'traíram' Brasil e Turquia, e França e Grã-Bretanha tiveram 'inveja', diz autor de livro sobre Irã (entrevista). BBC-Brasil [online], 18 abril 2012, p.01. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese>. Acesso em 15 março 2015.

potências médias ou emergentes¹¹³, de modo que atuação de Brasil e Turquia na questão iraniana é um exemplo desse novo arranjo dos estados no cenário internacional, como afirmou o então chanceler brasileiro, em artigo publicado no jornal o Estado de S. Paulo, em agosto de 2010:

Quando o Brasil e a Turquia convenceram o Irã a assumir os compromissos previstos na Declaração de Teerã demonstraram que novas visões e formas de agir são necessárias para lidar com temas antes tratados exclusivamente pelos atuais membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Apesar dos ciúmes e resistências iniciais a uma iniciativa que nasceu fora do clube fechado das potências nucleares, estamos seguros de que a direção do diálogo ali apontada servirá de base para as negociações futuras e para a eventual solução da questão (p.226)¹¹⁴.

Infelizmente, o desejo do chanceler, qual seja, de que o acordo mediado por Brasil e Turquia servisse de base para futuras negociações entre o Irã e a comunidade internacional não se concretizou, uma vez que os Estados Unidos, seguidos por França, Grã-Bretanha, China e Rússia (membros permanentes do CS-ONU) optaram pelas sanções contra a república iraniana, decisão rechaçada pelo Líbano, Turquia e Brasil (p.01-02)¹¹⁵:

(...) We do not see sanctions as an effective instrument in this case. Sanctions will most probably lead to the suffering of the people of Iran and will play in the hands of those, on all sides, that do not want dialogue to prevail. Past experiences in the UN, notably the case of Iraq, show that the spiral of sanctions, threats and isolation can result in tragic consequences. We voted against also because the adoption of sanctions, at this juncture, runs contrary to the successful efforts of Brazil and Turkey to engage Iran in a negotiated solution for its nuclear program. As Brazil repeatedly stated, the Tehran Declaration adopted 17 May is a unique opportunity that should not be missed. It was approved by the highest levels of the Iranian leadership and endorsed by its Parliament. The Tehran Declaration promoted a solution that would ensure the full exercise of Iran's right to the peaceful use of nuclear energy, while providing full verifiable assurances that Iran's nuclear program has exclusively peaceful purposes. We are firmly convinced that the only possible way to achieve this collective goal is to secure Iran's cooperation through effective and action-oriented dialogue and negotiations. The Tehran Declaration showed that dialogue and persuasion can do more than punitive actions. Its purpose and result were to build the confidence needed to address a whole set of aspects of Iran's nuclear program. (...) The Joint Declaration removed political obstacles to the materialization of a proposal by the IAEA in October 2009. Many governments and highly respected institutions and individuals have come to acknowledge its value as an important step to a broader discussion on the Iranian nuclear program. The

¹¹³ Conf. HUELSZ, Cornelia. **Middle Power Theories and Emerging Powers in International Political Economy: A Case Study of Brazil.** 257 fl. Tese (doutorado em ciências sociais), Faculdade de Ciências Humanas, Universidade de Manchester, Manchester, 2009.

¹¹⁴ Discursos, palestras e artigos do Chanceler Celso Amorim 2003-2010 Volume II. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação: Coordenação Geral de Documentação Diplomática, 2011, 260 p..

¹¹⁵ Brazil Slams UN Security Council Sanctions Resolution Against Iran. **Global Research** [online], 12 junho, 2010. Disponível em: <http://www.globalresearch.ca>. Acesso em: 18 março 2015.

Brazilian government deeply regrets, therefore, that the Joint Declaration has neither received the political recognition it deserves, nor been given the time it needs to bear fruit. Brazil considers it unnatural to rush to sanctions before the parties concerned can sit and talk about the implementation of the Declaration.

A decisão dos membros do P-5¹¹⁶ por sanções contra o Irã pode ser vista como um retrocesso em termos de negociação por vias diplomáticas em relação à questão nuclear iraniana, haja vista o esforço e relativo sucesso da proposta mediada por Brasil e Turquia, única proposta, até o acordo costurado esse ano, a ser aceita pela república iraniana. Em termos práticos, a Declaração de Teerã não logrou sucesso em razão da falta de apoio do bloco ocidental, liderado pelos EUA, país que, apesar de ter apoiado e até incentivado, a princípio, a mediação turco-brasileira, acabou optando pela via punitiva no que concerne ao Irã, deslegitimando assim os esforços dos governos de Lula e Erdogan. O resultado da pouca importância dada pelo P-5 ao acordo é o impasse entre o Irã e comunidade internacional que durou até recentemente, quando se chegou a um entendimento entre o Irã e os membros do P5, ainda que com muitas reservas (BBC NEWS, 2015).

O papel do Brasil na questão iraniana pode ser definido como de destaque, levando-se em consideração a posição brasileira no cenário internacional, qual seja, a de uma potência emergente que desfrutava de um nível de prestígio político capaz de permitir ao país desempenhar a função de mediador de uma questão na esfera da *high politics*. Entretanto, é preciso dizer que, a mediação do governo Lula deve ser entendida como uma ação característica da diplomacia desenvolvida pelo presidente brasileiro e por seu chanceler, Celso Amorim, em outras palavras, a atitude brasileira foi algo inédito em termos de uma participação do país em um assunto concernente à segurança internacional. A tradição diplomática do Brasil sempre optou pela neutralidade e quando decidiu mediar alguma crise, esse trabalho ficava restrito à esfera da *low politics*, o que só vem a confirmar o ineditismo da ação turco-brasileira no que concerne ao envolvimento de potências emergentes em uma área dominada pelas grandes potências.

Em suma, o envolvimento do governo Lula no conflito entre Israel e palestinos e na questão nuclear iraniana, mostram que os interesses da diplomacia brasileira eram de ordem política, haja vista o intuito do país em galgar uma posição de destaque no cenário internacional, seu desejo em desafiar a ordem mundial baseada nos ditames dos grandes *players* e a busca por um assento no CS-ONU, sem mencionar a tradição universalista da

¹¹⁶ Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU: Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Rússia e China.

diplomacia brasileira aliada à receptividade das nações do Oriente Médio à presença do Brasil nos assuntos complexos da região. Poder-se-ia afirmar que a atuação do governo Lula nestas questões foi algo inédito e significativo para o Brasil em termos diplomáticos para a região em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política externa do governo Lula (2003-2010) esteve condicionada à conjuntura externa da época, a qual permitiu ao Brasil alargar seus horizontes em termos de participação política nas decisões do cenário internacional, o que se observa, entre outras coisas, pela criação de fóruns como o BRICs e na liderança de Lula em debates do G-20 e G-3. Durante seu período como presidente, Lula enxergou no Oriente Médio a possibilidade de uma plataforma política para que o Brasil galgasse firmar sua posição de nação relevante no cenário internacional, por meio da mediação de conflitos entre os atores locais e pela possibilidade de diversificação das relações econômico-comerciais do Brasil. De fato, foi durante os mandatos do presidente que o Oriente Médio passou a ocupar uma posição mais destacada na pauta da chancelaria brasileira, com a região passando à área de prioridades do chamado bloco de países emergentes, o qual foi tão fortemente defendido pelas linhas teórico-pragmáticas da abordagem Sul-Sul, parte essencial da diplomacia do governo Lula.

Os objetivos específicos desta pesquisa foram alcançados, uma vez que foi possível apresentar as características inerentes à PEB desde o governo Dutra (1946) até os mandatos de FHC (1995-2002), não apenas em termos gerais, mas também no que concerne à aproximação com os países do Oriente Médio. Também foi possível abordar os traços que fazem da região em questão um importante objeto da PEB durante o período analisado neste trabalho. A pesquisa mostrou que entre 1947-2002, a aproximação brasileira com o Oriente Médio passou por momentos de distanciamento, ainda que com episódios de engajamento, a exemplo do envolvimento do Brasil na sessão da ONU, presidida por Osvaldo Aranha, que decidiu pela partilha de um estado árabe e outro judeu, em 1947 e da participação na UNEF I, acionada para conter os ânimos na Crise de Suez (1956). A partir dos anos de 1970, e especialmente após a Crise do Petróleo, o Brasil passou a aproximar-se do mundo árabe-muçulmano, ainda que por motivações puramente econômicas, haja vista a dependência brasileira do petróleo árabe. Esse *approach* perdurou até o início dos anos de 1990, quando a

diplomacia brasileira para o Oriente Médio, voltou a distanciar-se da região, o que só começou mudar, com a chegada de Lula ao poder em 2003.

A política externa brasileira para o Oriente Médio na Era Lula (2003-2010) pode ser considerada como inovadora em termos de aproximação, haja vista, o comércio do país com o mundo árabe-muçulmano ter crescido significativamente durante os anos em que o mandatário esteve no poder, aumentando a atuação de empresas brasileiras na região e de empresas árabes no Brasil. Os dados apresentados ao longo desta pesquisa nas áreas comercial, de defesa, infraestrutura etc. mostram o nível de aproximação do governo Lula com as nações do Oriente Médio. O Brasil tem estado envolvido com estes setores na referida região desde os anos de 1970, mas durante a Era Lula este contato se intensificou por meio do comércio, o qual aumentou consideravelmente no período em questão. A aproximação do Brasil com o Oriente Médio também pode ser observada ao longo da pesquisa por meio de dados que atestam a presença de grandes empreiteiras nacionais participando de empreendimentos no mundo árabe muçulmano, enquanto indústrias do ramo alimentício ampliavam sua atuação, alcançando a liderança em seus setores nos países árabes, sem mencionar o agronegócio brasileiro, carro-chefe do comércio do país com o Oriente Médio.

Fazendo-se uma retomada da hipótese deste trabalho, a qual propunha que a política externa brasileira para o Oriente Médio durante o governo Lula (2003-2010) seguiu uma linha ascendente em termos de aproximação com o Oriente Médio em relação à trajetória histórica dos mandatários anteriores, pôde-se chegar à conclusão que a mesma corresponde à realidade da PEB durante o período analisado. A análise dos dados coletados e a consulta à literatura especializada mostram que, enquanto não se deve entender que Lula tenha seguido um caminho completamente divergente da política externa praticada pelos antecessores, haja vista que durante o regime militar (1964-1985) o país também manteve laços próximos com o mundo árabe-muçulmano, ainda primordialmente na esfera econômica, o seu governo lidou de forma particular com os países do Oriente Médio se comparado às administrações anteriores.

Os números mostram que o interesse de Lula pelo Oriente Médio é um fato, levando este trabalho a crer que houve uma mudança significativa em relação aos governos anteriores em termos de aproximação do Brasil com a região analisada. Isso se observa, como já foi mencionado, tanto pelo incremento dos laços econômicos, quanto pelo número de assinaturas de acordos bilaterais, 135, um marco na história das relações entre as duas regiões, pela

participação de ambas em iniciativas como a Cúpula América do Sul- Países Árabes (ASPA), pela abertura de seis representações diplomáticas brasileiras em países do Oriente Médio, pela sinergia da presidência e do Itamaraty, na pessoa do chanceler Celso Amorim, pelo envolvimento do Brasil em questões como o conflito entre Israel e Palestina e a questão nuclear iraniana, além das viagens de Lula ao território médio-oriental e as visitas de mandatários da região ao Brasil. É importante destacar que Lula foi o único mandatário brasileiro a visitar um país do Oriente Médio em caráter oficial, o que só reforça a hipótese apresentada nesta dissertação de que Lula levou o Brasil a outro patamar em termos de aproximação política com o mundo árabe-muçulmano.

No que concerne à mediação brasileira nos imbróglios entre israelenses e palestinos e entre o Irã e a comunidade internacional, pode-se afirmar que o Brasil, que à época desfrutava de prestígio político frente à comunidade internacional, deu uma contribuição significativa na esfera da *high politics* às questões políticas do Oriente Médio, no caso do conflito israelense, como um possível interlocutor neutro e com potencial para contribuições positivas, e no caso do Irã, como mediador capaz de costurar um acordo que trouxe o governo iraniano para a mesa de negociações, algo que, até aquele momento, não havia acontecido com as iniciativas lideradas pelos EUA e pelos países europeus.

Em suma, esta pesquisa conclui que o governo Lula (2003-2010) inovou consideravelmente no que concerne às relações com o Oriente Médio se comparado a administrações anteriores. Lula levou a diplomacia brasileira ao ápice de suas relações com o Oriente Médio, abrindo um novo capítulo em termos de aproximação política e econômica com aquela região.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. Um exercício comparativo de política externa: FHC e Lula em perspectiva. **Meridiano 47**, jan-fev, nº 42-43, 2004. Disponível em: <<http://ibri-rbpi.org>>. Acesso em: 26 maio 2014.

AMORIM NETO, Octavio. De Dutra a Lula: a condução e os determinantes da política externa brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, 218 p.

AMORIM, Celso. Brazilian Foreign Policy under President Lula (2003-2010): an overview A Política Externa Brasileira no governo do Presidente Lula (2003-2010): uma visão geral. **Rev. Bras. Polít. Int.** 53 (special edition): 214-240 [2010]. Disponível em: <http://www.ibri-rbpi.org>. Acesso em 03 outubro 2014.

ARRAES, Virgílio. Brasil e Oriente Médio: a busca da parceria adequada. **Correio da Cidadania** [online]. 25 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.correiodacidadania.com.br>>. Acesso em: 16 maio 2014.

BACHAR, Shmuel; BAR, Shmuel; MACHTIGER, Rachel. **US Presence in the Middle East: Trends and Scenarios**. A Working Paper Preparation for the Herzliya Conference, 2010. Disponível em: <http://www.herzliyaconference.org/_Uploads/3032TrendUS_transedit.pdf>. Acesso em 02/02/2014.

BREDA DOS SANTOS, Norma. As posições brasileiras nas Nações Unidas com relação ao Oriente Médio (1945-2002): equidistância, pragmatismo e realismo. **Revista Cena Internacional**, n. 02, p. 05-23, 2003. Disponível em: <http://cafemundorama.files.wordpress.com/2011/11/cena_2003_2.pdf>. Acesso em: 13 fevereiro 2014.

_____. **História** (São Paulo) v.33, n.2, p. 189-216, jul./dez. 2014 ISSN 1980-4369.

Câmara Árabe em Revista. São Paulo: Câmara de Comércio Árabe (CCA), ano 05, abril-maio 2010.

_____. São Paulo: Câmara de Comércio Árabe (CCA), ano 05, junho-julho 2010.

_____. São Paulo: Câmara de Comércio Árabe (CCA), ano 05, setembro-outubro 2010.

CERVO, Amado. A cúpula América do Sul-Países Árabes, um balanço. Meridiano 47, nº 58, maio 2005. Disponível em: <<http://ibri-rbpi.org>>.

COOPER, Helene; WORTH, Robet F. **In Arab Spring, Obama finds a sharp test**. The New York Times, Nova Iorque, 01 de fev. 2011. Disponível em <http://www.nytimes.com/2012/09/25/us/politics/arab-spring-proves-a-harsh-test-for-obamas-diplomatic-skill.html>. Acesso em 22/01/2014.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago; LESSA, Renato e HOLLANDA, Cristina Buarque (Org.). Coletânea de textos sobre política externa. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, 320 p.

DUNNE, Michele. A US strategy toward Egypt under Sisi. Policy Outlook, Carnegie Endowment for International Peace [online], june 2014. Disponível em: <<http://www.CarnegieEndowment.org>>. Acesso em 25 junho 2015.

ENGSTROM, Par. Brazilian foreign policy and human rights: change and continuity under Dilma. **Critical Sociology**, forthcoming, UK, 2012. Disponível em:<http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2004305>. Acesso em 09 março 2015.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. A crise no mundo árabe e seus efeitos na 3ª Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA). **Boletim Mundorama**, 2011. [online]. Disponível em: <http://mundorama.net/>. Acesso em: 23 fevereiro 2015.

FARAH, Paulo. Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – II CNPEPI : (2 : Rio de Janeiro : 2007) : Brasil no mundo que vem aí. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. 508 p.

FERREIRA, Wallace. Política Externa do Governo Lula: Coalizões ao Sul como Alternativa Multilateral. **REVISTA DEBATES**, Porto Alegre, v.3, n.1, p. 100-125, jan.-jun, 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/8351/5452>>. Acesso em 15 março 2015.

FOX, Jonathan. Unique Role of Religion in the Middle Eastern Ethnic Conflict: a Large-n Study. **Turkish Policy Quarterly**, vol. 03, n. 01, p. 02, 2004. Disponível em: <<http://www.turkishpolicy.com/article/129/the-unique-role-of-religion-in-middle-eastern-ethnic-conflict-a-large-n-study-spring-2004/>>. Acesso em: 13 março 2014.

FROMKIN, David. A peace to end all peace: the fall of the Ottoman empire and the creation of the modern Middle East. Nova Iorque: Holt Paperback, 2009.692 p.

GARFINKEL, Adam.What Instability Really Looks Like. **The American Interest**, 21 janeiro 2014. Disponível em: <<http://www.the-american-interest.com/garfinkle/2014/01/21/part-1-what-instability-really-looks-like/>>. Acesso em: 04 março 2014.

GERGES, Fawaz A. The New Middle East: Protest and Revolution in the Arab World. CUP, 2014.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002, 176 p.

HOBSSAWM, Eric. A era dos extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 598 p.

HOLAND, Carla Andréia Ronconi. A política externa do governo Lula (2003-2010) para o Oriente Médio: precedentes, avanços e retomadas. 124 fl. Dissertação (mestrado em Estudos

Estratégicos Internacionais)- Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

HOURANI, Albert. O pensamento árabe na era liberal: 1798-1939. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, 437 p.

_____. Uma história dos povos árabes. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, 703 p.

HUBBARD, Ben; WORTH, Robert F.; GORDON, Michael R. Power Vacuum in Middle East Lifts Militants. **The New York Times**, Nova Iorque, 04 janeiro, 2014. Disponível em:<http://www.nytimes.com/2014/01/05/world/middleeast/power-vacuum-in-middle-east-lifts-militants.html?_r=0>. Acesso em 22/01/2014.

Iranian nuclear talks: Obama confident of reaching deal by june. BBC NEWS [online] 04 abril 2015. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-us-canada-32180762>>. Acesso em: 27 maio 2015.

JONES, Seth G. The Mirage of the Arab Spring. **Foreign Affairs**, jan-fev, 2013. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com>>. Acesso em: 13 setembro 2014.

KURAN, Timur. The long divergence: how Islamic law held back the Middle East. New Jersey: Princeton University Press, 2011, 432 p.

KENT, Mark. The great powers and the end of the Ottoman Empire. Great Britain: Frank Cass & CO. LTD, 1996. 249 p.

LAKATOS, E.M. e MARCONI, M.A. Fundamentos de metodologia científica. 5^a ed. São Paulo: Atlas, 2003, 310 p.

LEITE, Patrícia Soares. O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 228 p.

LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. **Rev. Bras. Polít. Int.** 41 (n. esp. 40 anos): 29-41 [1998].

LEWIS, Bernard. The Middle East, a brief history of the last 2,000 years. New York: Scribner, 1996, 433 p.

MAIHOLD, Günther. Demasiado mundo? Lula, Brasil y Oriente Medio. Real Instituto Elcano [online] 06 abril 2010. Disponível em: <<http://www.realinstitutoelcano.org>>. Acesso em 24 agosto 2014.

MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen. O Lobby de Israel. **Novos estudos. - CEBRAP** n. 76. São Paulo: novembro, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000300003>. Acesso em 04/02/2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, 80 p.

MORAIS, Clarice Moreira de. A visita de Lula ao Oriente Médio: consolidação de um projeto de liderança latino-americana. *Conjuntura Internacional*, 15 abril 2010. Disponível em: <http://www.pucminas.br/conjuntura>. Acesso em 30 março 2015.

MOURA, Gerson. O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), 1990, 113 p.

_____. Relações Exteriores do Brasil (1939-1950). Brasília: Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), 2012, 277 p.

NOGUEIRA, Carolina Dantas. Cúpula América do Sul-Países Árabes. *Conjuntura Internacional* [online], junho 2005. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/conjuntura>>. Acesso em: 15 outubro 2014.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o Ibás e o G-20. *Rev. Bras. Polít. Int.* 8 (2): 55-69 [2005].

OUFELLA, Jociane Machiavelli; ELY, Priscila Carla da Silva. A Primavera Árabe sob o enfoque do Direito Internacional dos Direitos Humanos. **Ponto de Vista Jurídico**, v.2, n.2 , p.105-129 , jul.-ago. 2013.

PECEQUILLO, C. S. As perspectivas da relação política entre Brasil e Oriente Médio. **ICArabe**, 20 out. 2011. Disponível em: <<http://www.icarabe.org/intervistas/as-perspectivas-da-relacao-politica-entre-brasil-e-oriente>>. Acesso em: 13 março 2014.

PINHEIRO, Letícia. Política Externa Brasileira (1889-2002). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, 80 p.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985, 336 p.

ROGAN, Eugene. The fall of the Ottomans: the great war in the Middle East. United States: Basic Books, 2015. 512 p.

SAFARTI, Gilberto. Teoria das relações internacionais. São Paulo: Saraiva, 2005, 384 p.

SAMUEL, Annie Tracy. **Viewpoint Iran: The Past and Present of the U.S.-Iran Standoff**. Origins: Current Events in Historical Perspective, nº 01, vol. 07, out. 2013. Disponível em <<http://origins.osu.edu/article/viewpoint-iran-past-and-present-us-iran-standoff>>. Acesso em 21/01/2014.

SANTANA, Carlos Ribeiro. A diplomacia das cúpulas. **Meridiano 47**, nº 64, novembro 2005. <<http://ibri-rbpi.org>>. Acesso em: 26 maio 2014.

_____. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. **Rev. Bras. Polít. Int.**, vol.49 n. 2, p. 157-177, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v49n2/a09v49n2.pdf>>. Acesso em: 16 fevereiro 2014.

SARAIVA, Miriam Gomes; VALENÇA, Marcelo M. A Política Externa Brasileira e sua Projeção Internacional: um projeto caracterizado pela continuidade. **Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)**; vol. 01, ano 07, 2012. Disponível em: <www.cebri.org.br>. Acesso em 20 junho 2014.

SILVA, André Luiz Reis. As transformações matriciais da Política Externa Brasileira recente (2000-2010). **Meridiano** 47, vol. 11, n. 120, p. 18-24, 2010. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/637/752>>. Acesso em: 16 fevereiro. 2014.

SILVA, André Luiz Reis; KUNRATH, Bruna. O Brasil como mediador da paz no Oriente Médio. **Meridiano** 47, n. 116, p. 18-20, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.bce.unb.br/index.php/MED/article/viewFile/5118/4309>>. Acesso em: 16 fevereiro 2014.

SILVA, André Luiz Reis; PILLA, Bruno. O Oriente Médio na política externa brasileira (1947-2011): aproximação, distanciamento e engajamento. **Ciências & Letras, Porto Alegre**, n. 51, p. 111-133, 2012. Disponível em: <<http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/viewFile/144/140>>. Acesso em: 20 janeiro 2014.

STOCK, Raymond. **The Islamist Spring: what Mubarak got right, what Obama got wrong**. Foreign Policy Research Institute, 2011. Disponível em <www.fpri.org>. Acesso em 21/01/2014.

TIBLE, Jean. A Política Externa Brasileira e o Oriente Médio. **Brasil no Mundo**, 2013. Disponível em: <<http://blogbrasilnomundo.wordpress.com/2013/07/17/a-politica-externa-brasileira-e-o-oriente-medio/>>. Acesso em: 13 março 2014.

TRAUMANN, Andrew Patrick. A diplomacia dos petrodólares: relações do Brasil com o mundo árabe (1973-1985). 144 fls. Dissertação de mestrado (história), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Federal Paulista (UNESP), Assis, São Paulo, 2007.

VENTURA, Magda Maria. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Rev SOCERJ**. 20 (5): 383-386, setembro/outubro, 2007.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula. 3^a ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008, 136 p.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes, SILVA; André Luiz Reis. Brazil and the Economic, Political, and Environmental Multilateralism: the Lula years (2003-2010). **Rev. Bras. Polít. Int.** 53 (special edition): 54-72 [2010].

YAMIN, Saira. Understanding Religious Identity and the Causes of Religious Violence. Peace Prints: **South Asian Journal of Peacebuilding**, Vol. 1, No. 1: Spring 2008. Disponível em: <http://www.wiscomp.org/pp-v1/Saira_Yamin.pdf>. Acesso em: 01 fevereiro 2014.

YOUNGS, Richard. From transformation to mediation: the Arab Spring reframed. **Carnegie Europe**, março 2014. Disponível em: www.CarnegieEurope.eu. Acesso em 13 setembro 2014.